

**XI CONGRESSO NACIONAL
DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA**

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos
Em Homenagem a Joaquim Mattoso Câmara Jr.*

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(de 27 a 31 de agosto de 2007)

Cadernos do CNLF

Vol. XI, N° 09

PRAGMÁTICA

Rio de Janeiro
CiFEFIL
2008

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE LETRAS

Reitor

Ricardo Vieiralves de Castro

Vice-Reitora

Maria Christina Paixão Maioli

Sub-Reitora de Graduação

Lená Medeiros de Menezes

Sub-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-Reitora de Extensão e Cultura

Regina Lúcia Monteiro Henriques

Diretora do Centro de Educação e Humanidades

Glauber Almeida de Lemos

Diretor da Faculdade de Formação de Professores

Maria Tereza Goudard Tavares

Vice-Diretor da Faculdade de Formação de Professores

Catia Antonia da Silva

Chefe do Departamento de Letras

Leonardo Pinto Mendes

Sub-Chefe do Departamento de Letras

Iza Terezinha Gonçalves Quelhas

Coordenador de Publicações do Departamento de Letras

José Pereira da Silva

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Rua São Francisco Xavier, 512 / 97 – Mangueira – 20943-000 – Rio de Janeiro – RJ
pereira@filologia.org.br – (21) 2569-0276 – **www.filologia.org.br**

DIRETOR-PRESIDENTE

José Pereira da Silva

VICE-DIRETORA

Cristina Alves de Brito

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Délia Cambeiro Praça

SEGUNDO SECRETÁRIO

Sérgio Arruda de Moura

DIRETOR CULTURAL

José Mario Botelho

VICE-DIRETORA CULTURAL

Antônio Elias Lima Freitas

DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto

VICE-DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Maria Lúcia Mexias-Simon

DIRETORA FINANCEIRA

Ilma Nogueira Motta

VICE-DIRETORA FINANCEIRA

Carmem Lúcia Pereira Praxedes

DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Amós Coêlho da Silva

VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Alfredo Maceira Rodríguez

**XI CONGRESSO NACIONAL
DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA
de 27 a 31 de agosto de 2007**

COORDENAÇÃO GERAL

*José Pereira da Silva
Cristina Alves de Brito
Delia Cambeiro Praça*

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

*Amós Coêlho da Silva
Ilma Nogueira Motta
Maria Lúcia Mexias Simon
Antônio Elias Lima Freitas
Carmem Lúcia Pereira Praxedes
Sérgio Arruda de Moura*

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO

*José Mario Botelho
Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto
Sílvia Avelar Silva*

COMISSÃO DE APOIO ESTRATÉGICO

*Centro Filológico Clóvis Monteiro (CFCM)
Magda Bahia Schlee Fernandes*

Laboratório de Idiomas do Instituto de Letras (LIDIL)

SECRETARIA GERAL

Sílvia Avelar Silva

SUMÁRIO

| | | |
|-----|--|-----|
| 0- | Apresentação – <i>José Pereira da Silva</i> | 06 |
| 1. | A importância de Wittgenstein no estudo da pragmática – <i>Karina Corrêa Lelles</i> | 9 |
| 2. | A interação em relatórios – <i>Karla Perim Muzzi</i> | 16 |
| 3. | A interação face a face: a preservação e ameaça às faces e a estratégias de polidez em entrevistas da revista <i>Playboy</i> – <i>André Effgen de Aguiar</i> | 30 |
| 4. | A língua: a leitura e a escrita como um elo integrador – <i>Carmen Elena das Chagas</i> | 44 |
| 5. | A preservação das faces em <i>O Fidalgo Aprendiz</i> – <i>Sabrina Lima Souza</i> | 50 |
| 6. | A retórica do consumo: estudo lingüístico-semiológico do discurso publicitário – <i>Guilherme Nery Atem</i> | 60 |
| 7. | Análise de peças publicitárias à luz da Pragmática – <i>Aline Moraes Oliveira</i> | 69 |
| 8. | Estudo sobre a proficiência lingüística do intérprete de li- bras – <i>Maria Cristina Pires Pereira e Cátia de Azevedo Fronza</i> | 82 |
| 9. | O <i>habitus</i> lingüístico no campo policial – <i>José da Cruz Bispo de Miranda</i> | 94 |
| 10. | O humor na propaganda de outdoor – <i>Alzira da Penha Cos- ta Davel</i> | 106 |
| 11. | Para entender o humor de Miguel Paiva do ponto de vista da pragmática – <i>Isaura Maria de Carvalho Monteiro</i> . | 119 |
| | Instruções editoriais..... | 132 |

APRESENTAÇÃO

Temos o prazer de apresentar-lhe os onze trabalhos que selecionamos para esse número 09 do volume XI dos Cadernos do CN-LF, sob a legenda de Pragmática, apesar de trazer artigos que podem não ter uma aplicação direta dela, pelo menos do ponto de vista mais ortodoxo.

Apresentamos-lhe, a seguir, um resumo de cada um deles, pela ordem de apresentação, conforme consta no sumário anteriormente apresentado.

Karina falou sobre o filósofo da linguagem Ludwig Wittgenstein e sua contribuição para os estudos semânticos, tratando da aquisição da linguagem como um jogo, uma atividade complexa, onde muitas coisas estão envolvidas para que a palavra adquira o seu significado. Segundo ele, linguagem está sempre contida dentro de algum contexto de ação, que vai nos ajudar a informar e a compreender aqueles signos que estão sendo utilizados.

Karla analisa relatórios produzidos pelos professores em curso de formação, de característica interacional, investigando os tipos de *implicatura conversacional* produzidos e as estratégias de *manutenção e/ou quebra de face* usadas, guiada pelo *Princípio da Cooperação* e pelas noções da *Teoria da Polidez*.

André observa que a noção de discurso implica uma maneira de conceber a linguagem resultante das influências de diversas correntes das ciências humanas reunidas freqüentemente sob o prisma da Pragmática, analisando entrevistas da revista Playboy em que são entrevistadas personagens importantes da sociedade brasileira, observando e destacando, no jogo da interação entre entrevistador e entrevistado, momentos em que esses ameaçam as faces do outro e as estratégias de polidez de que fazem uso para preservar sua fachada social.

Carmen mostra que a norma lingüística é algo comum, na comunicação, entre o emissor e o receptor, que adquirem na comunidade e que lhes facilita a compreensão. A fala é a imagem de uma norma e varia de usuário para usuário, mas, na verdade, existem duas

realidades lingüísticas: a da língua que se fala e a da língua que se escreve.

Sabrina analisa as estratégias de polidez encontradas na peça de teatro *O fidalgo Aprendiz*, escrita no século XVII por D. Francisco Manuel de Melo, observando como é feita a construção, a ameaça e a preservação da face do personagem principal da peça (o fidalgo D. Gil).

Guilherme trata da construção lingüístico-semiológica do sentido, a partir de uma análise crítica das mensagens verbais e não-verbais provenientes do discurso publicitário, levando em conta o conceito de “Interpretante” como aquilo que um signo está apto a produzir na mente do intérprete. Concluindo, depois de algumas indagações, que todo discurso carrega algum grau de persuasão, mais ou menos explícito. Conclui que a posição da linguagem e a sua função na estrutura sociocultural do cotidiano é a da palavra-de ordem.

Aline trata das estratégias de construção de técnicas de persuasão em peças publicitárias, adotando perspectivas da Pragmática das máximas conversacionais no Princípio da Cooperação proposto por Grice e da elaboração de faces e estratégias de polidez a partir de Brown e Levinson, analisando três peças publicitárias.

Maria Cristina e Cátia analisam testes aplicados para certificar a proficiência lingüística dos intérpretes de língua de sinais e identificam critérios utilizáveis no julgamento, por meio de uma amostragem da sinalização de candidatos a intérpretes de língua de sinais, potenciais membros de bancas avaliadoras, pessoas surdas e ouvintes.

José da Cruz destaca as transformações da linguagem policial no século XX, lembrando que a variação lingüística dentro de uma comunidade pode ocorrer em relação ao gênero, à escolaridade, à profissão, à idade, à classe social etc., passando pela sociolingüística e pela sociologia da linguagem e tendo por sujeitos da pesquisa os policiais civis lotados em distritos e delegacias especializadas em Teresina (PI).

Alzira analisa o suporte *outdoor* que veicula propagandas da empresa Hortifruti S/A, considerando as leis do discurso que regem a comunicação verbal, adaptadas às dificuldades deste gênero, exami-

nado sob o ponto de vista do Princípio de Cooperação, de Paul Grice, e abordando o mecanismo da implicatura, com referência à “quebra das máximas”, no que diz respeito à sobreposição dos enunciados que colaboram para a construção dos sentidos.

Por fim, Isaura analisa os efeitos de humor em quatro tiras de Miguel Paiva na série “Gatão de Meia-Idade”, publicada no jornal *O Globo*, mostrando que os interlocutores trabalham a mensagem linguística num jogo combinatório e cooperativo, paralelamente ao significado convencional das palavras e demonstrando que a interpretação do humor depende das implicaturas, além de conhecimento de mundo e que a manifestação do riso passa necessariamente pela violação do Princípio de Cooperação das Máximas Conversacionais.

Com as desculpas dos autores pela singeleza e incompletude das sínteses aqui realizadas, esperamos ter mostrado com poucas palavras o que foi desenvolvido em dezenas e dezenas de páginas bem elaboradas.

Aguardamos a opinião dos leitores para que possamos fazer algo melhor em uma próxima oportunidade.

Rio de Janeiro, agosto de 2008.

José Pereira da Silva

A IMPORTÂNCIA DE WITTGENSTEIN NO ESTUDO DA PRAGMÁTICA

Karina Corrêa Lelles
kalelles@hotmail.com

Poderíamos dizer que Wittgenstein foi um importante pensador que, dentre outros, com a sua teoria, tornou possível o que chamamos hoje de virada pragmática. Segundo NEF (1995), dois caminhos se abriram a partir da obra de Wittgenstein: uma filosofia da linguagem reformadora, fundada na paráfrase lógica, e uma outra, que seria a filosofia da linguagem descritiva ou ordinária. Esta última apresenta uma importância maior para este trabalho, pois, a partir dela, Austin, filósofo sucessor de Wittgenstein, abriu um novo campo na filosofia da linguagem, a pragmática, assim como um campo para a reflexão filosófica, o da relação do sujeito locutor com a sua língua, que não pode simplesmente se definir em termos de domínio da língua. Estes novos campos passaram a ser objetos de estudo de áreas tais como a lingüística e a psicanálise lacaniana. Apesar disso, fora do campo da filosofia da linguagem, Wittgenstein ainda é pouco citado nos estudos das diversas áreas que têm a linguagem como objeto de estudo. Sendo assim, neste trabalho me proponho a abordar alguns tópicos da teoria de Wittgenstein que nos auxiliam a entender a importância dos contextos lingüísticos e extralingüísticos na construção do significado das palavras, assim como ressaltar a contribuição do filósofo para que o significado da palavra deixasse de ser visto apenas como uma mera associação entre objeto e signo, ou simplesmente como algo doado por atos mentais.

Primeiramente, seria necessário compreendermos o que é a pragmática, pois devemos distinguir a pragmática que seria um segmento dos estudos da linguagem, da pragmática que seria apenas um campo de estudo privilegiado por algumas teorias. De acordo com Marcondes (200, p. 40),

Rudolf Carnap (1938) definiu a pragmática como o estudo da linguagem em relação aos seus falantes, ou usuários(...), mais recentemente o termo pragmática passou a englobar todos os estudos da linguagem relacionados a seu uso na comunicação. Uma outra concepção de pragmática se desenvolveu com base em correntes na filosofia da linguagem

e na lingüística que valorizam a linguagem comum e o uso concreto da linguagem como a principal instância de investigação da linguagem, tratando a semântica e a sintaxe apenas como construções teóricas. A filosofia da linguagem ordinária de Gilbert Ryle, a teoria dos atos de fala de Austin a concepção de jogos de linguagem de Wittgenstein, e mesmo a semiótica de Umberto Eco, dentre outras, podem ser incluídas nessa vertente. Trata-se basicamente de uma visão filosófica segundo a qual o estudo da linguagem deve ser realizado em uma perspectiva pragmática, ou seja, enquanto prática social concreta, examinando, portanto, a constituição do significado lingüístico a partir da interação entre falante e ouvinte, do contexto de uso, dos elementos sócio-culturais pressupostos pelo uso, e dos objetivos, efeitos e conseqüências desses usos. A pragmática não seria assim apenas um segmento dos estudos da linguagem, mas o seu campo privilegiado.

Devemos considerar, segundo Danilo Marcondes, que a teoria de Wittgenstein, assim como a de outros autores citados por ele, tem a pragmática como campo privilegiado. Ou seja, em Wittgenstein, o estudo da linguagem parte de uma perspectiva pragmática, na qual a prática social exerce uma função fundamental no processo de significação e compreensão das palavras. Mas ao mesmo tempo, devemos considerar que a teoria wittgensteiniana apresentou uma grande inovação para as diversas áreas que tem a linguagem como objeto de pesquisa e, desta forma, contribuiu para o surgimento do segmento chamado pragmática.

Como segundo passo, devemos compreender a concepção Wittgensteiniana da linguagem. A filosofia de Wittgenstein foi dividida em duas fases. Para o Wittgenstein da primeira fase, o sentido de uma proposição deveria ser univocamente determinado, uma vez que no mundo, assim como este é, nada pode ser vago e indeterminado. Nas proposições elementares que descrevem os estados de coisas mais simples, não deveria haver qualquer ambigüidade ou indeterminação de sentido, e, pois, qualquer possibilidade de mau entendimento. Porém, mais tarde, Wittgenstein percebeu o erro de idealizar uma linguagem perfeita, surgida com base especular, no lugar de observar o real funcionamento da linguagem e descrevê-lo. A partir daí, o filósofo revoluciona o campo dos estudos da linguagem com um enfoque eminentemente pragmático. De acordo com Araújo (2004, p. 99), a noção de jogos de linguagem, tema que será focado mais à frente, “abala inteiramente o paradigma estrutural, bem como

seu próprio paradigma lógico, calcado nas proposições, no qual ele assentara as bases do seu pensamento”.

Observando-se o modo real do funcionamento da linguagem, parece impossível conceber uma linguagem ideal com conceito de exatidão, já que dentro dos diversos discursos nos é claro que as palavras estão sempre carregadas de sentidos e intenções que serão possivelmente definidos se levarmos em consideração o contexto no qual estas palavras aparecem inseridas. Argumentando a respeito do reconhecimento de Wittgenstein em relação ao seu erro, Stegmüller (1977) afirma que não podemos encarar o conceito de exatidão desvinculado das relações interpessoais em que são usadas palavras e sentenças. Em uma determinada situação, uma expressão pode ter um significado suficientemente nítido; caso ainda existam dúvidas com respeito ao significado, elas poderão ser afastadas mediante explicações adicionais. Mas normalmente, com essas explicações consegue-se afastar apenas determinados mal-entendidos que surgem na situação concreta; de modo algum, porém, conseguimos afastar todos os mal entendidos e todas as dúvidas concebíveis. Contudo, isto é o que deveria ser exigido para que pudéssemos falar de um sentido absolutamente preciso. Sempre serão concebíveis inúmeras situações com as quais não contamos e para as quais não está fixado se e como uma expressão conhecida deve ser empregada.

Ao observarmos diversos discursos, percebemos que o uso de certos recursos lingüísticos como ambigüidade, ironia e metáfora só são possíveis porque a nossa linguagem possui regras que permitem o uso de um signo em situações diversas e até mesmo não habituais. Aliás, estes recursos se tornam muitas vezes indispensáveis quando pensamos em determinados discursos como propagandas, charges, crônicas, dentre muitos outros. Portanto, uma linguagem ideal, onde não houvesse qualquer ambigüidade, indeterminação de sentido e possibilidade de mau entendimento, como queriam os filósofos tradicionais, tiraria toda a possibilidade que temos de utilizar a língua como um jogo.

Para se compreender a teoria de Wittgenstein, também se torna necessário compreender uma outra crítica dele à filosofia tradicional. Segundo a concepção tradicional, o significado da palavra tinha a função de designar o nome de algo. De acordo com Wittgens-

tein, vemos o significado da palavra como nome de algo, pode nos causar grandes tormentos. Para Wittgenstein, quando Sócrates fazia perguntas tais como: “que é verdade?”, “que é o tempo?”, “que é probabilidade?”, ele estava cometendo um erro, pois ao retirar expressões abstratas do contexto em que elas surgem para contemplá-las isoladamente, buscando sua essência, impossibilita que se chegue ao seu conceito. Para Wittgenstein, o contexto é fundamental para se determinar o significado de uma palavra, e o ensino do significado é sempre um ensino relativo ao uso de algo. De acordo com Wittgenstein (1975), um signo isolado é algo morto que só ganha vida no uso. A seguinte analogia usada nos deixa claro o conceito Wittgensteiniano de uso:

(...) um mesmo quadro e, analogamente, um e mesmo radical de frase podem ser usados de maneiras diversas. Dependendo de como o quadro é empregado (para a descrição de um fato histórico, para fornecer instruções sobre a maneira como alguém deve não comportar-se numa determinada situação) ele adquire para o observador, um específico significado. E analogamente, o radical de frase recebe um dado sentido, dependendo de se vem usado de modo assertivo no modo interrogativo, no modo imperativo, etc. (Wittgenstein *apud* Stegmüller, 1977, p. 440)

Deve-se considerar que este conceito de uso está inserido no conceito de jogos de linguagem, pois o uso de uma palavra, e consequentemente seu significado, sempre estarão inseridos nestes jogos. Segundo Wittgenstein cada expressão lingüística (asseveração, pergunta, comando, etc.) acha-se sempre inserida num contexto mais ou menos abrangente de ações lingüísticas ou extralingüísticas. São principalmente estas atividades que Wittgenstein tem em vista quando utiliza a expressão “jogos de linguagem”. De acordo com Wittgenstein (1975), um jogo de linguagem consta nas situações normais, de uma seqüência de manifestações lingüísticas, a que se associa, ainda, uma determinada situação externa, e a que se juntam na maioria das vezes outras ações. Fazer relato de uma vivência, narrar um conto de fadas, ler um livro, deduzir teoremas, contar anedotas, dar ordens e instruções, descrever um quarto etc., seriam exemplos de atividades que Wittgenstein considera como jogos de linguagem. Como foi dito anteriormente, para Wittgenstein devemos considerar o uso de um signo lingüístico dentro de um jogo de linguagem, e não isoladamente, e as regras para o uso são as regras que governam o jogo de linguagem. Para todas as atividades discursivas, e para o ca-

so limite dos atos de fala, vigoram determinadas regras que os participantes de um tal jogo acolhem (situações normais).

Os jogos de linguagem são formas de vida, práxis entre outras práxis, em que importam o papel do signo e não sua significação última. Eles só fixam conceitos ou idéias se isso for necessário para a compreensão e para o uso adequado. Saber do significado envolve saber a que objeto alguém se refere uma dada ocasião de uso, se é gíria ou não, se é um segmento incompleto de uma fala, se a prosódia importa ou não etc. Saber disso é simplesmente saber como usar, e para Wittgenstein, quem sabe usar, geralmente sabe o significado. De acordo com Araújo (2004, p. 232), “o discurso é uma prática em meio a outras tantas práticas, formado com regras anônimas, históricas, determinadas no tempo e no espaço, que definem para uma dada época e para uma dada área social, econômica, geográfica, ou lingüística, as condições do exercício da função enunciativa”. E daí surge a necessidade da pragmática. Todo discurso é uma construção social e não individual, que só pode ser analisado considerando seu contexto social. Para Wittgenstein, o contexto social também é essencial, pois é o uso das palavras, dentro deste contexto, que determinaria o que há para ser compreendido dentro de um discurso. Bakhtin (*apud* Mussalín, 2001), considera que a verdadeira substância da língua é constituída pelo fenômeno social da interação verbal e que o ser humano é inconcebível fora das relações que o ligam ao outro. E assim como Wittgenstein, Bakhtin (*apud* Mussalín, 2001) critica a concepção de língua enquanto estrutura, pelo fato de, ao ser tomada como alheia aos processos sociais, não ser articulável com uma prática social concreta, com a história e tampouco com o sujeito. Ao relevar a prática social e cultural, Wittgenstein compara a compreensão do signo lingüístico à compreensão de uma frase musical:

Compreender uma frase musical não pode deixar de envolver os conceitos de jogo de linguagem, de cultura, de vida. De fato, compreender uma frase musical não implica somente em compreender a música em geral (“nossa música”), isto é, o domínio de certas técnicas; exige- e a solução de Wittgenstein é de um contextualismo extremo, o domínio de outras técnicas próprias da nossa cultura, a capacidade de falar da música- de maneira culta, senão especializada- em relação a outras formas de arte, poesia, teatro etc., de produzir um discurso relativamente elaborado, envolvendo conhecimentos de outros setores da cultura. Se para compreender (a fundo) uma simples frase musical devemos (em última análise) mobilizar toda cultura é porque a frase está enraizada em

nossa linguagem, inserida em nosso mundo de idéias e de sentimentos. O que há para compreender na frase é determinado pela cultura". (Wittgenstein *apud* Chauviré, 1989, p. 119-120)

A teoria de Wittgenstein de que os signos podem assumir diversos significados de acordo com o contexto, é uma boa base para compreendermos como os discursos são verdadeiros jogos jogados com signos. E nestes jogos, o indivíduo tem a liberdade de significar e ressignificar as palavras de acordo com as suas intenções, experiências e representações, respeitando sempre as regras que regem esse grande jogo que é a linguagem. O contexto social e cultural estará sempre exercendo uma importante função para determinar o significado e o processo de compreensão das palavras dentro do contexto nos quais elas surgem.

As reflexões de Wittgenstein representam uma grande contribuição ao que hoje se sabe sobre linguagem, e sua teoria está enraizada em diversos ramos dos estudos lingüísticos. Segundo Araújo (2004), há algumas décadas, tanto os lingüistas como os filósofos, têm se debruçado sobre as questões abertas pela via Wittgensteiniana dos jogos de linguagem. Como foi possível observar ao longo deste trabalho, as reflexões empreendidas por Wittgenstein nos revela como os contextos lingüísticos e extralingüísticos são importantes para se determinar o significado de uma palavra. Sua concepção que para nós pesquisadores contemporâneos parece algo familiar foi um grande desafio para os estudiosos da época, especialmente para a filosofia tradicional que via o significado da palavra como algo previamente fixado e determinado. Concepção que também por muito tempo foi compartilhada pela lingüística. A importância de se conhecer a concepção wittgensteiniana deve-se a fato de que Wittgenstein foi um dos primeiros pensadores a considerar a práxis lingüística como algo determinante para compreendermos como ocorre o processo de significação e compreensão das palavras. E desta forma, sua teoria, conseqüentemente, influenciou tanto outros estudos com enfoques pragmáticos, como a pragmática vista como um segmento dos estudos da linguagem.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

ARAÚJO, I. L. *Do signo ao discurso*: Introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola, 2004.

CHAUVIRÉ, C. *Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

MARCONDES, D. Desfazendo mitos sobre a pragmática. *Alceu*, v.1, n.1, p. 38- 46, 2000.

MUSSOLIM, F. e BENTES, A.C. *Introdução à Lingüística II- Domínios e Fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.

NEF, F. *A Linguagem*: uma abordagem filosófica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

STEGMÜLLER, W. *A filosofia contemporânea*. Vol. 2. São Paulo: EPU/EDUSP, 1977.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

WITTGENSTEIN, L. *The blue and the Brown books*. Oxford: Basil Blackwell, 1969.

A INTERAÇÃO EM RELATÓRIOS

Karla Perim Muzzi
karlamuzzi@yahoo.com.br

Começamos por inserir este estudo na disciplina, ou se preferir, na ciência que lhe dá suporte teórico. Uma ciência heterogênea, de fronteiras fluidas, que permite diferentes perspectivas e que pode ser comumente reconhecida como a ciência do uso da linguagem verbal, a Pragmática. Mesmo admitindo a imensa variedade de estudos pragmáticos, encontramos certos pressupostos comuns às diversas perspectivas. Qualquer que seja a posição ou o ponto de vista adotado, quando se trata de pesquisas pragmáticas, é imprescindível se fazer referência à dimensão dialógica e interacional dos enunciados.

Interessa a Pragmática compreender o sentido do enunciado, não o seu valor semântico. Nesse caso, exige inserir o enunciado numa situação interlocutiva concreta e singular, uma vez que a análise da língua em uso pressupõe observar os processos para a produção de certos significados em determinados contextos. Em suma, deve-se estabelecer prioritariamente uma relação intrínseca entre 3 parâmetros: o enunciado – o falante – o contexto. Essa relação triádica permitirá determinar o significado produzido na interação discursiva, sempre único e particular.

Mais à frente, daremos ênfase a duas abordagens teóricas e seus respectivos princípios e métodos de análise, que deverão sustentar as hipóteses levantadas em nossas análises. São elas a *Teoria da Comunicação*, de Grice, e a *Teoria da Polidez*, de Brown e Levinson. Ambas serão tratadas com exclusividade respectivamente nos dois capítulos que se seguirão.

Mas antes de apresentarmos o objeto de nossa pesquisa e seguirmos com sua caracterização, preferimos sair previamente em defesa de sua escolha, uma vez que em princípio não se trata de um *corpus* comumente usado pela Pragmática, que costuma trabalhar em especial com diálogos colhidos entre falantes. No entanto, a primazia dada à interação não desqualifica qualquer outro discurso de ser dialógico, ainda que não seja um diálogo propriamente dito, aquele que pressupõe uma conversa estabelecida entre indivíduos em presença

um do outro face a face. Maingueneau alerta para o risco de confundir diálogo com *dimensão dialógica*, argumentando que “qualquer enunciado é naturalmente dialógico, no sentido de que não poderia ser analisado de forma válida se não se o apreendesse em sua orientação para o outro”. (Maingueneau, 1996, p. 22).

Finalmente, aqui está o objeto de análise com o qual nos propomos trabalhar. São eles relatórios escritos produzidos por professores alfabetizadores, participantes de um projeto de formação continuada, denominado Projeto Formar. Oferecido a professores de dezessete municípios do norte do Estado do Espírito Santo e de dois municípios de Minas Gerais, esse projeto é resultado de uma parceria entre a Rede Interdisciplinar de Educação – RIED, ONG responsável por seu planejamento e execução, os municípios envolvidos e a Aracruz Celulose S. A., sua patrocinadora. Os professores formadores serão doravante referenciados apenas como *formadores*. A metodologia do projeto é semi-presencial, prevendo como via de contato à distância entre formadores e professores participantes o *texto escrito*, além de encontros presenciais mensais.

Os professores produzem periodicamente *relatórios* que são enviados aos seus respectivos formadores que, depois de terem avaliado o material enviado, devolvem os relatórios aos professores com seus devidos comentários, também escritos, denominados *devolutivas*. Os relatórios produzidos pelos professores fazem parte dos materiais do projeto sujeitos à avaliação, mas seus objetivos primordiais são estabelecer contato e promover discussão e reflexão entre os professores e seus respectivos formadores sobre questões de ordem conceitual e prática, relativas à alfabetização. Por essa característica aparentemente interacional e dialógica dos relatórios, eles tornam-se em princípio fontes adequadas para se observar como se estabelece a atividade discursiva entre professores e formadores.

PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO (PC)

Para o filósofo da linguagem Herbert Paul Grice (1975), qualquer ato comunicativo, mesmo um simples diálogo, normalmente é regido por um conjunto de regras implícitas, tácitas entre os falantes, que controlam a conversação para que a mensagem lingüística

trocada seja efetivada com sucesso. Grice afirma que os participantes de um diálogo empreendem esforços procurando ser cooperativos uns com os outros para se comunicarem de forma eficiente. As pessoas seguem, portanto, um princípio geral de cooperação quando se comunicam, denominado por Grice de *Princípio da Cooperação* (PC).

Seguindo a lógica de Grice, não seria possível um ato comunicativo ser totalmente livre de normas. Se assim fosse, falante e ouvinte não teriam controle sobre a própria atividade discursiva e a comunicação não seria bem sucedida. Para Grice, para que haja comunicação entre os interlocutores, a cooperação entre eles é imprescindível, necessária. Na prática, o enunciador constrói seu enunciado, por exemplo, lançando mão de estratégias discursivas, fazendo antecipações, recorrendo a informações anteriores sobre o assunto ou sobre o seu interlocutor, com o intuito de controlar o discurso para que o PC se realize.

No entanto, a teoria griceana não postula que o ato comunicativo é harmonioso, como se os interlocutores colaborassem obrigatoriamente de maneira consonante e pacífica. Ela não ignora os conflitos característicos da comunicação humana. A própria formulação das máximas e produção de implicaturas – ambas serão tratadas mais à frente – pressupõem a possibilidade de violação do PC. Fiorin confirma, “mesmo quando a comunicação é conflituosa, ela opera sobre uma base de cooperação na interpretação dos enunciados, sem o que o conflito não se pode dar. Mesmo para divergir, os parceiros da comunicação precisam interpretar adequadamente os enunciados que cada um produz.” (Fiorin, 2002, p. 178). Grice propõe uma teoria de interpretação dos enunciados e não uma ditadura de regras. Não se trata de impor princípios a serem cegamente seguidos nem tampouco de verificar se as regras são rigorosamente respeitadas na comunicação. É consenso, por exemplo, que determinados enunciados são conscientemente elaborados com a intenção de violar as regras conversacionais para que determinado efeito de sentido seja produzido, como é o caso do humor nas piadas.

A teoria da comunicação de Grice apresenta um sistema conceitual extremamente elaborado que trata da complexa natureza da conversação e das condições que a governam, por meio de contratos tacitamente acordados entre os falantes, ou seja, não são convenções

explícitas nem conscientes. Sua preocupação central reside em descrever e explicar os efeitos de sentido produzidos para além do conteúdo que é dito.

Grice faz, então, um levantamento minucioso dos princípios cooperativos que controlam a comunicação, e sistematiza o PC elaborando um quadro de *implicaturas conversacionais*, centro de suas atenções, que estariam em princípio presentes em todo e qualquer ato comunicativo. As implicaturas conversacionais são aquelas que não dependem do significado convencional das palavras, elas são determinadas por princípios gerais do discurso. Para analisá-las, portanto, é necessário recorrer ao contexto e apelar para as noções do PC e das *máximas conversacionais*.

As *máximas conversacionais* estão associadas a quatro categorias gerais formuladas por Grice. São elas:

1. Máxima da Quantidade
2. Máxima da Qualidade
3. Máxima da Relação ou Relevância
4. Máxima do Modo

Em um ato comunicativo nem sempre as máximas são cumpridas. E quando ocorre violação de uma ou mais máximas, uma *implicatura conversacional* é produzida. Uma implicatura seria, em termos gerais, o significado adicional comunicado pelo falante e inferido pelo ouvinte, suscitado por uma expressão lingüística e pelo contexto ou pelos conhecimentos prévios que ouvinte e falante têm um do outro.

TEORIA DA POLIDEZ

A Teoria da Polidez foi desenvolvida por Brown e Levinson (1987), a partir dos estudos de Goffman (1967) sobre a noção de *face*. Goffman conceitua face como “o valor social positivo que uma pessoa reclama para si através daquilo que os outros presumem ser o alinhamento por ela adotado durante um contato específico... uma imagem do self delineada em termos de atributos sociais aprovados” (Goffman, 1967, p. 77). Em termos gerais, a noção de face está liga-

da à imagem pública de uma pessoa. Refere-se ao senso emocional e social de si mesmo que as pessoas esperam que seja reconhecido pelos outros.

Brown e Levinson, que se preocupavam com a qualidade das relações sociais, concentram seus estudos na interação social entre interlocutores, porque para eles a interação lingüística está indissolúvelmente ligada à interação social. Portanto, a relação de proximidade ou distância social que os interlocutores têm entre eles determina a construção do discurso e a produção do seu sentido. Em outras palavras, o falante elabora o seu discurso, ainda que ele não tenha plena consciência disso, segundo fatores ligados a valores sociais, como status e poder social, parentesco, amizade, idade, sexo etc.

Seguem dois exemplos, para ilustrar na prática como o discurso pode variar segundo a distância ou proximidade social, sempre considerando a face do outro:

(1) – Desculpe-me, professor, posso falar com o senhor por um minutinho?

(2) – Ei, Roberto, espera aí um minuto!

No exemplo (1), fica clara a relação de distanciamento social que o falante tem do ouvinte e o uso que faz de estratégias para preservação da face dele (do ouvinte), uma vez que constrói o enunciado em termos de deferência e respeito, comuns na interação entre professor e aluno, como é o caso: o falante (aluno) inicia seu discurso já se desculpando com o ouvinte (professor) pelo incômodo da abordagem – *desculpe-me*; em vez de partir direto ao assunto, pede antecipadamente permissão ao ouvinte para falar – *posso falar*; recorre ao pronome de tratamento *senhor*, usado em situações de maior formalidade, portanto de maior distanciamento social; explicita a profissão do ouvinte – *professor* – para marcar a sua posição social, nesse caso mais elevada que a do falante (aluno), em vez de chamá-lo apenas pelo nome ou sobrenome; faz uso do diminutivo – *minutinho* – com o intuito de amenizar a imposição da abordagem, adiantando-se que o tempo e a atenção tomados do ouvinte serão curtos. No entanto, quando em situações de proximidade social, como ocorre entre amigos, o discurso geralmente é elaborado em termos de a-

mizade, camaradagem, solidariedade, como no caso do exemplo (2). Quanto mais socialmente próximos forem falante e ouvinte, menores são os riscos de ameaça à face do outro, portanto, recorre-se muito menos a estratégias de polidez que procuram atenuar tal ato.

Recorrendo, então, à noção de face de Goffman, Brown e Levinson sistematizam sua teoria a partir de duas categorias de necessidades de face: *polidez positiva*, que corresponde ao desejo que todo interlocutor tem de ser apreciado e aceito pelos outros; e *polidez negativa*, que corresponde ao desejo de todo indivíduo em não sofrer imposições por parte do outro, de ter liberdade de ação. A polidez positiva possibilita, então, a aproximação e solidariedade, e a negativa enfatiza a distância e a independência.

Em suma, o ato de salvamento da face que é orientado para a face negativa – que representa a necessidade de ser independente – tende a mostrar deferência, respeito, acatamento, atenção, ou seja, enfatiza a importância da preocupação com o outro. O ato de salvamento da face que por sua vez é orientado para a face positiva – que representa a necessidade de ser aceito – tende a mostrar companheirismo e proximidade, que ambos os interlocutores têm objetivos comuns.

As duas categorias, a da polidez positiva e a da polidez negativa, possuem um conjunto convencionalizado de estratégias linguísticas, com o intuito de amenizar os atos de ameaça à face, seja do produtor do enunciado, seja de seu interlocutor. Algumas estratégias polidas: demonstrar interesse, aprovação e simpatia pelo outro, usar marcas de identidade de grupo, evitar desacordos, incluir o ouvinte na atividade, minimizar uma imposição, dar deferência, desculpar-se.

ANÁLISES

Como já salientado anteriormente, nosso objeto de análise foge ao padrão dos textos utilizados em análises pragmáticas que lidam com a interação, tipicamente diálogos entre falantes. Desafio que nos propusemos a enfrentar, mesmo conscientes do risco de não encontrar o que procuramos e das dificuldades para lidar com o *corpus*, uma vez que colher amostras significativas e substanciais nesse tipo de texto menos comum exige um esforço maior do analista para per-

ceber os significados adicionais. Além disso, é preciso que se recorra a um número maior de fontes, para se conseguir recolher um número satisfatório de amostras. Levantamos, em 11 fontes, entre relatórios e devolutivas, 8 amostras. As duas últimas amostras contêm mais de um exemplo.

Seguem, então, os trechos de textos colhidos e retirados dos relatórios e das devolutivas os quais, segundo nossa avaliação, permitem a verificação de como se comportam comunicativamente os interlocutores quanto ao Princípio da Cooperação, de Grice, e à Teoria da Polidez, de Brown e Levinson.

As indicações entre parênteses, ao final de cada transcrição, são as referências da fonte das amostras. A letra em maiúscula e o número ao seu lado referem-se respectivamente ao município e ao número do grupo. Em seguida, segue a indicação do número do relatório ou devolutiva e enfim o ano em que foi produzido. Exemplo: *A2, 1º relatório/2006* foi o primeiro relatório escrito em 2006 pelo grupo de número 2, do Município de Aracruz.

Amostra nº 1:

Sou uma pessoa alegre, disposta, gosto de passear e de comer comida boa e principalmente de não estar sozinha, gosto de gente (e de bichos!). (A2, 1º relatório/2006)

Ainda que à primeira vista esse texto seja compreensível e não apresente nenhum problema quanto à sua interpretação, se inserido no contexto de sua produção, ele viola a máxima da relevância, que trata da pertinência ou relevância das informações ao contexto ou assunto tratado. No caso, a professora, autora do relatório, deveria relatar ao seu formador, seu leitor exclusivo, dados de seu perfil profissional, como solicitavam as instruções para a elaboração do primeiro relatório. Mas, além de tecer comentários sobre seu perfil profissional em outro trecho do mesmo relatório, a professora não deixa de explicitar comentários pessoais, que em tese seriam irrelevantes à discussão sobre os temas que se seguem no relatório em torno da alfabetização.

No entanto, levando em conta o PC de Grice, em que os interlocutores, em circunstâncias normais de interação, procuram sempre colaborar entre si para a eficiência da comunicação, podemos inferir

que a professora tenha mencionado tais questões pessoais como uma estratégia de aproximação do formador, uma forma de cativá-lo, de conquistar sua simpatia. Talvez por acreditar que seria uma forma de amenizar o desconforto de estar constantemente sendo avaliada. Ou mesmo, segundo seus valores sociais, pela admiração e o respeito que tem pelos formadores do projeto, por conta da maior experiência que eles acumularam na área e/ou assunto, ou por sua titulação mais graduada e específica.

Amostra nº 2:

Após a fala de uma das professoras do grupo de referência e que pergunta: “Como posso saber o que meus alunos já sabem da língua escrita?” Diante disso pergunto ao grupo: “Como é possível saber isso?”. (A4, 2º relatório/2006)

Amostra nº 3:

Qual a vantagem em trabalhar com enunciados maiores, como os títulos? (...) Reforcei com a mesma pergunta: “o que o grupo pensa da vantagem de trabalhar também com enunciados maiores, como os títulos?”. (A4, 2º relatório/2006)

Algumas informações contextuais prévias, antes de comentar sobre as amostras: o professor que escreve o relatório é quem também coordena os estudos e as discussões ocorridas entre os outros professores integrantes do grupo, denominados de cursistas. Uma de suas funções é relatar ao formador do grupo fatos ocorridos com e no grupo considerados por ele relevantes, para apreciação do formador. Nos dois casos, das amostras nº 2 e nº 3, o professor coordenador explicita no relatório a sua reação, primeiro diante de uma pergunta feita por uma cursista do grupo, na amostra nº 2, e depois diante de uma pergunta apresentada em um vídeo assistido pelos cursistas, um dos materiais de estudo utilizados pelos professores, na amostra nº 3.

Em ambos os casos, pode-se perceber a violação da máxima da quantidade, uma vez que o professor não responde a nenhuma das perguntas, nem a feita pela cursista de seu grupo nem a apresentada no vídeo. Em vez disso, prefere repeti-las sem fornecer nenhuma informação solicitada. Entretanto, se partirmos do pressuposto griceano, cujo PC não pode normalmente ser desobedecido, sob pena de a comunicação não se estabelecer eficientemente, devemos procurar compreender a postura do professor coordenador, inferindo a impli-

atura que estaria sendo realizada. Pois bem, se sua função no grupo é exatamente levantar discussões e fazer provocações, sem dar respostas prontas aos cursistas, podemos levantar a hipótese de que ele tenha agido, então, segundo seu papel de forma correta e ética. Enfim, uma máxima foi violada, nesse caso a da quantidade, segundo supomos, intencionalmente em prol da formação dos cursistas, implicando que eles deveriam refletir mais ponderadamente sobre a questão em discussão e por si próprios tirarem suas conclusões, ainda que provisórias.

Amostra nº 4:

...tenho até dificuldade em referir-me à vossa pessoa por 'você'(...)
Seria uma intimidade permitida a uma mera admiradora? (A1, 1º relatório/2005)

Os professores participantes do projeto – entre coordenadores e cursistas – têm em geral grande admiração e respeito pelos professores que compõem a equipe de formadores, como já dito aqui anteriormente. Isso pode ser conferido em relatos como o da amostra nº 4, em que a professora deixa claro esse sentimento, por meio de um discurso deferente, a julgar pelos recursos de que lança mão. Ela recorre a algumas estratégias polidas que elevam a auto-estima do formador, como o uso do pronome possessivo (*vossa*) relativo à segunda pessoa, tipicamente utilizado no trato com pessoas de status ou poder social mais elevado do que o de quem faz a abordagem. Aqui a própria professora torna claramente explícita a sua dificuldade para se referir ao formador com maior intimidade, chegando a solicitar-lhe diretamente a sua permissão para tal aproximação. A professora procura ofuscar-se, à medida que formador é exaltado, auto-designando-se humildemente como *mera admiradora*.

Todas essas estratégias, típicas de polidez negativa (Brown e Levinson, 1987), têm um objetivo comum: atenuar os possíveis riscos de ameaça à face do formador, dando-lhe indicações de que a sua superioridade está sendo reconhecida pela professora. Uma forma astuta, ainda que necessariamente não premeditada, de deixá-lo à vontade e confiante de trabalhar com a professora que, ao final, acaba sendo beneficiada com o resultado.

Amostra nº 5:

Sei que posso correr o risco de parecer puxa-saco, mas... (A1, 1º relatório/2005)

Uma outra estratégia polida para amenizar uma possível ameaça à face do interlocutor, como ocorre em pedidos diretos, é o abordador admitir francamente que ele está impingindo à face de quem está sendo abordado. No entanto, no caso dessa sexta amostra, o professor (quem faz a abordagem) não está em princípio ameaçando a face do formador (quem está sendo abordado) com pedidos ou solicitações, por exemplo. Ao contrário, o professor utiliza, em tese, um discurso típico de polidez negativa, nesse caso, para enaltecer o formador, como podemos supor, quando diz que pode parecer um *puxa-saco*, adiantando-se para a bajulação que certamente virá em seguida.

Podemos ainda inferir que o professor lança mão de uma estratégia ao seu favor, para salvaguardar a sua face negativa de bajulador, quando, antes de partir diretamente para as lisonjas, adianta-se ao formador, reconhecendo explicitamente que poderá correr o risco de parecer um puxa-saco. O professor ainda ameniza a ameaça a sua própria face na elaboração da estrutura lingüística. Ele recorre ao uso de elementos lingüísticos que tornam o grau de ameaça mais moderado, mais ameno. Em vez de dizer, por exemplo, que está se comportando como um puxa-saco, ele pondera, indicando apenas a existência da possibilidade de aparentar-se um puxa-saco: com os usos do verbo poder (*posso*), da expressão *correr o risco* e do verbo *parecer*.

Amostra nº 6:

Inicialmente gostaria de desculpar-me por... (...), espero que considere as minhas desculpas... (C2, 2º relatório/2006)

Entendemos essa sexta amostra como uma maneira de o professor comunicar ao formador a sua intenção de não lhe impingir. Mostrar-lhe que tem consciência dessa possibilidade e que a está levando em conta esse conhecimento na sua possível ameaça à face do formador, seja ela qual for. Aqui o professor desculpa-se com o formador pedindo sua ‘absolvição’, que o formador ‘cancele’ o débito implícito no ato de ameaça à face do formador, seja ele qual for. O professor mostra-se preocupado, cuidadoso com a relação entre ele e seu formador.

Amostra nº 7:

7.1 Gostaria de sugerir que, no próximo relatório, você organizasse... (A2, 1ª devolutiva/2006)

7.2 Concordo que precisamos trocar experiências didáticas e ter acesso ao maior número possível de situações de aprendizagem inovadoras, criativas. Mas – não podemos também inventar algumas? (A2, 1ª devolutiva/2006)

7.3 No quarto parágrafo parece-me que falta alguma informação. (A4, 3ª devolutiva/2006)

Os três exemplos acima estão reunidos na sétima amostra porque trazem uma característica comum. Em todos eles o discurso é moderado e cooperativo, mesmo que os recursos linguísticos utilizados sejam distintos. O produtor do discurso, nesses casos o formador, está sempre interagindo com seu interlocutor, o professor, sem fazer imposições nem cobranças. Com essa estratégia, formador e professor saem beneficiados já que, ao mesmo tempo, são resguardadas a face negativa de um e de outro. O formador não expõe sua face negativa e o professor não é submetido a uma situação constrangedora e desagradável, colocando sua face em risco, como comumente ocorre em momentos em que se está sendo avaliado.

Em 7.1, o uso do futuro do pretérito, no verbo “gostar” (*gostaria*), dá um tom polido ao texto. Além disso, o formador deixa clara a sua intenção de fazer uma sugestão e não imposição.

Na situação do exemplo 7.2, o formador poderia ter intervenido abruptamente sobre o comentário inicial do professor (advindo do relatório), dizendo sem cerimônias e prolegômenos que o professor pode ou mesmo deve inventar situações de aprendizagens inovadoras e ponto final. Mas ele opta por um discurso polido, que busque não provocar nenhum constrangimento, o que poderia deixar o professor coagido. Sua primeira reação é concordar com a constatação do professor sobre a troca de experiências e o acesso a situações de aprendizagem. Em seguida, ele apresenta a sua proposta ao professor em forma de pergunta, como se estivesse levantando uma discussão, e não lhe impondo como deveria agir. E para atenuar ainda mais a avaliação, um operador negativo de probabilidade é inserido logo no início da pergunta. Outra maneira de evitar uma resposta coercitiva do interlocutor, dando-lhe inclusive a chance para negar o questionamento. Provoações indiretas desse tipo costumam passar confian-

ça para o interlocutor, que não se sente intimidado por estar sendo avaliado, e transmitir-lhe segurança para continuar com suas reflexões.

Em 7.3, também fica claro o discurso comedido do formador, que levanta a possibilidade de falta de informação no texto do professor, por conta de uma impressão deixada pelo texto, em vez de apontá-la como um erro indiscutível. Essa postura polida do formador permite ainda que o professor não se sinta tão incomodado com as intervenções em seus textos, melindre muito comum quando se trata de interferências em textos de sua própria autoria.

Amostra nº 8:

8.1 Enfim, pelo que vejo valeu a reescrita, não valeu? (A4, 2ª devolutiva/2006)

8.2 E o que você acha? / O que pensa? (A4, 3º relatório/2006)

8.3 Não acha? / Não é? (A4, 4º relatório/2006)

8.4 Vocês concordam? (A1, 1ª devolutiva/2006)

8.5 Não é mesmo? (A1, 3ª devolutiva/2006)

Os exemplos da amostra nº 8 serão comentados coletivamente porque apresentam teoricamente a mesma estratégia: o uso de perguntas que buscam confirmar uma afirmação, que geralmente antecedem o questionamento, e procuram a parceria do interlocutor, convidando-o a participar da discussão. Alguns deles, como 8.1, 8.3, 8.5, trazem, além da estrutura interrogativa, uma partícula de negação, que provoca o efeito já comentado sobre o exemplo 7.2 da amostra nº 7. Isto é, concede ao interlocutor a oportunidade de negar os questionamentos com maior liberdade, sem o mesmo efeito constrangedor de quando o interlocutor opta por responder negativamente a um ato direto e/ou impositivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria dos relatórios escritos que circulam em nossa sociedade tem em geral como função prioritária manter seu leitor informado sobre certo assunto ou acontecimento. O produtor do relatório costuma geralmente tratá-lo meramente como um espaço de registro escrito de informações técnicas e específicas, sem maiores preocupações dialógicas. Mas os analisados aqui apresentavam características próximas das típicas de interações face a face, em que os interlocutores interagem discursivamente, seguindo certas regras de conduta comunicativa.

O propósito desta análise era, então, verificar como ocorria a interação lingüística nos relatórios e devolutivas do projeto, trocados periodicamente entre grupos de professores e seus respectivos formadores. Estávamos procurando saber mais precisamente como os indivíduos se comportavam discursivamente nesses textos. E pudemos conferir que de fato, como supúnhamos, os relatórios e suas devolutivas trocados à distância apresentavam características interacionais e dialógicas bem nítidas.

Ambos os interlocutores, professores e formadores, em nome da clareza lançavam mão de estratégias menos ou mais polidas com o intuito de preservar sua própria face e/ou a do outro. A situação contextual, a distância social que mantinham entre si e o lugar social que ocupavam no projeto eram fatores levados em conta, ainda que muitas vezes inadvertidamente. Ora obedeciam as máximas conversacionais de Grice, ora as violavam, sem comprometer o Princípio Cooperativo da comunicação, ou seja, contribuíam conversacionalmente, procurando ser cooperativos uns com os outros para que a comunicação se efetivasse de modo eficiente.

Podemos, portanto, retomar a noção de diálogo defendida pelo lingüista russo M. Bakhtin:

Qualquer enunciado é concebido em função de um ouvinte, isto é, de sua *compreensão* e de sua *resposta* – não a sua resposta imediata, é claro, pois não se deve interromper um orador ou um conferencista com observações pessoais; mas também em função de sua concordância, de seu desacordo ou, em outras palavras, da percepção avaliativa do ouvinte (...) Sabemos doravante que qualquer discurso é um discurso *dialógico*, orientado para alguém que seja capaz de compreendê-lo e a ele dar uma resposta, real ou virtual". (Bakhtin, 1981: 292),

e reivindicá-la sem temeridade a relatórios escritos trocados à distância.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BROWN, Penélope & LEVINSON, Stephen C. *Politeness. Some universals in language usage*. London: Cambridge, 1987.

FIORIN, José Luiz. *A linguagem em uso*. In: —. *Introdução à Lingüística*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 165-186.

GOFFMAN, E. On face-work: an analysis of ritual elements in social interaction. In: —. *Interaction ritual: essays on face-to-face behavior*. Garden City: Anchor; Doubleday, 1967.

GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo. (org.) *Fundamentos metodológicos da Lingüística*. Pragmática. V. 4. Campinas, 1982, p. 81-103.

MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática e discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

T. TODOROV, Mikhail Bakhtin. *Le principe dialogique. Suivi de Écrits du Cercle de Bakhtin*, col. “Poétique”. Paris: Seuil, 1981.

**A INTERAÇÃO FACE A FACE: A PRESERVAÇÃO E
AMEAÇA ÀS FACES E A ESTRATÉGIAS
DE OLIDEZ EM ENTREVISTAS DA
REVISTA PLAYBOY**

André Effgen de Aguiar (UFES)
aeffgen@terra.com.br

INTRODUÇÃO

A noção de discurso implica uma maneira de conceber a linguagem resultante das influências de diversas correntes das ciências humanas reunidas frequentemente sob o prisma da pragmática. Mais que uma disciplina, a pragmática constitui certa maneira de apreender a comunicação verbal que inclui em seu escopo teórico as regras de organização vigentes em um grupo social determinado, as regras relativas ao plano do texto (os gêneros do discurso), a interatividade entre os interlocutores da troca verbal, as normas que regem o discurso, tudo isso considerado num universo de outros discursos, lugar no qual o discurso deve traçar o seu caminho.

À luz da Pragmática, serão analisadas, neste trabalho, entrevistas da revista Playboy em que são entrevistados o Ministro da Cultura Gilberto Gil, o piloto da Stock Car Cacá Bueno e o Deputado Federal Fernando Gabeira, observando e destacando, no jogo da interação entre entrevistador e entrevistado, momentos em que esses ameaçam as faces do outro e as estratégias de polidez de que fazem uso para preservar sua fachada social.

Para tal, este artigo irá embasar-se na teoria da polidez desenvolvida por Brown e Levinson (1987) integrada à noção “das faces” do sociólogo Goffman (1967) mostrando como certas estratégias sócio-interacionais de ameaça e preservação das faces, aliadas às estratégias discursivas de polidez, podem contribuir para evitar o fracasso na interação entre indivíduos.

A PRESERVAÇÃO DAS FACES: FACE POSITIVA E NEGATIVA

Nos trabalhos do sociólogo Goffman destaca-se a preocupação com o lado social das interações e observam-se as situações comunicativas do ponto de vista dos interlocutores nas interações face a face. Os estudos relativos à língua e à sociedade passam a ser vistos partindo-se do uso da fala em contextos sociais específicos.

Goffman (1967) afirma que cada indivíduo está imbuído de uma face, ou seja, um valor social positivo que cada indivíduo requer para si enquanto em interação face-a-face com outros indivíduos. Com isso, as noções de cortesia, deferência, discrição, parcimônia, escusas, etc. ganham importância, sendo condições indispensáveis para as relações sociais entre os interlocutores. Essencialmente, ao descrever a função social que as faces dos interlocutores executam, Goffman esclarece que a natureza universal humana está relacionada às regras morais de uma dada sociedade, tendendo, pois, a se tornar uma construção social.

Brown e Levinson (1987) retornaram à idéia de face de Goffman, integrando-lhe as estratégias de polidez verbal. Esses autores, partindo da noção de auto-imagem de Goffman, distinguiram dois aspectos que favorecem a imagem do “eu” (self) construída socialmente: a face positiva e a face negativa.

Para eles, a auto-imagem construída socialmente possui duas faces: uma face negativa, que se refere ao desejo de não imposição, ou à reserva de território pessoal (nosso corpo, nossa intimidade), o que inclui nossos pontos fortes ou fracos; uma face positiva, correspondente à fachada social, à nossa própria imagem valorizante que tentamos apresentar aos outros e que necessita de aprovação e reconhecimento. Como qualquer ritual de comunicação envolve no mínimo dois participantes, existem, no mínimo, quatro faces envolvidas na comunicação: a face positiva e a face negativa de cada um dos interlocutores.

Todo ato de enunciação pode constituir ameaça para uma ou várias dessas faces: dar uma ordem desvaloriza a face positiva do ouvinte, valorizando a face positiva do falante, dirigir a palavra a um desconhecido ameaça a face negativa do ouvinte (é uma invasão ao

seu “território”), mas também a face positiva do falante (que pode ser visto como uma pessoa indiscreta). Assim, pode-se distinguir:

- Atos que ameaçam a *face positiva do falante*: atos que representam auto-humilhação como o reconhecimento da própria fraqueza, da incompetência, das limitações pessoais (o que envolve pedidos de desculpas, admissão de um erro), etc.
- Atos que ameaçam a *face negativa do falante*: a promessa, por exemplo, compromete o sujeito a realizar atos que exigirão dele o cumprimento da palavra empenhada, atos de avaliação de competências alheias, julgamentos, aplicação de *feedback*, agradecimentos, aceitação de favor, etc.
- Atos que ameaçam a *face positiva do ouvinte*: receber críticas, insulto desaprovação, etc.
- Atos que ameaçam a *face negativa do ouvinte*: atos que ameçam a liberdade de ação do ouvinte, perguntas diretas sem demonstrar cortesia, perguntas indiscretas, conselhos não solicitados, ordens, cobrança de favorecimento anterior, etc.

Visto que uma mesma fala pode ameaçar uma face com o intuito de preservar outra, os interlocutores são constantemente levados a buscar um acordo, a negociar. Eles devem efetivamente procurar um meio de preservar suas próprias faces sem ameaçar a de seu parceiro. Desenvolve-se, então, todo um conjunto de estratégias discursivas para encontrar um ponto de equilíbrio entre essas exigências contraditórias.

AS ESTRATÉGIAS DE POLIDEZ

De acordo com o dicionário Houaiss o termo “estratégia” é encontrado como “planejamento de uma ação para conseguir um resultado”. Essa definição preserva a idéia de planejamento e execução de movimentos, de ações lingüísticas, ou seja, a melhor maneira de alcançar um objetivo dentre as possibilidades de escolhas ante as várias táticas.

A partir dos estudos de Goffman (1967), Brown e Levinson (1987) desenvolveram a Teoria da Polidez, que se apresenta num

conceito de comportamento social polido ou etiqueta dentro de cada cultura. Essa teoria consiste em estratégias que as pessoas lançam mão para preservarem sua face positiva e a do seu parceiro na interação.

São raras as interações simétricas em que não há ameaça às faces dos interlocutores. As relações assimétricas sempre apresentam um frágil equilíbrio, pois subjacentes a elas estão as relações de poder e disputa. Mas antes que esse equilíbrio seja quebrado, o falante pode adotar procedimentos de *facework* e neutralizar, previamente, os atos ameaçadores às faces adotando estratégias de atenuação e, dessa forma, dar um rumo melhor para a interação.

Os procedimentos de atenuação dos atos ameaçadores à face são estratégias de polidez na interação, cuja meta é assegurar uma transmissão eficaz da informação, garantindo, assim, a melhoria das relações sociais por meio da preservação das faces dos interlocutores envolvidos no processo interacional. Segundo Brown e Levinson (1987) são as estratégias de polidez positiva, a polidez negativa e a polidez indireta.

A polidez positiva aponta para a face positiva do ouvinte. Consiste em satisfazer, parcialmente, as aspirações desse ouvinte, dando a entender que há desejos comuns entre ambos, suas realizações são formas de minimizar a distância social. As estratégias de polidez positiva são:

- 1- Perceba o outro. Mostre-se interessado pelos desejos e necessidades do outro;
- 2- Exagere no interesse, a aprovação e simpatia pelo outro;
- 3- Intensifique o interesse pelo outro;
- 4- Use marcas de identidade de grupo;
- 5- Procure acordo;
- 6- Evite desacordo;
- 7- Pressuponha, declare pontos em comum;
- 8- Faça piadas;
- 9- Explícite e pressuponha os conhecimentos sobre os desejos do outro;
- 10- Ofereça, prometa;
- 11- Seja otimista;
- 12- Inclua o ouvinte na atividade;
- 13- Dê ou peça razões, explicações;
- 14- Simule ou explícite reciprocidade;
- 15- Dê presentes.

A polidez negativa ocorre se empregarmos expressões que evitam imposições ao ouvinte, como o uso de evasivas, como o desejo de não querer comprometer-se com o outro. Ela é o coração do comportamento respeitoso. Enquanto a polidez positiva é livre de limites,

a polidez negativa é específica e focada. Desempenha a função de minimizar a imposição particular dos atos de ameaça à face. É usada toda vez que o falante quiser por um limite social no curso de suas interações. As estratégias de polidez negativa são:

1- Seja convencionalmente indireto; 2- Questione, seja evasivo; 3- Seja pessimista; 4- Minimizar a imposição; 5- Mostre respeito; 6- Peça desculpas; 7- Impessoalize o falante e o ouvinte. Evite os pronomes “eu” e “você”; 8- Declare o FTA como uma regra geral; 9- Nominalize; 10- Vá diretamente como se estivesse assumindo o débito, ou como se não estivesse em dívida como o ouvinte.

A polidez indireta (*of record*) representa um ato comunicativo indireto, pois quem enuncia deixa uma saída para si, implicando um número de interpretações defensáveis. Essa estratégia permite ao locutor emitir atos ameaçadores da face, evitando responsabilidades e deixando a interpretação por conta do interlocutor. São elas:

1- Forneça pistas; 2- Dê chaves de associação; 3- Pressuponha; 4- Diminua a importância; 5- Exagere, aumente a importância; 6- Use tautologias; 7- Use contradições; 8- Seja irônico; 9- Use metáforas; 10- Faça perguntas retóricas; 11- Seja ambíguo; 12- Seja vago; 13- Hipergeneralize; 14- Desloque o ouvinte; 15- Seja incompleto, use elipses.

A PROPÓSITO: AS ANÁLISES

Como já foi anteriormente exposto, este artigo analisará três entrevistas da revista Playboy analisando à luz da noção de face de Goffman (1967) e da Teoria da Polidez de Brown e Levinson (1987) como se dá a interação entre entrevistador e entrevistado verificando as ameaças às faces envolvidas na conversação, os atos de mitigação às ameaças e as estratégias de polidez utilizadas para evitar o fracasso na interação desses indivíduos.

As entrevistas foram feitas no ano de 2007 pela revista Playboy¹, tendo como entrevistados o deputado federal Fernando Gabeira

¹ As revistas utilizadas para a análise foram publicadas nos meses de fevereiro, abril e junho de 2007.

(PV-RJ), 65 anos, sendo o deputado federal eleito com o maior número de votos pelo Rio de Janeiro (293 mil votos), jornalista, largou a profissão para ingressar na luta armada na época da ditadura, foi um dos fundadores do PV em 1987 e hoje trabalha na Câmara dos Deputados defendendo os direitos das minorias, a liberação do uso da maconha no Brasil, dentre outros. A segunda entrevista foi realizada com o cantor/ministro Gilberto Gil, 65 anos, esse artista começou como um “dos cabeças” do movimento tropicalista dos anos 60 ao lado de Caetano Veloso, seguiu por mais três décadas como compositor e iniciou sua carreira política em 1987 como secretário de Cultura de Salvador e agora ocupa o cargo de Ministro da Cultura desde o início do Governo Lula. E a terceira entrevista foi realizada com o piloto da Stock Car Cacá Bueno, 30 anos, filho do narrador esportivo Galvão Bueno (assunto tocado a todo momento ao longo da entrevista), e é o atual campeão de sua categoria (Stock Car).

A) AMEAÇA À FACE POSITIVA

PLAYBOY Cultura é algo relegado ao segundo plano no governo de um presidente que celebra a própria ignorância?

GILBERTO GIL O que você quer dizer com celebrar a própria ignorância? O fato de não ter uma formação acadêmica formal? Eu também não tenho. Minha vida acadêmica se restringe a quatro anos da escola de administração. Presidente preza muito a noção contemporânea de cultura, que é dada pelo conjunto das subjetividades em movimento. No ministério, tentamos ver a cultura com essa diversidade. Isto também faz com que ele não cobre aquele Ministério da Cultura com verbas gordas para o atendimento ao repertório clássico. A cultura hoje é muito mais que isso. Jogos eletrônicos, por exemplo, estão batendo à porta, e você não pode ficar pensando só no Museu Imperial, que é importante, mas não só.

O entrevistador quebra a face positiva do presidente dizendo que o “presidente celebra a própria ignorância”, conseqüentemente ameaça também a face positiva do entrevistado, sabendo-se que o mesmo é o Ministro da Cultura e parte atuante do governo em questão e com esse ato o entrevistador expõe sua face positiva, pois mostra não preocupar-se com a imagem social dos interlocutores e não usa nenhuma estratégia de polidez para mitigar o FTA. Ao mesmo tempo, o ministro da cultura ameaça, também, a face positiva do entrevistador quando entra em desacordo com ele, discorda da sua afirmação dizendo: “*O que você quer dizer com celebrar a própria*

ignorância? O fato de não ter uma formação acadêmica formal? Eu também não tenho.” Percebe-se também que o entrevistado usa estratégia de polidez positiva, pois evita discordar diretamente do entrevistador repetindo, em forma de pergunta, uma afirmação do jornalista.

PLAYBOY Amir Nars, da equipe Nars Castroneves, quer cassar o seu título de 2006, alegando que na última prova você tirou Hoover Orsi da pista de forma desonesta.

CACÁ BUENO Foi uma atitude extremamente desrespeitosa do Amir. Mesmo que eu fosse desclassificado, o título ainda ficaria com um piloto da minha equipe e não com a equipe dele, o que mostra que é algo pessoal. O Amir era um cara que eu tinha admiração profunda, mas ele me surpreendeu como ser humano.

Nesse caso, o entrevistador diz que o piloto faltou com honestidade durante uma corrida e que seu título poderia ser cassado. O jornalista mostra ter uma imagem negativa do piloto, nessa pergunta ele acusa o entrevistado, pondo em xeque diretamente os valores morais e a imagem pública dele. Ser desonesto é uma característica que prejudica a imagem social de uma pessoa, portanto o entrevistador ameaça a face positiva do entrevistado. Contudo, o piloto faz um ato de salvamento de face usando estratégia de polidez positiva quando tenta atenuar a ameaça à face positiva de Amir Nars (o qual o acusa de desonesto) dizendo: *“O Amir era um cara que eu tinha admiração profunda, mas ele me surpreendeu como ser humano”*, o piloto mostra como Amir é admirado, querido, através dessa estratégia o falante realiza um *facework* preservando a sua face positiva e a do outro.

PLAYBOY Por falar em Christian, como foi a briga? Vocês se envolveram num acidente e você disse que ele vivia do sobrenome. Você usou a mesma arma que usam contra você...

CACÁ BUENO Nem sempre a gente acerta no que fala. Eu estava de cabeça quente. Mas muita coisa que eu disse sobre o Christian não deixa de ser verdade...

Ao fazer a pergunta o entrevistador ameaça a face positiva do piloto, pois mostra que o mesmo se envolve em brigas, gosta de confusão (o que é reforçado outras vezes ao longo da entrevista). Depois ele usa uma fala do próprio piloto para expor ainda mais a sua face positiva *“ele vivia de sobrenome”* e alfineta o entrevistado dizendo *“Você usou a mesma arma que usam contra você...”*, ou seja, usando de polidez indireta, pois faz uma pressuposição, o entrevistador preserva sua face positiva e dando ênfase ao lado brigão do entrevista-

do, ameaça novamente a sua face positiva afirmando que o mesmo usa acusações feitas contra ele para se defender de outro. Novamente o jornalista traz informações desagradáveis sobre o piloto, submetendo-o a uma situação embaraçosa. O entrevistado, por sua vez, tenta salvar sua face positiva mitigando o FTA assumindo seu erro quando diz “*Nem sempre a gente acerta no que fala. Eu estava de cabeça quente*” e logo após de defender sua imagem pública o piloto realiza um ato de ameaça à face positiva de Christian Fitipaldi, afirmando que muita coisa que ele disse não deixava de ser verdade, ratificando que o referido piloto realmente vivia de sobrenome.

B) AMEAÇA À FACE NEGATIVA

PLAYBOY Qual é o seu patrimônio?

FERNANDO GABEIRA Uma moto no Rio, outra em Brasília, algumas câmeras fotográficas e um computador. E uns 20 mil reais. Um fundo para qualquer tragédia.

PLAYBOY Ainda está no aluguel?

FERNANDO GABEIRA Ainda? Com 65 anos, não tenho apartamento. Não vou sair do aluguel nunca.

PLAYBOY Só por curiosidade, quanto você tem na carteira agora?

FERNANDO GABEIRA Eu tenho até que passar no banco, to sem nenhum tostão [mexe na carteira]. Tenho esse 1 real aqui. Posso até te emprestar [risos].

Nesse grupo de perguntas o entrevistador mostra-se intruso na intimidade, no território do entrevistado, fazendo perguntas sobre patrimônio e questões financeiras, ameaçando a face negativa do deputado, que por sua vez utiliza estratégia de polidez positiva, evitando discordar diretamente do entrevistador, para não causar um desentendimento, o deputado repete a palavra usada pelo entrevistador: “Ainda?” para salvar sua face da imposição e também na próxima pergunta sua resposta usa novamente de polidez positiva quando ele brinca com o entrevistador, quando diz que tem apenas um real afirma: “Posso te emprestar”, as brincadeiras servem para atenuar um FTA. Na terceira pergunta o entrevistador usa de polidez negativa para atenuar a ameaça à face negativa do ouvinte, quando ele usa a expressão “*Só por curiosidade*” parece estar consciente de sua intromissão e admitindo que está impingindo a face negativa do ouvinte, usando a estratégia “peça desculpas” para mitigar o FTA.

PLAYBOY Você é vaidoso?Eu li que foi adepto do peeling.

FERNANDO GABEIRA É mentira. Eu não tenho nada contra, mas não tenho sa-co para isso. Minha idade é minha idade, meu cabelo não é pintado. Essa história de peeling foi alguém do PT que inventou perto da eleição. Bobagem, né?

Aqui o entrevistador ameaça a face negativa do entrevistado, pois, novamente, invade a sua intimidade. Geralmente, numa sociedade machista como a que estamos inseridos, um homem não deveria ter vaidade e fazer uso da cosmetologia, contudo o entrevistador afirma que o deputado faz uso de peeling, expondo sua face negativa. O deputado em sua resposta ameaça a face positiva do entrevistador e a de quem escreveu tal informação sobre sua pessoa, pois discorda categoricamente quando diz “É mentira”, depois preserva sua face positiva dizendo “*eu não tenho nada contra*” e usando de polidez indireta através da tautologia “*Minha idade é minha idade*”. Parece também que o entrevistado tenta preservar sua face positiva mais uma vez, usando novamente a polidez indireta, quando tenta diminuir a importância da informação afirmando: “*Bobagem, né?*” mostra que o fato não passou de uma atitude eleitoreira e que não tem a mínima importância em sua vida.

PLAYBOY No livro O Crepúsculo do Macho, você escreve sobre uma tal égua mimosa. Que história é essa?

FERNANDO GABEIRA Os garotos sempre pegavam cipó e faziam uma rédea. Em determinado momento, encostavam as éguas no barranco. Muitas delas ficaram viciadas e já encostavam por conta própria no barranco. Mais que uma relação sexual forçada, era uma relação sexual consentida. Elas gostavam. Minha iniciação sexual foi com prostitutas, já que as namoradas não davam. Eu morava ao lado da zona e as p(*)tas me protegiam quando viam que a polícia ia chegar. Quando eu podia me meter em alguma encrenca, elas diziam: “Vou contar para o seu pai que você está aqui”. Havia uma chamada Cubanita que era muito bonita. Foram minhas primeiras paixões [risos].

O entrevistador invade a intimidade do entrevistado através da menção à “égua minosa”, insinuando uma idéia de zoofilia, que é confirmada na resposta do deputado, concretizando, assim, a ameaça à face negativa do mesmo. O entrevistador, na formulação da pergunta, com o intuito de preservar a sua face positiva, faz uso da polidez indireta, pois fornece pistas ao ouvinte para que ele chegue à conclusão do que ele realmente quer saber, no caso, o entrevistador lança o nome da “égua mimosa” fazendo uma insinuação, a qual foi compreendida pelo ouvinte, dando a resposta desejada ao jornalista.

O entrevistado, por sua vez, preserva sua face positiva dando uma resposta coerente ao entrevistador e no final de sua resposta, para arrematar seu *facework*, o deputado faz uso de polidez positiva, pois de maneira jocosa diz: “*Foram as minhas primeiras paixões*”, referindo-se à prostituta Cubanita e a referida égua mimosa, brincando com o entrevistador ele mitiga a ameaça a sua face.

PLAYBOY Você já escreveu sobre remédios contra impotência. Experimentou?

FERNANDO GABEIRA Nunca. Mas acho que é uma droga do bem.

Aqui, fica evidente a ameaça à face negativa do entrevistado quando o entrevistador pergunta “Experimentou?”, por se tratar de um assunto tão delicado como impotência sexual, o representante da revista mostra-se indiscreto com tal pergunta, impondo uma resposta do entrevistado sobre um tema que poderia ser constrangedor.

C) AMEAÇA ÀS FACES POSITIVA E NEGATIVA

PLAYBOY O senhor promoveu uma reunião do presidente com artistas na sua casa durante a campanha pela reeleição que ganhou repercussão graças a uma declaração do ator Paulo Betti, de que “*não dá para fazer [política] sem botar a mão na merda*”. O senhor precisou fazer isso no Ministério da Cultura?

GILBERTO GIL Sartre dizia isso né? É uma opinião meio generalizada para todos que compreendem a dureza do realismo da vida. O exercício da política é o convívio com uma diversidade enorme de maneiras e interesses de se colocar diante desses interesses. Portanto, você tem que estar disposto a se defrontar com tudo.

Nessa assertiva o entrevistador ameaça as faces positiva e negativa do entrevistado, pois essa pergunta invade a intimidade do ministro porque o jornalista comenta sobre uma reunião feita dentro da casa do entrevistado, expondo seu território e ao mesmo tempo ameaça sua face positiva quando comenta a afirmação feita pelo ator Paulo Betti “*não dá para fazer política sem colocar a mão na merda*” complementando essa fala com a pergunta: “*O senhor precisou fazer isso no Ministério da Cultura?*”, aqui o entrevistador ameaça claramente a face positiva do ministro pois essa pergunta o coloca numa situação delicada em que o entrevistado poderia estar expondo negativamente sua fachada social caso o mesmo afirmasse positivamente, ou seja, que havia “*sujado as mãos*”.

Por sua vez o ministro atenua a ameaça à sua face buscando um acordo com o entrevistador, quando diz “*Sartre dizia isso, né?*” parece que o entrevistado ratifica a fala do entrevistador para mitigar o FTA dizendo que a fala é do grande pensador e não de Paulo Betti.

PLAYBOY Por falar em proximidade, o senhor e o Caetano sempre mantiveram uma relação próxima ao senador Antônio Carlos Magalhães...

GILBERTO GIL Quebrada, no meu caso, em alguns momentos de discórdia...

PLAYBOY Mas nunca rompida. O senhor acha que o governo dos aliados dele na Bahia foi um momento de prosperidade para o estado?

GILBERTO GIL Sempre encarei nossa relação com de consideração mesmo. Na minha avaliação, o período de governo dos aliados foi bastante próspero, ainda que os métodos de gestão pudessem levantar questões aqui ou ali. Mas o senador sempre foi visto como um defensor intransigente dos interesses da Bahia. Uma das críticas que ele tem feito a mim é exatamente de eu não demonstrar o interesse que ele gostaria pela Bahia, mas isso é uma questão de estilo. O que ele traduz como interesse pode não ser necessariamente a maneira como eu traduzo, e eu já disse isso a ele.

Com essa pergunta o entrevistador ameaça claramente a face negativa do ministro, pois comenta sobre seu círculo de relações, sua amizade com o senador Antonio Carlos Magalhães, invadindo sua intimidade.

Aqui o entrevistador também ameaça a face positiva do ministro, pois essa pergunta mostra-se capciosa, parece que o entrevistador quer insinuar que sendo amigo de ACM, conhecendo o passado de atos ilícitos e falcaturas realizadas por este, o ministro seria igual a ele, “farinha do mesmo saco”, provocando o ministro e expondo sua fachada social.

O entrevistado por sua vez atenua a ameaça a sua face e acaba ameaçando a face positiva do entrevistador quando interrompe sua pergunta e responde com discordância dizendo “*Quebrada, no meu caso, em alguns momentos de discordância...*”.

Porém, o entrevistador reforça o FTA com uma segunda pergunta dizendo “*Mas nunca rompida*”, pois aqui ele discorda claramente do entrevistado, contradiz sua informação anterior, ameaçando de novo a sua face positiva, com isso o entrevistador mostra que não se importa com a face positiva do entrevistado.

É interessante comentar que aqui também foram ameaçadas as faces positiva e negativa de Caetano Veloso, porém o entrevistado, “amigo” de longa data do referido cantor, em nenhum momento preocupou-se em mitigar a ameaça à face do mesmo, isso fica claro quando ele responde “*Quebrada, no meu caso,*” ele exclui qualquer explicação a cerca da outra pessoa envolvida na situação.

PLAYBOY Às vésperas dos 65 anos, sexo ainda é importante na sua vida?

GILBERTO GIL Eu responderia com o que Caetano costuma dizer: sexo é tudo, ainda que tudo não seja sexo.

Nesse caso o entrevistador ameaça a face negativa do entrevistado, pois invade claramente seu território, seu íntimo, falando sobre sua vida sexual.

Ao mesmo tempo ameaça sua face positiva, pois quando diz “*Às vésperas dos 65 anos...*” parece que o entrevistador insinua que o ministro já tenha uma idade avançada e que provavelmente poderia estar desenvolvendo alguma disfunção ou impotência sexual.

O jornalista mostra não importar-se com a imagem pública do entrevistado porque essa pergunta menciona, sem qualquer discricção, um assunto tabu para nossa sociedade, ou seja, a vida sexual de um ministro que já passou dos 60 anos o qual por muitos outros motivos além desses, deveria ter essa parte de sua intimidade preservada.

PLAYBOY Você também se mostrou irritado com a história do aumento salarial de 91% dos deputados, que acabou não acontecendo depois de muita pressão. Sinceramente, você foi contra porque está bem financeiramente?

FERNANDO GABEIRA Que é isso? Eu não tenho muita grana. Mas também não devo.

Aqui, o entrevistador ameaça a face positiva do entrevistado, pois com sua pergunta mostra claramente que duvida da atitude e dos valores do deputado, insinuando que o mesmo foi contra o aumento ou só para aumentar a sua popularidade. O uso da palavra “*sinceramente*” também deixa claro essa atmosfera de dúvida, pois nos leva a crer que o entrevistado está mentindo e com isso o jornalista pede que na hora da resposta ele não falte com a verdade.

Com essa mesma pergunta o jornalista ameaça a face negativa do deputado, pois toca novamente em assuntos financeiros, invadindo sua intimidade.

O entrevistado, por sua vez, ameaça à face positiva do entrevistador, mostrando-se assustado com a pergunta quando responde: “*Que é isso?*” parece que quer dizer: “Você está louco?” ou “De onde você tirou essa informação?” e a seguir entra em discordância com o entrevistador dizendo “*Eu não tenho muita grana*”.

CONCLUSÃO

Percebe-se pela noção de face e pelo uso das estratégias de polidez uma preocupação com o lado social da interação, pois os interlocutores são sempre levados a buscar um acordo, a “negociar” durante a conversação. Com isso, vê-se que a polidez na interação tem a função de assegurar a transmissão eficaz das informações, garantindo a melhoria das relações sociais através da preservação das faces.

Neste artigo, fica evidente que as entrevistas, por se tratarem de uma relação assimétrica, apresentam um frágil equilíbrio no que concerne à preservação das faces. O entrevistador se destaca como uma “máquina de ameaçar faces”, pois nota-se que sua função, numa entrevista não-contratual, como as analisadas neste trabalho, é “desmascarar” o entrevistado e que o ataque à face do outro faz parte da preservação da face do jornalista.

Ao entrevistado cabe defender-se dos ataques à sua face, atenuando essas ameaças fazendo uso das estratégias de polidez e, muitas vezes, também usa, como mecanismo de defesa, o ataque à face do entrevistador a fim de preservar sua imagem ou seu território.

Desse modo, pode-se intuir que a entrevista jornalística instaura-se num espaço de confronto, onde o entrevistador e entrevistado irão sutilmente se degladiar para defender e preservar suas faces.

BIBLIOGRAFIA

ROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. *Politeness some universals in language usage*. London: Cambridge, 1987.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1985.

INSTITUTO Antonio Houaiss de Lexicografia (org). *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. 2ª ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Atividades de compreensão na interação verbal. In: PRETI, Dino (org). *Estudos de Língua falada*. 2ª ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999, p. 15-45.

———. *Análise da conversação*. 5ª ed., 2ª reimp. São Paulo: Ática, 2000.

PLAYBOY. São Paulo: Ed. Abril, nº 381, fev. 2007; nº 383, abr. 2007; nº 385, jun. 2007.

A LÍNGUA: A LEITURA E A ESCRITA COMO UM ELO INTEGRADOR

Carmen Elena das Chagas (UFF)

INTRODUÇÃO

A Língua, “sistema de sons vocais por que se processa numa comunidade humana o uso da linguagem” (Câmara Jr, 1968, p. 223), é renovação, pois expressa a vida. Se ela pára, pode-se dizer que ela está morta, porque a história de uma língua é a história de um povo.

“Nenhuma língua permanece uniforme em todo o seu domínio, e ainda num só local apresenta um sem-número de diferenciações de maior ou menor amplitude.” (Cunha, 1970, p. 79). Porém estas variedades não prejudicam a unidade da língua ou a consciência daqueles que a utilizam como instrumento de comunicação ou emoção. A variedade de uma língua que um indivíduo usa, é determinada por quem ele é. Todo falante aprendeu, tanto a sua língua materna como uma particular variedade da língua de sua comunidade lingüística e esta variedade pode ser diferente em algum ou em todos os níveis de outras variedades da mesma língua aprendidas por outros falantes desta mesma língua.

Na comunicação, existe algo comum para o emissor e o receptor que lhes facilita a compreensão. Este elemento é a norma lingüística que ambos adquirem da comunidade. A norma é instável, pois está presa à estrutura político-social e pode mudar no curso do tempo se o indivíduo mudar de um grupo social. A fala é a imagem de uma norma e varia de usuário para usuário. É uma ilusão acreditar que a língua possa um dia parar, já que ela é a imagem e a voz de um povo.

A partir deste pressuposto, há duas línguas no Brasil:

Há duas línguas no Brasil: uma que se escreve (e que recebe o nome de ‘português’); e outra que se fala (e que é tão desprezada que nem tem nome). E é esta última que é a língua materna dos brasileiros; a outra (o ‘português’) tem de ser aprendida na escola, e a maior parte da população nunca chega a dominá-la adequadamente. (Perini, 2001, p. 25)

A civilização tem dado uma importância extraordinária à escrita e, muitas vezes, quando nos referimos à linguagem, só pensamos nesse seu aspecto. É preciso não perder de vista, porém, que lhe há ao lado, mais antiga, mais básica, uma expressão oral, porque o homem é apenas metade de si mesmo e a outra metade é a sua expressão.

LEITURA E ESCRITA.

Ao tratar da leitura e da escrita é necessário lembrar que estamos trabalhando com duas modalidades pertencentes ao mesmo sistema lingüístico: o sistema da Língua Portuguesa. É importante lembrar ainda que o ato de ler é incompleto sem o ato de escrever. Ler e escrever não apenas palavras, mas ler e escrever a vida, a história, segundo afirmação abaixo. “Não há, na realidade, história de palavras, senão história dos homens”. (Neto, 1970, p.71).

E o que é ler? Ler é compreender o que está escondido por um sinal exterior, é descobrir, tomar conhecimento de um texto pela leitura.

E o que é leitura? Como disse Paulo Freire:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquela. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica as relações entre o texto e o contexto. (Freire, 2004, p. 81).

As práticas de leitura e escrita constituem uma necessidade de grande importância para o desenvolvimento de cidadania e para o exercício profissional de todos numa sociedade que possua domínio de algum tipo de alfabeto escrito. A leitura e a escrita são ferramentas essenciais para o processo de ensino-aprendizagem, além de consistir num meio importante para disseminar conteúdos e promover um aprendizado consistente, onde o indivíduo internaliza o conhecimento.

A alfabetização iniciará o processo de leitura significativa. Um processo perceptivo em que primeiro se reconhecem signos. Em seguida, ocorre transferência desses signos a conceitos intelectuais. Essa tarefa se amplia de modo a formar um processo reflexivo em

que as idéias se ligam em unidades de pensamento cada vez maiores. A compreensão das idéias percebidas, no entanto, não é tudo. A leitura requer a interpretação dessas idéias e sua avaliação. A simples condição de ser capaz de reconhecer sinais gráficos, portanto, está distante de constituir-se num ato de leitura. Quando a habilidade se limita a isso, suprime da alfabetização todo seu sentido social e político.

Como o Brasil é um país plurilingüista, a pedagogia da leitura deve ser entendida como a pedagogia da diversidade, do conflito de interpretações contra a uniformização e o conformismo. Uma pedagogia que mostra ao leitor a profunda variedade lingüística, a diversidade de compreensão do texto, através dele.

Todos poderíamos escrever em português, mas na língua do Brasil, desvencilhando-nos dessas dificuldades que os gramáticos sabidos, impuseram a um patrimônio que é do povo brasileiro. Não se trata de estudar menos, mas de aprender a língua do Brasil à luz de novos conceitos e com outros fins, dentre os quais emerge soberano o do exercício da cidadania. Esse privilegia os atos de ouvir, falar, ler e escrever. É para isso que aprendemos português! (Deonísio Silva, *Jornal do Brasil*)

Por meio do código lingüístico o escritor comunica-se em qualquer tempo e espaço com o leitor. Entende-se que escritor é todo aquele capaz de escrever um texto adequado a determinado fim. Se um leitor recorre ao texto sem saber para quê ou o que buscar, ele mal consegue ler. É lendo o que está escrito no mundo real que se aprende a ler. A força da leitura, portanto, está diretamente ligada à possibilidade de escrever, utilizando-se das palavras para o aluno expressar seus sentimentos e suas idéias, tornando-se um leitor-autor.

TRABALHANDO AS VARIEDADES LINGÜÍSTICAS

Inspirando-se no personagem Chico Bento, da Turma da Mônica, toda pessoa desde o primeiro ano de vida aprende a língua materna e ao ingressar na escola, já possui uma bagagem cultural, uma vivência, uma competência lingüística. Deste modo, ela sabe sua variante etária, a sua variante local e regional. Na escola ela dará continuidade à sua leitura do mundo.

Se o professor de Língua Portuguesa não deseja discriminar, se pretende proporcionar ao aluno o acesso à tradição cultural da so-

cidade, então deverá assumir uma posição de respeito à linguagem que o aluno traz de sua comunidade. Confirma-se isto em:

Cada um de nós, professor ou não, precisa elevar o grau da própria auto-estima lingüística recusar com veemência os velhos argumentos que visem menosprezar o saber lingüístico individual de cada um de nós. Temos que nos impor como falantes competentes de nossa língua materna. (Bagno, 2001, p. 115)

O professor, então, não deve levar o aluno a empregar a norma culta? Naturalmente que deve. O que o professor não pode fazer é transformar-se em agente “castrador”, anulando as possibilidades de uma real interação, que é a condição essencial do exercício da linguagem. Ao excluir a prática da linguagem trazida do meio social, o aluno aos poucos vai afastar-se dos que participam com voz na sociedade.

O professor deve mostrar aos alunos, desde o início, as variações lingüísticas existentes, de forma que fique claro para eles que a norma-padrão é apenas uma alternativa de linguagem, mas não a única em que poderão manifestar-se. Assim, deixará claro que, do ponto de vista lingüístico, não há um dialeto superior ao outro.

Cabe ao professor mostrar ao aluno que o seu léxico será ampliado, a partir de sua valorização e respeito. Depois o professor deverá incentivar a leitura da palavra de forma agradável, curiosa e gratificante como fala Paulo Freire:

O fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve.

O espaço pedagógico é um texto para ser constantemente “lido”, “interpretado”, “escrito” e “reescrito”. (Freire, 2004: p.84-86).

Isto ocorre quando o professor coloca seus alunos em contato com a Literatura, garantindo espaço na escola para um texto capaz de conquistar o interesse dos alunos, porque responde às suas necessidades, não apenas intelectuais, mas emocionais e existenciais.

Se o aluno tem acesso a texto que de alguma maneira tenha a ver com ele, seguramente a leitura lhe parecerá uma experiência atraente e compensador o esforço que faz para aprender a ler. Os critérios para escolha de textos são o da legibilidade, ou grau de dificuldade, a relevância e o interesse. O tema é o fio que permite a per-

cepção e produção da linguagem e o desenvolvimento de um novo sistema simbólico que é o da linguagem escrita. Só nessa medida o texto será vivenciado como uma unidade significativa que amplia não apenas o léxico, mas a comunicação do leitor em qualquer tempo e espaço, assim como sua auto-estima.

Desta forma, o professor de Língua Portuguesa, valorizará a cultura nacional brasileira, seus modos e seus usos, a partir daqueles mais próximos à realidade do aluno de maneira a se estabelecer melhor identificação espaço-temporal-existencial.

A escola, para Chico Bento e outros a quem representa, jamais, poderá alhear-se das condições sócio-culturais, econômicas deles, de suas famílias e de seus vizinhos. O respeito à dignidade destes “Chicos” não permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que trazem consigo para a escola.

A escola não pode desconsiderar o saber de experiência feito do aluno e nem a explicação do mundo na qual faz parte a compreensão de sua própria presença. Assim, o papel fundamental da escola e, particularmente, do professor é incitar o aluno a fim de que ele através dos materiais que se oferece, possa produzir a compreensão do objeto em lugar de recebê-la, apenas como uma “educação bancária”, segundo Freire (2004, p. 81). Ele precisa apropriar-se da inteligência do conteúdo para que aconteça a verdadeira relação de comunicação entre professor-aluno.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento humano e o avanço das civilizações dependeram, principalmente, da evolução dos meios de receber, comunicar e de registrar o conhecimento e, particularmente, do desenvolvimento da escrita. O homem é, essencialmente, um animal comunicativo, pois a comunicação constitui uma de suas atividades essenciais. Enquanto os seres mais rudimentares enfrentam o seu meio ambiente numa base de momento a momento, o homem possui a faculdade de aprender, em graus variáveis. Conseqüentemente, suas ações são influenciadas por experiências passadas. A experiência humana não é uma questão momentânea: apresenta continuidade, porque o homem tem um contato com seus antepassados e descendentes, e um

sentido de história e tradição. Tudo isso é possível graças à linguagem, seja ela oral ou escrita.

Desta forma, a leitura e a escrita serão o elo integrador das diferentes áreas do conhecimento, de identificação cultural no país e de comunicação e participação efetiva na sociedade, já que a leitura é importante para o crescimento da liberdade intelectual, pois quem lê solta a imaginação e quem cria a imagem é o próprio leitor que dá asas aos pensamentos, conseguindo níveis altíssimos de criatividade e um pouco mais de cultura, não deixando a mente limitada, consequentemente, a escrita será em função do exercício de uma cidadania consciente e transformadora.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália*. São Paulo: Contexto, 2000.
- CÂMARA JR. J. Mattoso. Dicionário de filologia e gramática. São Paulo: Lozon Editor, 3ª edição, 1968.
- CUNHA, Celso. *Língua Portuguesa e a realidade brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- NETO, Serafim da Silva. *História da Língua Portuguesa*. Coleção Brasileira de Filologia Portuguesa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Presença, 1970.
- PERINI, Mário A. *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Ática, 2001.
- SILVA, Deonísio. *Jornal do Brasil*.

A PRESERVAÇÃO DAS FACES EM *O FIDALGO APRENDIZ*

Sabrina Lima Souza
saguibr@gmail.com ou saguibr@terra.com.br

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Este trabalho objetiva analisar as estratégias de polidez encontradas na peça de teatro *O fidalgo Aprendiz*, dando ênfase às estratégias utilizadas com *Vossa Mercê* e variantes. Deseja-se observar, principalmente, como é feita a preservação das faces entre os personagens da peça, dando ênfase ao personagem principal da peça (o fidalgo D. Gil).

CORPUS

O corpus deste trabalho é composto por um entremês português intitulado *O fidalgo aprendiz*. Nesta peça portuguesa conta-se a história de um burguês (Dom Gil) que está tendo aulas para aprender os bons modos da fidalguia. Muito ingênuo, o fidalgo acredita em seus amigos (Dom Beltrão, Isabel e Britez) e em seu fiel empregado (Dom Afonso), mas, na verdade, estes quatro últimos na verdade quem roubar o ingênuo burguês e para tanto montam uma armadilha com o objetivo de roubar a fortuna do fidalgo aprendiz. E conseguem. Na noite em que Dom Gil iria raptar a sua amada (Britez), Dom Beltrão, Dom Afonso e Isabel armam um flagrante de roubo para Dom Gil, e disfarçados de autoridades dois dos malfeitores dão ordem de prisão para o fidalgo, alcançando, desta maneira, o objetivo do grupo.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS – METODOLÓGICOS

Neste trabalho parte-se dos pressupostos teóricos propostos na teoria da polidez de Brown e Levinson (1987).

Esta teoria da se baseia no conceito de *face*, que é utilizada em sentido metafórico, referindo-se a personalidade do homem como membro individual da sociedade da qual faz parte. Assim sendo, a

imagem deste homem é construída por dois fatores que se complementam: a *face positiva* e a *face negativa*. A primeira seria composta pelos desejos positivos que o indivíduo busca para si próprio (a imagem positiva que o indivíduo tem de si e que espera que seja reconhecida e reforçada pelos outros), o conjunto das imagens valorizadas de si mesmos que os interlocutores constroem e tentam impor na interação. A segunda seria composta pelos desejos que o indivíduo tem de que seus atos não sejam impedidos pelos outros, seria o conjunto dos territórios do 'eu' (território corporal, espacial, temporal, bens materiais ou simbólicos). Assim sendo, temos dois tipos de polidez: (i) a polidez positiva ligada à aprovação e afiliação dos atos praticados; (ii) polidez negativa relacionada à autonomia e território. Para estes autores, todos os atos que um falante realiza tendem a ameaçar a uma das faces de seu interlocutor e, de maneira geral, os participantes de uma interação sempre procuraram defender a sua própria face e a de seu interlocutor, ou seja, os falantes estão sempre em busca da preservação das faces, e evitando um Ato de Ameaça à Face (AAF).

Além de realizar análises qualitativas realizar-se-á também análises quantitativamente dos dados da peça que compõe o *corpus* e para tanto se utilizou, após a codificação dos dados, o programa varbrul.

AMOSTRA DO ENTREMÊS

Levantaram-se as estratégias nominais e pronominais que apareceram na peça portuguesa *O Fidalgo Aprendiz*. Neste *corpus* encontrou-se um número razoável de estratégias nominais de tratamento (como *senhor*, *expressões carinhosas*, *mestre*, *títulos de ocupação*, entre outras), mas não encontramos nenhum dado de *você*. Foram encontrados três dados de *Vossa Mercê* e um de *Vossancê* que serão todos analisados qualitativamente mais adiante.

O predomínio das formas pronominais

Verificou-se na análise dos dados que as estratégias pronominais de tratamento predominantes foram as formas *tu* e *vós*. Como se verifica nas tabelas a seguir.

| Fórmulas de tratamento | | |
|-------------------------|----|-----|
| | Tu | Vós |
| pronominal | 9 | 74 |
| verbal - não imperativo | 7 | 108 |
| verbal - imperativo | 6 | 86 |
| Total | 22 | 268 |

Tabela 1- Formas pronominais de tratamento

| Relação de poder | | |
|--------------------|----|-----|
| | Tu | Vós |
| superior- inferior | 18 | 95 |
| inferior-superior | 0 | 64 |
| igualitário | 4 | 107 |

Tabela II- Relação de poder

| Solidariedade | | |
|-----------------|----|-----|
| | Tu | Vós |
| mais solidário | 13 | 67 |
| menos solidário | 9 | 199 |

Tabela III- Relação de solidariedade

| Relação de afeto | | |
|------------------|----|-----|
| | Tu | Vós |
| mais afeto | 11 | 28 |
| conflito | 7 | 53 |
| imparcialidade | 3 | 185 |
| ironia | 1 | 0 |

Tabela IV

| Natureza da relação | | |
|---------------------|----|-----|
| | Tu | Vós |
| interpessoal | 15 | 99 |
| transacional | 7 | 167 |

Tabela V

Segundo Cintra (1972) que no século XVII a forma pronominal relacionada à intimidade era o *tu* e que o *vós* era uma forma de polidez (cortesia). Assim sendo, é na

Como se observa nas tabelas acima o *vós* era a forma pronominal de tratamento mais utilizada (com um total de 268 ocorrências) expresso por desinências verbais da segunda pessoa do plural e ocorria predominante em relações igualitárias, menos solidárias, imparciais e transacionais. Lembrando que a história se passa em meio urbano e que conta como Isabel, Britez, Dom Afonso e Dom Beltrão roubaram o dinheiro do burguês que pretendia tornar-se fidalgo (Dom Gil). Primeiro, os impostores conquistaram a confiança de Dom Gil, passando-se por pessoas confiáveis, para as quais o fidalgo poderia dar credibilidade. Daí, o tratamento mais respeitoso expresso pela forma de segunda pessoa do plural. Como o objetivo de Isabel, D. Beltrão e Affonso era roubar o fidalgo estes fingiam que eram pessoas confiáveis e dissimulavam respeito pelo fidalgo tratando-o por *vós*. Como os três malfeitores não queriam que D. Gil Cogominho desconfiasse do plano que tramavam, eles se tratavam mutuamente utilizando a forma de segunda pessoa do plural também entre eles já que D. Gil não poderia desconfiar que os três se conhecessem e que inclusive eram cúmplices. Pode-se dizer que *vós* predominava em relações transacionais, ou seja, relações que possuem um objeto de negociação concreto, pois tanto os falsos amigos do D. Gil como os professores destes estavam durante todo o tempo *negociando* com o fidalgo alguma coisa: a falsa amizade ou o emprego. Além disso, percebe-se que *vós* predominava em relações igualitárias de poder, uma vez que a maioria dos diálogos ocorria entre os malfeitores e este se tratavam desta maneira. No entanto, observa-se que se utilizava

vós também no trato de superior-inferior e de inferior-superior, pois tanto D. Gil tratava seus empregados quanto recebia *vós* destes.

Além disso, o *vós* era utilizado em relações interpessoais e de afeto isso porque Britez o utilizava para sua mãe. Como se sabe o *vós* era o tratamento de respeito, logo se pode dizer que Britez o utilizava para sua mãe com o objetivo de não realizar AAF da matriarca.

Também observando as tabelas acima se percebe que o *vós* predomina em relações igualitárias, mas também ocorre em relações de superior para inferior (Dom Gil trata seu empregado Dom Afonso por *vós* e recebe *vós*) e de inferior para superior (como na relação entre mãe e filha na qual a filha trata sua mãe por *vós*). Pode-se dizer que isso ocorria porque o *vós* era a forma de tratamento pronominal que marcava distanciamento e falta de intimidade e, como se observa na peça, os personagens não demonstram muita intimidade entre si. Pode-se dizer que apenas Britez mantinha uma relação mais íntima com sua mãe, no entanto utilizava o *vós* para o trato para com ela para marcar deferência.

Desta forma, pode-se dizer que *vós* era a forma que ajudava preservação das faces na peça, uma vez que era a forma aparentemente era neutra, ou seja, que não realizava, por si só, atos de ameaça à face dos interlocutores.

A utilização das formas nominais

Foram muitos os casos em que apareceram formas nominais de tratamento, mas foram raros casos de *Vossa Mercê* nesta amostra, por isso, realizar-se-á uma análise qualitativa de cada ocorrência de *Vossa Mercê* e variantes, apresentando os contextos em que estas ocorreram.

Segundo Cintra (1972), no período em que este entremês foi escrito as formas *Vossa Mercê* e variantes estavam em decadência e não eram mais aceitas pelos fidalgos da época, assim sendo, observa-se no decorrer d'*O fidalgo aprendiz* que D. Gil almejava ser tratado por *Vossa Senhoria* e não por *Vossa Mercê* e muito menos por suas variantes.

Logo, pode-se dizer que a forma *Vossa Mercê* não contribuía para a manutenção das faces quando utilizada de inferior para superior, pois o uso desta forma realizava um AAF dos interlocutores, já que o seu uso não confirmava os desejos de face do ouvinte.

Também foram encontradas no corpus ocorrências de formas carinhosas (como *minha estrela*, *dama de grão primor*) e xingamento (como *embusteiro* e *formigueiro*). Lembrando que as formas carinhosas contribuem para a preservação das faces enquanto que os xingamentos e formas ofensivas contribuem para a perda da face do ouvinte e do falante.

ANÁLISES DE EXEMPLOS

Vejamos os exemplos a seguir:

EXEMPLO 1

Afonso - Senhor!

Gil - Se chamará o confessor tinha jeito de não vir.

Afonso - Que *manda Vossa Mercê?*

Gil - Que *tenhais* mais cortesia

Afonso - Que *mandais?*

Gil - A *senhoria* não sei para quando he

Afonso - Basta que tomou teiró de querer mais do que he seu?!

Este primeiro exemplo aconteceu quando Dom Gil estava cumprimentando seus empregados e seu criado Dom Affonso o interrompeu. Observa-se nesta passagem da peça que ocorreu uma mudança de estratégia de tratamento (de *Vossa Mercê a vós*). Segundo Cintra (1972) a forma *Vossa Mercê* neste período já estava em decadência, logo não era bem aceita por pessoas da nobreza. Como se observa no EXEMPLO 1, Gil não gosta de ser tratado por *Vossa mercê* e reclama um tratamento mais respeitoso para consigo por parte de seu criado. Affonso, por sua vez, muda a forma como trata seu patrão para *vós* e Gil então indica que gostaria de ser tratado por *Vossa Senhoria* na frase seguinte.

Pode-se dizer que Affonso ao tratar Gil por *Vossa Mercê* está realizando um AAF positiva de seu patrão, pois não está reconhecendo-o como ele gostaria, ou seja, não está reconhecendo em Gil a imagem de fidalgo que ele deseja. Logo, neste exemplo não está ocorrendo a preservação das faces dos interlocutores.

No próximo exemplo encontrou-se uma variante da forma *Vossa Mercê*, a forma *Vossancê*. Esta forma parte do professor de esgrima para o fidalgo, quando o primeiro chega à casa do fidalgo para dar-lhe aulas.

EXEMPLO 2

Mestre - Guarde Deos a *Vossancê*. *Gil* - O'Aio, pois isto he o que eu vos disse inda agora?

Affonso - Pois, se ele termo não tem, que importa que falle assim?

Gil - Vem-me elle ensinar a mim?

Pois ensinai-o também.

Verifica-se que a forma *Vossancê* ocorreu em uma relação transacional de inferior para superior. Observa-se que a relação estabelecida entre os dois interlocutores é pouco solidária e que existe um objeto de negociação bem marcado (o mestre de esgrima deve dar aulas ao fidalgo e o fidalgo deve aprender a utilizar a espada). Os dois personagens não tinham nenhuma experiência compartilhada antes desta interação.

É importante destacar a forma *Vossancê* no *corpus*, uma vez que esta marca uma estrutura nominal que, provavelmente, sofreu erosão fonética.

Vossancê é uma forma já cristalizada, que ocorre em uma saudação. Através da reação do fidalgo após receber *Vossancê* de seu professor percebe-se que o mesmo não gostou de ser tratado desta maneira (o fidalgo reclamou dos modos do professor com seu empregado), o que evidencia que neste *corpus* essa forma marca a diminuição do distanciamento entre os interlocutores e é considerada pelo fidalgo como descortês. Além disso, pode-se dizer que não ocorre a preservação das faces dos interlocutores, uma vez que o professor de esgrima faz um AAF positiva de Gil ao não reconhecer que dita forma não era a melhor forma de tratamento a ser adotada para tratar o aprendiz de fidalgo, não reconhecendo, desta forma, a imagem de fidalgo que Gil tanto reivindica para si.

No EXEMPLO 3 ocorre o oposto do que ocorre nos exemplos anteriores. Neste observa-se que Gil recebe finalmente o tratamento que esperava, reforçando desta maneira sua face positiva.

Pode-se dizer que o poeta ao utilizar a forma *Vossa Senhoria* para tratar o fidalgo está preservando sua face e a de seu interlocutor, pois está reconhecendo em Gil a imagem que este deseja e assim evi-

ta repreensão por parte do fidalgo e garante uma boa relação com este na continuação da interação.

EXEMPLO 3

Poeta: O claro humor de Pyrene

Em dipluvios frafrantes candidize,
Borde, esmalte, retoque, aromatize.

Gil: Aio! Este homem vem perene!

Poeta: A graça, a gentileza, a fidalguia,
O grão valor, o literário estudo,
De *vossa senhoria!*...

Gil: Vedes, Aio?... todavia
Bem disse eu que era sesudo!...

No EXEMPLO 4 observamos como as formas de tratamento são utilizadas em uma situação de conflito.

EXEMPLO 4

Gil - Fallai embora de boca mas deixai estar as mãos!...

Beltrão - Que dizeis vós, **formigueiro?**

Gil - Senhor Alcaide ou que he... **Escute vossa mercê!**...

Affonso-Inda fallais, **embusteiro?** Estes são os mais daninhos

Gil - O' **molher do inferno**, toda nacida para por nada no sangue dos cogominhos...

Isabel- Meu senhor Almocacel,

Tudo são desculpas froxas. Requeiro que veja as troxas!...

Neste exemplo verifica-se um diálogo entre Gil (o fidalgo aprendiz), Beltrão, Affonso e Isabel (que são os 3 golpistas). Trata-se do momento final da peça, no qual os golpistas roubam o fidalgo. Percebe-se, neste trecho, a grande utilização de formas nominais como *formigueiro*, *embusteiro*, *molher do inferno* e *vossa mercê*. Estas formas estão sendo utilizadas em uma situação de conflito e os personagens Affonso e Beltrão não temem realizar AAF devido a sua posição como autoridades, detentores da lei, uma vez que eles estão vestidos como se fossem policiais. Assim sendo, os dois malfeitores utilizam formas ofensivas para tratar ao fidalgo D. Gil. Este, por sua vez, tenta escapar do falso flagrante e tenta se explicar e, para tanto utiliza a forma de tratamento *vossa mercê* para tratar as falsas autoridades, mas esta forma não surge efeito e os malfeitores não o deixam falar. Isabel também não tem medo de perder sua face e de realizar AAF de Gil porque está fingindo que é vítima do fidalgo e por isso o acusa, provocando assim um AAF de Gil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem o intuito de apresentar apenas dados preliminares com base em uma amostra composta por uma peça de teatro de costumes.

De forma geral, é importante sinalar que se considerou que nenhuma forma tem em si um valor mais ou menos polido ou solidário e que para analisar cada forma foi necessário verificar o contexto sócio-pragmático de enunciação em que cada forma de tratamento ocorreu.

Confirmou-se, ao longo deste trabalho, a afirmação de Cintra (1972) de existia a “Preocupação de muitos, antes de mais nada, em não serem tratados por *Vossa mercê* e muito menos por uma das formas fonéticas decadentes *vossancê* ou *você*”. Logo, pode-se dizer que o burguês, aprendiz de fidalgo, D. Gil, enquadrava-se neste grupo dos que não queria ser tratado por *Vossa Mercê* e variantes. Já a forma *Vossa Senhoria* tem mais prestígio e marcava distanciamento social e por isso era a forma desejada pelo aprendiz de fidalgo. Assim sendo, é possível afirmar que esta última contribuiu para a preservação das faces dos interlocutores, ao contrário da primeira que sinaliza falta de respeito e desprestígio.

Quanto às formas pronominais, verificou-se que são produtivas neste *corpus* e também se constatou que a forma de segunda pessoa do plural (*vós*) é produtiva tanto em relações transacionais como interpessoais, sendo mais freqüente na primeira. O *tu*, por sua vez, ocorre tanto em relações íntimas como transacionais mais ou menos solidárias, mas predomina na relação entre filha e mãe, mostrando que quando utilizada por quem tem mais poder esta forma não implica em um ato de ameaça à face.

A partir dos dados apresentados, verificou-se que, de maneira geral, as formas de tratamento pronominais do *corpus* apresentado contribuem para a preservação das faces. Enquanto que as nominais utilizadas no *corpus* podem favorecer a manutenção das faces ou realizar AAF dos interlocutores.

BIBLIOGRAFIA

- BRAVO, Diana e BRIZ, Antonio (eds.) *Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso y cortesía en español*. Barcelona: Ariel Lingüística, 2004.
- BROWN, Roger e ALBERT, Gilman. The pronouns of power and solidarity. Em SEBEOK, Thomas (ed.), *Style in language*. Cambridge: MIT Press, 1960.
- BROWN, P. & LEVINSON, S. *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CARRICABURRO, Norma. *Las fórmulas de tratamiento en el español actual*. Madrid: Arco Libros, 1997.
- CINTRA, Luís F. Lindley. *Sobre "formas de tratamento" na Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.
- COUTO, Letícia Rebollo. *Formas de tratamento y cortesía en el mundo hispánico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- COUTO, Letícia Rebollo e LOPES, Célia Regina. *Como as pessoas se tratam no cinema latini-americano: análise das formas de tratamento em roteiros de três países*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- EELLEN, G. *A critique of politeness theories*. Manchester: Jerome Publishing, 2001.
- FONTANELLA DE WEIBERG, Maria Beatriz. La constitución Del paradigma pronominal Del voseo. *THESAURUS XXXII*, nº 2, 1997.
- LAPESA, Rafael. *Estudios de morfosintaxis histórica del español*. Madrid: Gredos, 2000, tomos 1 e 2.
- LOPES, Célia Regina. Vossa Mercê > você e Vuestra Merced > Usted: o percurso evolutivo iérico. **In:** *ALFAL. Revista Lingüística*, 14. São Paulo, 2002.
- MELO, D. Francisco Manuel. O fidalgo aprendiz. **In:** LIMA, Augusto C. Pires. *Coleção Portugal*, nº 29. Porto: Editorial Domingos Barreira, 1987.
- VIDAL, M. Victoria Escandell. Cortesía, fórmulas convencionales y estrategias indirectas. **In:** *Revista Español de Lingüística*, 25,1, 1995.
- ROBBINS, Stephen P. *Comportamento Organizacional*. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

A RETÓRICA DO CONSUMO: ESTUDO LINGÜÍSTICO-SEMIOLÓGICO DO DISCURSO PUBLICITÁRIO

Guilherme Nery Atem (UFF / UERJ)
gui.nery@globocom.com

APRESENTAÇÃO

Este texto tem como objetivo apresentar concisamente meu projeto de pesquisa atual, que estou começando a elaborar junto ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* (Mestrado), na área de Lingüística, na UERJ. Isso significa que a fase atual da pesquisa é apenas a inicial.

No momento, o que vislumbro como referências teóricas são basicamente autores de três áreas distintas:

- 1) *Filosofia Contemporânea*: Charles Sanders Peirce, Michel Foucault e Gilles Deleuze;
- 2) *Análise do Discurso*: Mikhail Bakhtin, Michel Pêcheux, Norman Fairclough e Dominique Maingueneau; e
- 3) *Linguagem Publicitária*: Torben Vertergaard & Kim Schroder, João Carrascoza e Celso Figueiredo.

Evidentemente, no decorrer da pesquisa deverei acrescentar outras fontes bibliográficas, de modo a criar um diálogo / debate entre as idéias destes autores, visando ao mapeamento do tema por mim escolhido: a “retórica do consumo”.

INTRODUÇÃO

Nosso mundo contemporâneo nos apresenta diversas questões a serem pensadas, algumas delas parecem atualizações de antigas preocupações, outras parecem radicalmente novas. Respectivamente, a questão sobre “o impacto de cada mídia que surge” e a questão sobre “os modos de subjetivação em identidades fluidas”.

Quando se adota uma perspectiva foucaultiana, tal como pretendemos fazer, consegue-se ver claramente que a produção de sub-

jetividade se dá pelo contínuo agenciamento entre discurso, verdade e poder. Michel Foucault nos mostrou como esses elementos se co-determinam e, assim, nos co-determinam – definindo aquilo que somos, numa dada época e num dado lugar; definindo também as possibilidades de se dizer o que é dito (questão de “arquivo”).

Um projeto de pesquisa que se proponha a estudar o discurso publicitário contemporâneo precisa levar em consideração o pensamento de Foucault, pelo menos enquanto fundamentação teórica. Até mesmo para poder “ir além dele”, ou seja, retomar o caminho que outros fizeram a partir dele e após ele – notadamente Deleuze e Maingueneau. Se Bakhtin, Foucault e Deleuze não estudaram especificamente o discurso publicitário, pelo menos nos deixaram fortes indícios de como se poderia fazê-lo, partindo de seus conceitos filosóficos.

O tema que proponho investigar é o da construção lingüístico-semiológica do sentido, a partir de uma análise crítica das mensagens verbais e não-verbais provenientes do discurso publicitário, no mercado cultural-midiático contemporâneo, especialmente o brasileiro.

Já há estudos realizados por autores brasileiros sobre as estratégias persuasivas do discurso publicitário: Sandmann (1993); Rocha (1995); Gomes (2003); Monnerat (2003); Carrascoza (2004a; 2004b); Citelli (2004); Perez (2004); Maingueneau (2004); Figueiredo (2005). Contudo, a novidade da minha proposta de trabalho reside na atualização (filosófico-lingüística) dessa discussão, a qual naqueles autores, se fechava numa análise endógena aos seus campos de estudos. Em minha proposta de pesquisa, contemplo análises empíricas de peças publicitárias brasileiras – especialmente de mídia impressa – a partir do instrumental teórico da Semiologia e da Análise do Discurso, e a partir também da correspondente contextualização histórico-pragmática dessas análises – a saber: a sociedade de controle e de consumo que lhe é referente.

Pretendo desenvolver um estudo que entrecruze essas vertentes, mas com a chave de leitura fornecida pelas principais correntes lingüísticas, discursivas e semiológicas na contemporaneidade. Neste sentido, penso ser extremamente produtiva uma investigação que lance mão dessas teorias para analisar criticamente as técnicas retóri-

cas mobilizadas pela Publicidade brasileira (considerada uma das mais criativas do mundo).

Esta pesquisa se justifica por ser o discurso publicitário aquilo que é, ao mesmo tempo, o que há de mais discreto (pois está por toda parte) e de mais gritante (com suas estratégias de A.I.D.A. – Atenção, Interesse, Desejo e Ação). Em Publicidade, costuma-se dizer que uma boa campanha deve produzir A.I.D.A. nos consumidores: a Atenção do consumidor se conquistaria pela imagem; o Interesse se daria pelo título da peça publicitária; o Desejo seria disparado pelo texto; e a Ação seria evocada pela assinatura do anúncio.

É claro que uma tal “negociação simbólica” pressupõe uma configuração sociocultural específica. Vivemos na época do capitalismo semiótico (imaterial e cognitivo). Hoje, o motor do capitalismo de controle é o sistema de consumo, com suas formas e conteúdos que atingem indivíduos e coletividades, prometendo-lhes “a felicidade através da inclusão social via consumo”. O próprio real (o mundo) já é uma “máquina de subjetivação”. Entretanto, o que deve nortear esta pesquisa são os “modos de subjetivação” promovidos pelo discurso publicitário, enquanto “máquina de subjetivação capitalista”. É na relação imanente entre discurso–verdade–poder–sujeito que se buscará a compreensão do controle / da modulação da subjetividade, através de afetos e signos do Semiocapitalismo. Trabalharemos na interface entre *produção de sentido* e *recepção de sentido*, tentando traçar-lhes as consonâncias, os pontos de apoio mútuos.

METODOLOGIA E CORPUS DE ANÁLISE

Por conta do tema por mim escolhido, o material com que pretendo trabalhar é o anúncio publicitário veiculado em mídias impressas, especialmente revistas de “interesse geral” e de circulação nacional.

A escolha da mídia impressa se deve a dois fatores bastante objetivos. Em primeiro lugar, porque a mídia impressa traz muito evidente a interação entre mensagens verbais (a palavra escrita e re-

gistrada na memória coletiva, e que “fixa”² o sentido da imagem que a acompanha) e não-verbais (as imagens que acompanham tais textos, e que trazem a força da captação da atenção, porta de entrada para a persuasão textual) – o que se adequa aos estudos lingüístico-semiológicos pretendidos. Em segundo lugar, pela facilidade de registro e armazenamento para posterior análise. No caso de revistas, pode-se guardá-las fisicamente ou virtualmente, com auxílio da Internet.

LINGUAGEM E DISCURSO DO CONSUMO

Penso ser interessante trabalhar a questão pragmática na (re)construção teórica dos discursos socioculturalmente relevantes – como, por exemplo, o discurso publicitário –, mesmo que teoricamente (ainda) não tradicionais. Se Austin postulou que *dizer já é fazer algo*, Catherine Kerbrat-Orecchioni dirá que *dizer é também fazer com que os outros façam*: entrevê-se aí a linguagem como “palavra-de-orderm” (Spengler, Canetti, Deleuze & Guattari). A Publicidade, ao dizer, quer fazer com que os consumidores ajam, comprando. Talvez se possa, neste ponto, pensar nas funções performativa e ilocutória (a partir de Austin e de Ducrot, respectivamente), analisando os pressupostos, os implícitos, os subentendidos.

Ao chamar Gilles Deleuze para participar da composição teórica deste trabalho, nosso desejo é o de contextualizar o discurso publicitário do consumismo na configuração da atual sociedade de controle. O controle promove a modulação afetiva dos indivíduos, através de discursos forjados por redes de relações de força – as quais produzem necessariamente uma subjetividade igualmente modulada.

Ao estudar a sociedade de controle, Deleuze nos chama a atenção para uma nova configuração política. Estamos vivendo uma era de transição entre o capitalismo de produção (material) e o novo capitalismo de sobreprodução (imaterial). Com isso, novas formas de relacionamento e de pensamento surgem, bem como novas formas de

² Roland Barthes chamou de “fixação” à tarefa do texto no “fechamento”, no direcionamento da interpretação da imagem, num anúncio impresso. Ver o texto A “retórica da imagem”, in *O óbvio e o obtuso* (1990).

dominação e de resistência. Trata-se, hoje, de mapear as novas potências e impotências de existir. Este seria, resumidamente, o contexto sociocultural, o pano-de-fundo.

Especificamente em Análise do Discurso, lançaremos mão das teses de Dominique Maingueneau, especialmente: interdiscurso; práticas inter-semióticas; ethos. Maingueneau dedicou obras fundamentais a esses estudos. O interdiscurso é um pressuposto para todas as teorizações vindouras. Ele se revela na gênese mesma dos discursos: todo discurso é, de saída, dialogal, dialogado com discursos anteriores. Não há “nascimento de um discurso puro” (Michel Serres e Gilles Deleuze já diziam que “a pureza” é um ideal promovido por uma estranha forma de fé).

As práticas inter-semióticas nos permitirão, certamente, realizar uma análise dos “textos” vindos de diferentes matrizes (verbal e não-verbal). A Publicidade talvez seja inteira uma “prática inter-semiótica”. Restar-nos-ia estabelecer isso. A Publicidade, como prática social inter-semiótica, agencia diversos “textos”, e os compõe em um discurso cuja finalidade é vender (seja um produto, seja uma marca). Ao lançarmos mão do conceito de “práticas inter-semióticas”, pretendemos adquirir uma visão global do discurso publicitário atual.

O conceito de ethos, por sua vez, nos permitirá não só detectar “quem diz”, mas principalmente “como se diz”. Isso servirá para estabelecer os “lugares” socioculturais dos discursos publicitários. Foi Nietzsche quem estabeleceu a questão a respeito de “quem diz”, ao afirmar que o que se diz muda conforme quem o diz.

Se o ethos implica uma cena – como diz Maingueneau (Maingueneau, 2004, p. 95) – há que se buscar, na enunciação, o “enunciador encarnado” (imanente) em uma fala cuja gênese estaria para além do texto. É toda uma série de referências que um texto carrega em si e pressupõe. É o mundo que se apresenta nele.

Se os contextos socioculturais se mostram fundamentais para o estudo das práticas discursivas, então devemos traçar minimamente um histórico das relações entre os contextos e os discursos. Ou seja: necessitamos de um panorama que dê conta do discurso verbal, desde suas primeiras teorizações (clássicas) até suas mais recentes in-

vestigações (contemporâneas) – e, no caso de um projeto de pesquisa como esse, do estudo das estratégias lingüísticas que constroem uma retórica eficaz – ontem uma “retórica na Ágora” (democracia), hoje uma “retórica midiaticizada” (consumo).

A RETÓRICA DO CONSUMO

Em geral, a Publicidade impressa (nosso *corpus*) lança mão de quatro elementos básicos: *diagramação* (captar a atenção); *título* (gerar interesse); *texto* (criar desejo); *assinatura* (conduzir a uma ação). A *diagramação* é a arte de hierarquizar informações, e tem como tarefa fazer o anúncio sobressair em meio ao atual excesso de informação. O *título* (*exórdio*) deve trazer o nome do anunciante (segundo David Ogilvy e Roberto Menna Barreto), ou não deve trazê-lo (segundo Celso Figueiredo), e serve para fazer o leitor querer ler o *texto*. O *texto* (*narração* e *provas*) não precisa ser necessariamente pequeno (a legibilidade confere conforto) e é o lugar propriamente dito em que se dá a persuasão, a sedução, o convencimento. A *assinatura* (*peroração*) é o encerramento do anúncio, a última chance de afetar o leitor, e se dá pelo “*call to action*” – a última frase do texto e a logomarca do anunciante. Resumindo, se a imagem gera impacto, os elementos textuais geram persuasão.

Há pelo menos três modos de relação entre o título/texto e a imagem, nos anúncios impressos: por redundância (quando imagem e texto dizem *a mesma coisa*: $1+1=1$); por complementaridade (quando imagem e texto dizem *coisas diferentes e co-dependentes*: $1+1=2$); por suplementaridade (quando imagem e texto dizem *coisas diferentes e independentes, levando a uma terceira idéia inesperada ao final*: $1+1=3$). Os discursos verbal e não-verbal se mostram visível e expressivamente co-dependentes, em Publicidade – daí a necessidade de uma abordagem semiológica.

Lingüístico-semiologicamente, há alguns elementos que são considerados básicos em qualquer publicidade: a *unidade* (deve-se afirmar uma única idéia e reforçá-la ao máximo³); a *escolha lexical*

³ Em Publicidade, “afirmar uma idéia única” se chama *Unique Selling Proposition*. Em Teoria da Comunicação, ver o conceito de “tautismo”, de Lucien Sfez, em *Crítica da comunicação* (1992): “repito, logo provo”.

(cuidadosa pesquisa e seleção de palavras, no eixo paradigmático, pois estas carregam significações); o “*esfriamento da mensagem*” (o discurso publicitário e sua interpretação pelo leitor devem ser “fechados” pelo recurso da “fixação” do sentido); as *figuras de linguagem* ou *de retórica* (recursos para se aumentar a expressividade e a força do texto); os *estereótipos* (fórmulas socioculturalmente já consagradas: clichês visuais e verbais, os quais aceleram a comunicação sêmica). Nem valor-de-uso, nem valor-de-troca, mas *valor simbólico*. É como dirá Roland Barthes: “(...) *ao tocar o produto pela linguagem publicitária, os homens lhe dão sentido e transformam assim o seu simples uso em experiência do espírito*” (Barthes, 2001, p. 203).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAUT, Norberto. *Breve história de la Publicidad*. Buenos Aires: Editorial Claridad S/A, 1990.

ATEM, Guilherme Nery. *O pensamento atacado: comunicação, política e produção de apatia*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2001.

———. *Comunicação, trabalho imaterial e política: controle dos afetos e administração das semioses*. Rio de Janeiro: Tese (doutorado) – UFRJ / Escola de Comunicação / Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, 2004.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992

BARRETO, Roberto Menna. *Criatividade em propaganda*. 12ª ed. São Paulo: Summus, 2004.

BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

———. *Elementos de semiologia*. 5ª ed. São Paulo: Cultrix, 1992.

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

CARRASCOZA, João. *Redação publicitária: estudos sobre a retórica do consumo*. 4ª reimpressão. São Paulo: Futura, 2004a.

———. *Razão e sensibilidade no texto publicitário*. São Paulo: Futura, 2004b.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: 1992.

———; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 2: “Postulados da Lingüística” e “Sobre alguns regimes de signos”). Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 2006.

FIGUEIREDO, Celso. *Redação publicitária: sedução pela palavra*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

———. *A arqueologia do saber*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

———. *A ordem do discurso*. 7ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Os atos de linguagem no discurso*. Niterói: EDUFF, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

———. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar, 2003.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

MERLEAU-PONTY, Maurice. A percepção do outro e o diálogo. **In:** *A prosa do mundo*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

OTTONI, Paulo Roberto. *Visão performativa da linguagem*. Campinas: Unicamp, 1998.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

PEREZ, Clotilde. *Signos da marca: expressividade e sensorialidade*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

RAMOS, Ricardo. *Do reclame à comunicação: pequena história da propaganda no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Atual, 1985.

SAMPAIO, Rafael. *Propaganda de A a Z: como usar a propaganda para construir marcas e empresas de sucesso*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier / Campus, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1970.

SFEZ, Lucien. *Crítica da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1994.

WEEDWOOD, Bárbara. *História concisa da Lingüística*. São Paulo: Parábola, 2002.

ANÁLISE DE PEÇAS PUBLICITÁRIAS À LUZ DA PRAGMÁTICA

Aline Moraes Oliveira (UFES)
alinekinha@ig.com.br

TEORIA PRAGMÁTICA APLICADA EM *OUTDOORS* DA UNIMED

“A Pragmática estuda a relação entre a estrutura da linguagem e seu uso (...). O estudo do uso é absolutamente necessário, pois há palavras e frases cuja interpretação só pode ocorrer na situação concreta de fala” (Fiorin, 2002, p. 166). Nessa tarefa, faz-se necessário trabalhar com os fenômenos da enunciação, incluindo aí a inferência; dos atos de fala; dos pressupostos e subtendidos; todos abordados e comentados de maneira entrelaçada.

O nosso corpus constitui-se de treze *outdoors*, com o mesmo conceito visual, divulgando a UNIMED na Grande Vitória. Neste trabalho, analisaremos apenas três dessas peças publicitárias. Todas as treze circularam na Grande Vitória, no primeiro semestre de 2007, mais especificamente nos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra. As ruas onde se encontravam esses *outdoors* apresentavam grande circulação de pessoas que representam as diversas classes sociais.

Sabemos que sempre há uma intenção ao comunicarmos algo e que o objetivo da propaganda é o de divulgar, propagar, convencer, vender. É fato também que a UNIMED está investindo na conquista de público de classes sociais menos favorecidas, não descartando as de maior prestígio. Dessa forma, ao “se pensar” a propaganda, faz-se necessário também selecionar o suporte e o tipo de texto adequado a cada situação. Travaglia (2002) e Bronckart (1999) dizem que o produtor do *outdoor* seleciona o(s) tipo(s) textuais de acordo com seu objetivo. O *outdoor*, então, faz jus ao objetivo da UNIMED, visto que atinge, ou tende a atingir, um público bem vasto.

Partimos do princípio de que o discurso publicitário instaura uma relação dialógica entre os participantes do evento, assim trabalharemos com uma perspectiva pragmático-discursiva, uma vez que

buscaremos analisar o outdoor em sua função comunicativa e persuasiva.

De acordo com Speber e Wilson (1995), a Teoria da Relevância diz que os sujeitos, ao participarem da atividade da comunicação, devem dar informações de tal modo relevantes, que exijam de seus interlocutores pouco tempo de processamento. Por essa instância, aplicar essa Teoria ao processo de análise dos outdoors torna-se pertinente, uma vez que, na maioria das vezes, eles são construídos com enunciados curtos⁴.

A enunciação, muitas vezes, só é compreendida a partir de certos fatos lingüísticos. Dentre eles merecem destaque a dêixis e a inferência. A dêixis, segundo Levinson é “um modo pelo qual a relação entre língua e contexto se reflete nas estruturas das próprias línguas de maneira mais evidente” (Levinson, 2007, p. 65). Assim, esse elemento lingüístico indica o lugar ou o tempo em que um enunciado é produzido.

A dêixis diz respeito às maneiras pelas quais as línguas codificam ou gramaticalizam traços do *contexto da enunciação* ou do *evento de fala*, e, portanto, também diz respeito a maneiras pelas quais a interpretação de enunciações depende da análise desse contexto de enunciação. (Levinson, 2007, p. 65)

A inferência está ligada ao fato de certos enunciados terem a propriedade de implicar outros, ou seja, à capacidade de as pessoas entenderem uma expressão não literalmente dada, de compreenderem mais do que as expressões significam, de perceberem por que um falante utiliza ora a maneira direta, ora a indireta de dizer algo (Fiorin, 2002, p. 168).

A teoria que abarca esses dois fenômenos lingüísticos – a dêixis e a inferência – que muito nos serão úteis, é a Pragmática. Ela também elenca outros conhecimentos como os de implícitos e de referenciação, que são tratados pela Teoria dos Atos de Fala, de Austin e Searle.

De acordo com Lins (2002):

⁴ Referimo-nos aos outdoors da campanha em análise e ainda acrescentamos que há algum tempo os *outdoors* eram construídos apenas com enunciados curtos, objetivos, diretos. Mas, já percebemos que esse perfil vem sofrendo alterações e que esse tipo de propaganda já trabalha com enunciados mais extensos, visto que nossos dias proporcionam outra realidade de produção.

As ações praticadas via enunciados são de modo geral chamadas de atos de fala e, mais especificamente, de pedido, cumprimento, desculpa, convite, promessa, resposta, e outros. Esses diferentes tipos de atos de fala estão relacionados à intenção comunicativa do falante, quando produz um enunciado. (Lins, 2002, p. 56)

Goffman (1967) concebe a face como “valor social positivo que uma pessoa reclama para si” e acrescenta que “toda pessoa tende a experimentar uma resposta emocional imediata à face que lhe é proporcionada num contato com os outros”. A partir dos estudos dos atos de falas indiretos, ou seja, dos estudos interacionistas, Brown e Levinson partem das proposições de Goffman e apresentam a teoria das faces, que se configura da seguinte maneira:

Há uma face positiva e uma negativa. Aquela deriva da necessidade de ser apreciado e reconhecido pelo outro, é boa imagem que o sujeito tem de si mesmo; esta advém da necessidade de defender o eu, seu território. Na interação social, o indivíduo procura salvar sua face. Por outro lado, cada um dos interlocutores tem em manter a face do outro, para não pôr em perigo a sua face. (Fiorin, 2002, p. 175).

Dessa forma, Grice estudou o princípio da cooperação para explicar a construção e a compreensão dos atos de fala indiretos. Esse princípio exige que cada enunciado tenha um objeto ou uma finalidade. Aponta Fiorin (2002, p. 176) que “(...) só se percebe o objeto ou o propósito de um enunciado quando se entendem esses implícitos”. O princípio da cooperação é estruturado por Grice através das máximas conversacionais. São elas:

1. *Máxima da qualidade*

- ✓ Não diga o que acredita ser falso;
- ✓ Não diga algo de que você não tem adequada evidência;

2. *Máxima da quantidade:*

- ✓ Faça sua contribuição tão informativa quanto necessária (para os propósitos reais da troca de informações);
- ✓ Não faça sua contribuição mais informativa do que o necessário.

3. *Máxima da relação:*

- ✓ Seja relevante;

4. *Máxima de modo*

- ✓ Evite a obscuridade de expressão;
- ✓ Evite a ambigüidade;
- ✓ Seja breve (evite prolixidade desnecessária);
- ✓ Seja ordenado.

O fenômeno do implícito é explicado a partir das máximas de Grice. Dessa forma, quando ocorre quebra de máximas, o enunciado problematiza o dito e o leitor talvez não consiga perceber o que está implícito naquele texto. É oportuno, então, apresentar o conceito de implicatura como uma inferência sobre a intenção do falante, que resulta da decodificação de significados e da aplicação de princípios conversacionais.

A compreensão no processo comunicativo inferencial, na perspectiva de Sperber e Wilson (1995), implica um raciocínio lógico para derivar conclusões. Dessa maneira, os autores apontam que as inferências espontâneas realizadas na comunicação diária são conclusões que não podem ser provadas, apenas confirmadas pela força das premissas, originada de várias fontes como percepção (através da visão, audição, tato, olfato, paladar); decodificação lingüística; suposições fatuais e esquemas de suposições armazenados na memória e dedução.

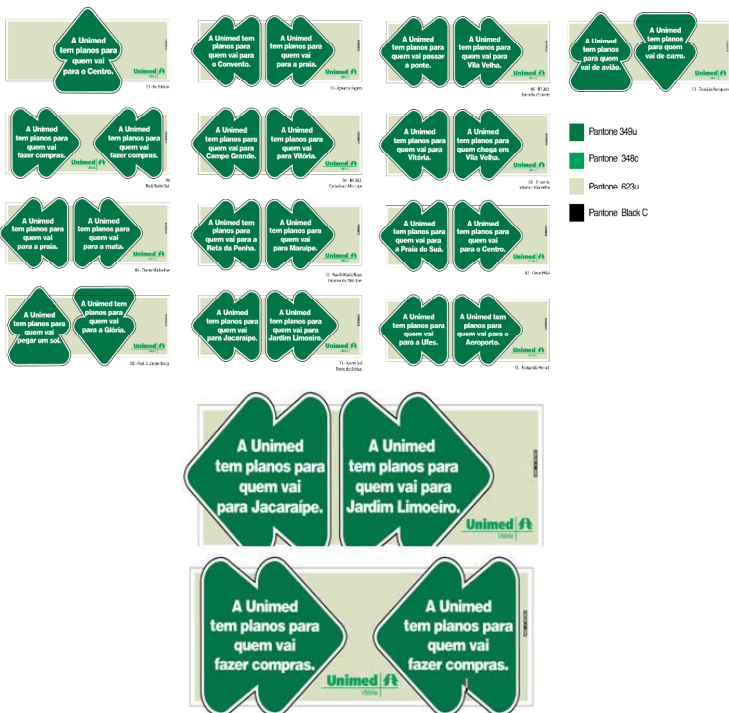
Assim, as suposições fatuais, de acordo com o modelo apresentado por Sperber e Wilson, são interpretadas no contexto específico em que se inscrevem, levando a conclusões válidas, por meio de julgamentos intuitivos, qualitativos e comparativos. Os autores acrescentaram ainda que há três tipos de efeitos contextuais:

- ✓ implicação contextual, derivando uma nova suposição;
- ✓ fortalecimento, que amplia ou fortalece uma suposição fatural existente;

✓ contradição, que elimina a mais fraca entre duas suposições contraditórias.

Pretendemos trabalhar a partir dessas perspectivas teóricas e explicar, de modo geral, como a imagem comunica, ou seja, como se processa a compreensão inferencial a partir do estímulo visual. O objetivo é mostrar que o significado para a compreensão também é construído através de pistas contextuais nas quais a imagem é processada, não descartando o texto verbal. Dessa forma, buscaremos trabalhar tanto com a linguagem verbal, como com a não-verbal.

Os exemplos que seguem circularam na Grande Vitória, como já foi dito, e são casos representativos de uma campanha publicitária da UNIMED.



Ao observarmos os *outdoors*, percebemos alguns estímulos visuais, tais como:

- ✓ setas indicativas das regiões;
- ✓ as diversas tonalidades de verde;
- ✓ a presença da logomarca da empresa;
- ✓ a estrutura frasal que se repete “A UNIMED tem planos para quem vai...” sobre a cada uma das setas;

No primeiro *outdoor*, situado na Avenida Vitória, no sentido Jucutuquara-Centro, aparece uma seta indicativa voltada para o centro da cidade. No segundo, que estava no trevo da Rodovia Norte-Sul, no município de Serra, as setas apontam para a direção dos respectivos nomes que estão escritos sobre elas, Jacaraípe e Jardim Limoeiro. E no terceiro, situado em outro ponto da mesma rodovia, próximo a um centro de compras, voltam suas extremidades pontiagudas para a região central do *outdoor*, enfatizando o público-alvo e ainda dando destaque para a logomarca da empresa.

A publicidade vale-se de técnicas para manipular e atrair a atenção do seu público-alvo, estimulando a compra de seus produtos. Nessa área vários fatores se misturam para poder determinar a melhor estratégia de convencimento e dentre elas encontra-se a escolha da(s) cor(es) que irá(ão) representar a intensidade contida em cada mensagem. Com base em Farina (1990) podemos dizer que as cores têm uma capacidade muito rápida de atrair domínio emotivo do consumidor.

É importante considerar que a escolha da cor em uma peça publicitária pode variar dependendo da categoria social e a faixa etária do público consumidor potencial, assim como todo o jogo imagético nela contida. Os *outdoors* em questão servem-se de tons diversos de verde. Para Farina (1990), essa cor representa, na publicidade, a versatilidade, a simpatia, a renovação, dentre outros aspectos. Essa cor remete-se também ao equilíbrio.

As peças da UNIMED apresentam três tonalidades diferentes de verde. Nesse caso, o verde reforça na mente dos interlocutores a cor representativa da empresa, bem como remete-se tanto à versatilidade quanto à renovação da cooperativa. Podemos inferir que a re-

novação aí implícita está estreitamente ligada à renovação constante da empresa, logo sugere que visa a atender melhor os seus clientes, como também a renovação dos próprios clientes; seja renovar, no sentido de adquirir novos, seja renovar com o sentido de melhorar a condição de saúde de seus associados, visto que essa trabalha nessa área.

Essa integração cromática, que ratifica a identidade da empresa, parece também correlacionar-se com a categoria do conteúdo *tranqüilidade, calor, humano vs intranqüilidade, frio, desumano*. Tudo leva a crer que a UNIMED tem procurado pelo uso das correlações semi-simbólicas, construir e/ou manter uma imagem que se torne socialmente reconhecida como símbolo da tranqüilidade e dos tratamentos humanizados.

Ainda quanto ao uso das cores, pode-se afirmar que ao escolher três tonalidades de verde estabelece-se, dessa forma, uma identidade visual com a empresa de saúde UNIMED, já que sua logomarca é verde. Deve-se observar ainda a possibilidade de o verde e suas tonalidades terem sido usadas para estabelecer sistemas semi-simbólicos, em que a oposição cromática entre o verde, num tom intermediário entre o fundo do outdoor e o tom da seta, inscreve-se o verde da logomarca da UNIMED.

As peças, assim como muitos textos publicitários, apresentam uma logomarca, também tratada simplesmente por “marca” por Rabça e Barbosa (1995). Em poucas linhas, podemos dizer que a logomarca é, para Houaiss (2001), *o conjunto formado pela representação gráfica do nome de determinada marca, em letras de traçado específico, fixo e característico e seu símbolo visual*. Segundo Sant’Anna (1998), logotipo, signo, sinal, símbolo ou marcas são nomes usados indistintivamente para designar a essência de uma empresa. Ele afirma que logotipo é a figura que possibilita uma identificação simples e imediata de um produto.

A logomarca da UNIMED apresentada nos *outdoors* é a mesma utilizada no Brasil todo, com apenas um diferencial: embaixo do nome da empresa aparece o nome “Vitória”, como uma espécie de delimitador espacial. Daí, a propaganda circular e fazer sentido apenas na Grande Vitória. É bastante provável que se essas mesmas peças circulassem em qualquer outra região do Brasil ou até mesmo do

Espírito Santo não alcançariam êxito. Há ainda a presença de um símbolo situado ao lado do nome “UNIMED”. Essa gravura nos remete à imagem de um pinheiro, como sendo uma árvore, nos faz pensar que a UNIMED é uma empresa que é como uma árvore, pois dá seus frutos; tem suas serventias; representa a vida e tem seu ciclo; dentre outras representações sociais.

Um outro recurso de bastante relevância nessas propagandas é a escola lexical, ou seja, através dela, as possibilidades de persuadir o público-alvo crescem ainda mais. Além do parâmetro lexical, percebemos que o sintático também foi utilizado e que se registra em todas as peças a estrutura: “A UNIMED TEM PLANOS PARA QUEM VAI...”. O sujeito sintático ocupa a primeira casa argumental, como quer a maioria dos gramáticos de língua portuguesa. Trata-se de uma frase que mesmo com todas as casas argumentais preenchidas, nos permite “extrair” dela mais do que é dito. Por esse motivo, deixar de comentar o sujeito semântico seria permitir a existência de uma lacuna no que tange a essa categoria de estudo. O termo classificado como sujeito sintático é também como sujeito semântico: “A UNIMED”.

Acrescentamos ainda que, de acordo com Grice, o dito não está determinado pelo conteúdo semântico da oração. Há elementos do dito que adquirem significado somente ao se emitir a oração em uma situação concreta de fala / exposição. Trabalhando um pouco mais a estrutura que se repete em todas as peças: “A UNIMED TEM PLANOS PARA QUEM VAI...”, o sujeito sempre tem planos para alguém. Ter planos, na concepção de Houaiss (2001), significa *ter um projeto elaborado que comporta uma série de operações ou meios e que se destina a uma determinada finalidade*, ou seja, numa leitura mais ampla podemos entender que a UNIMED tem planos, objetivos para todas as pessoas, mesmo as que não são associadas. Dessa forma, a empresa objetiva colocar em prática sua responsabilidade social que muito divulga em sua página virtual.

Podemos ainda dizer que a palavra *planos* direciona sua significação a partir da ambiência em que é utilizada e direciona à compreensão: A UNIMED TEM PLANOS DE SAÚDE PARA AS PESSOAS DE TODAS AS CLASSES SOCIAIS. *Grosso modo*, podemos dizer que o objetivo maior dessas peças não é o de apresentação

da união de médicos, visto que já alcançou reconhecimento nacional, mas sim o de divulgação de seus *planos*, que buscam a atender a todas as classes sociais. Inclusive as classes pobres, público-alvo dessas construções, a de maior representatividade no Espírito Santo.

O que nos levou a inferir a existência de planos de saúde para todas as classes foi a diversidade de “complementos” da estrutura de base, pois há inclusão de pessoas que vão ao centro de compras, de pessoas que vão ao centro da cidade, de pessoas que vão ao balneário de Jacaraípe, de pessoas que vão ao pólo de modas da Glória, de pessoas que vão à Universidade Federal do Espírito Santo, de pessoas que vão à praia. Pessoas que circulam, que transitam, independente de suas condições físicas, psicológicas, financeiras, econômicas, políticas.

Dentro ainda do recurso da escolha lexical, merece destaque a presença do verbo TER, empregado como transitivo direto, significando *possuir para serviço ou para estar à disposição de*, de acordo com Houaiss (2001). Assim, a UNIMED enfatiza ainda mais sua primazia no mercado de planos de saúde, explicitando que ela TEM, e que, supostamente, os concorrentes não têm. Dessa maneira, o TER está atrelado a poder, a domínio, a excelência, e que, somente, seus usuários se beneficiarão desses privilégios, logo, quem não o é, a partir desse tipo de divulgação, tenderá a ser. Lembramos ainda que a propaganda também circulou via rádio, com a mesma intenção, mas claro, utilizando-se de diferentes artifícios, de diferentes estratégias persuasivas.

Grice afirma que os falantes devem ter certas expectativas sobre a conduta dos interlocutores para que a comunicação seja possível. Assim, é natural que esperemos que o nosso locutor tenha a intenção de ser relevante, dizendo algo que contribua para o conhecimento do outro e não exigindo esforço desmedido de compreensão. É mister registrar que as informações arroladas nas peças apresentaram-se com um alto teor de relevância, uma vez que não informam nem em demasia, nem em escassez. Quanto mais efeitos cognoscitivos um enunciado produza e menos esforço de interpretação exija, mais relevante será. Assim, a relevância é a engrenagem oculta que põe em relação o dito e o transmitido por implicação e, de outro lado, a relação entre o transmitido e o interpretado pelo ouvinte.

O conceito de implicatura pode ser sintetizado em poucas palavras, como um significado adicional comunicado pelo falante e inferido pelo ouvinte. A implicatura sempre vai acontecer quando um falante não obedecer ao Princípio da Cooperação. As peças em análise não violam algumas máximas, uma vez que informam o necessário com clareza e brevidade. Visto que essas também são “constantes” da publicidade, sobretudo, a de mídia exterior: *outdoor*, na realidade, essas “regras” são estratégias.

Nesse bloco de textos da UNIMED, observamos a utilização de algumas estratégias interativas que correspondem ao princípio de preservação das faces, de Brown e Levinson (1987), a partir da noção de face de Goffman (1967). Dessa maneira, no que tange à face positiva do emissor podemos citar que pressupôs, declarou pontos comuns, situando as pessoas e o fato de a UNIMED trabalhar com planos para essas pessoas; explicitou e pressupôs conhecimentos sobre desejos do outro, quando diz “TEM” um tratamento de saúde de qualidade a ser oferecido, almejado por boa parte da população; foi otimista ao assumir uma idéia tão forte diante da massa, dizendo que “TEM” e que, de forma implícita, pode fazer com que os clientes e novos clientes também tenham. Quanto à face negativa, dentre outros aspectos, merece destaque o fato de ser indireto, respeitoso e de minimizar a imposição, pois não atinge de forma constrangedora o seu público e não utiliza formas de dominação, como por exemplo, o uso do imperativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um grupo de treze peças com o mesmo conceito visual, traçamos uma análise de um bloco de três delas que nos serviram de mostra representativa. Trabalhamos numa perspectiva interacional, propondo leituras que contemplaram a dimensão ideológica, a discursiva e a social. Percebemos que a construção do discurso publicitário passa por uma série de etapas, como a da pesquisa de campo, a da criação, a dos testes, a da circulação, dentre outras, que gira em torno do objetivo maior que é persuasão, que para alcançar êxito depende de diversos fatores como o contexto de produção e de recepção.

Refletir sobre a propaganda como um todo mostrou-nos que ela tem suas particularidades no que diz respeito a cada veículo. E que o veículo e o texto são escolhidos de acordo com o objetivo que se busca alcançar. Podemos dizer que o suporte interfere na produção de sentido, pois ele regula a quantidade de dados que pode ser exposto, assim no *outdoor* as informações tendem a aparecer de forma condensada. É recorrente, também, no *outdoor*, a presença de elementos imagéticos. Estudando o *outdoor*, percebemos que os textos eram bem curtos e objetivos, atualmente os eles expõem textos extensos e complexos, que têm um número exagerado de informações. Um exemplo disso são os *outdoors* que divulgam operadoras de telefones móveis. Para que as informações sejam breves e completas, entram em cena a referenciação e a implicatura, além dos elementos do Princípio da Cooperação e das estratégias de proteção e/ou exposição de face, seja negativa ou positiva.

Tecer essa leitura dos *outdoors* foi permitido graças a sua composição, que é de setas indicativas das regiões; de diversas tonalidades de verde; da estrutura frasal que se repete “A UNIMED tem planos para quem vai...” sobre a cada uma das setas; e também pelas inferências e implicaturas feitas. Evidencia-se que a escolha dos espaços onde apareceram os *outdoors* não foi aleatória, visto que as setas não apenas ilustravam uma direção, mas também eram espécies de norteadores situacionais. Dessa forma, os *outdoors* da campanha cumprem dois papéis: a divulgação da empresa UNIMED e de seus planos; e a “organização” da cidade.

Sabemos que não é apenas a extensão do texto ou a quantidade de informação nele contida que determina o sucesso publicitário, mas, sobretudo, as estratégias textuais, visuais, discursivas utilizadas. Por esse motivo, podemos afirmar que a campanha da UNIMED utilizou-se de diversos recursos na tentativa de obter êxito e parece-nos que foi alcançado, pois a empresa foi divulgada e mais uma vez fixado na sociedade o “status” dessa cooperativa de médicos; e ainda, ouvimos de alguns funcionários que o número de pessoas que procurava a empresa aumentou significativamente, mesmo que não se associassem de imediato, sempre queriam informações, por exemplo, buscavam saber a relação custo-benefício. Outro dado, a grande parte dos interessados nesse período era de pessoas das classes sociais menos favorecidas.

Percebemos que a teoria de Brown e Levinson não deve ser tratada com generalizações e universalizações, e sim a partir de cada caso, ou seja, aplicada à realidade. Dessa forma, consideraríamos a face um fenômeno social que varia de acordo com situações específicas de comunicação.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Tradução de Danilo Marcondes de S. Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990 (original de 1962).
- BRONCKART, Jean-Paul. *Análises de linguagem, textos e discurso: por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: Educ, 1999.
- BROWN E LEVINSON. *Politeness: some universal in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CARVALHO, Nelly. *Publicidade: a linguagem da sedução*. São Paulo: Ática, 2000.
- DONDIS, Donis A. *Sintaxe da linguagem visual*. 2ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997.
- FARINA, Modesto. *Psicodinâmica das cores em comunicação*. São Paulo: Edgard Blücher, 1990.
- FIORIN, José Luiz. A linguagem em uso. **In:** *Introdução à lingüística*. São Paulo: Contexto, 2002.
- GOFFMAN, E. *Interaccional ritual: essays on face-to-face behavior*. New York: Anchor Books, 1967.
- GRICE, H. Paul. Lógica e conversação. Trad: João Wanderley Geraldi. **In:** DASCAL, Marcelo (org.). *Fundamentos Metodológicos da Lingüística*. Vol. IV. Campinas: Unicamp, 1982.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM. Configuração mínima: PC Pentium 166 Mhz, 180 Mb de espaço livre no disco rígido, 32 Mb de memória RAM, monitor SVGA color, drive CD-ROM, kit multimídia, Windows 95, 98, ME, NT, 2000 ou XP.

LEVINSON, Stephen C. *Pragmática*. São Paulo: Martins Fontes: 2007.

LINS, Maria da Penha P. Mas, afinal, o que é mesmo pragmática? **In:** *Revista Fala palavra*, n. 2. Aracruz: Facha, 2002.

RIBEIRO, Julio; ALDRIGHI, Vera et al. *Tudo o que você queria saber sobre propaganda e ninguém teve paciência para explicar*. 2ª ed. São Paulo, Atlas, 1995.

SANT'ANNA, Armando. *Propaganda – teoria-técnica-prática*. 7 ed. São Paulo: Thomsom Pioneira, 1998.

SEARLE, J. R. *Os actos de fala*. Coimbra: Almedina, 1984.

SPERBER, Dan e WILSON, Deirdre. *Relevance: communication and cognition*. 2ª ed. Oxford: Blackwell Publishers, 1995.

SILVA, Araceli Covre da. *Análise de Outdoor: do processo de construção à produção de sentido* (Dissertação de mestrado). PUC-MG. 2004.

TRAVAGLIA, Luis C. Tipelementos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos. **In:** FÁVERO, Leonor Lopes; BASTOS, Neusa Maria de Oliveira et al (orgs.). *Língua Portuguesa e ensino*. São Paulo: Corteza/EDUC, 2003.

VAN DIJK, T. A. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 1992.

VESTERGAARD, Torben, SCHRØDER, Kim. *A linguagem da propaganda*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ESTUDO SOBRE A PROFICIÊNCIA LINGÜÍSTICA DO INTÉRPRETE DE LIBRAS

Maria Cristina Pires Pereira (Unisinos)

Cátia de Azevedo Fronza (Unisinos)

fronza@sf.conex.net

No Brasil, a língua de sinais brasileira (LSB), mais comumente chamada de Libras, foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.626/2005 e em seu reconhecimento lingüístico e legal existe a menção, inclusive, ao lançamento de um teste de proficiência lingüística. Esta testagem tornou-se realidade com o lançamento do Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa, o Prolibras, em 2006, pelo Ministério da educação (MEC).

No entanto, antes mesmo do Prolibras, já existiam entrevistas e bancas de seleção para a entrada em cursos de preparação para intérpretes de língua de sinais (ILS) que explícita ou implicitamente também se dispunham a verificar a proficiência lingüística em Libras. A questão é: qual a concepção de competência lingüística, em seu aspecto mais abrangente, que transparece nos testes de proficiência lingüística de Libras? E, de que forma, está sendo feita esta testagem?

A realidade é que, mesmo tendo passado por exames ditos de proficiência, persiste a falta de confiabilidade nos ILS. Poucas pessoas têm autoridade suficiente para determinar quem é proficiente ou não em língua de sinais. A precariedade de domínio da língua de sinais de muitos intérpretes tem várias conseqüências infelizes: descrédito nos serviços de interpretação; construção de uma imagem não-profissional dos intérpretes; desvalorização da própria língua de sinais e descontinuidade no desenvolvimento da competência tradutória. Devemos ter em mente que é imprescindível para o tradutor e intérprete ter uma ótima proficiência bilíngüe, mas que nem toda pessoa considerada bilíngüe possui competência tradutória, como bem alerta Hurtado Albir (2005, p. 19):

Embora qualquer falante bilíngüe possua competência comunicativa nas línguas que domina, nem todo bilíngüe possui competência tradutó-

ria. A competência tradutória é um conhecimento especializado, integrado por um conjunto de conhecimentos e habilidades, que singulariza o tradutor e o diferencia de outros falantes bilíngües não tradutores.

Assim, se não estamos atestando, de uma forma eficiente, a proficiência dos ILS em Libras, o que acontecerá com as habilidades que dependem desta para se desenvolverem?

Pessoas, tidas como proficientes, ou simplesmente fluentes, são classificadas assim por meio de quais critérios, explícitos, e de quais práticas avaliativas?

A proficiência lingüística dos intérpretes de língua de sinais parte da área da Lingüística Aplicada e faz interfaces com os Estudos Surdos⁵, pois os ILS trabalham diretamente com as pessoas surdas, e com os Estudos da Tradução, que fundamentam o exercício dos ILS, embora a Tradutologia seja muitas vezes esquecida nos cursos de formação de intérpretes. O estudo da Libras, como segunda língua, carece de investigações que dêem suporte às práticas pedagógicas de ensino-aprendizagem da língua de sinais para pessoas ouvintes, seja para o bilingüismo corrente dos profissionais, familiares e interessados na área da surdez, seja para o bilingüismo profissional na figura dos ILS.

PROFICIÊNCIA LINGÜÍSTICA

A questão da proficiência lingüística, começou a ter um destaque maior com Hymes (1972) em que propõe a denominação de *competência comunicativa* para o conhecimento consciente e para um conjunto de habilidades para o uso da língua. Neste aspecto, Hymes ultrapassa a distinção de Chomsky entre competência e desempenho lingüísticos, pois para ele “existem regras de uso [da língua] sem os quais as regras de gramática seriam inúteis (*op. cit.*, p. 60)”.

⁵ De acordo com Skliar (1998), os Estudos Surdos podem ser definidos como uma área de pesquisas e de encaminhamentos políticos que, através de um conjunto de concepções lingüísticas, culturais, comunitárias e de identidades, redefine os discursos sobre as pessoas surdas com uma visão não-clínica, mas sim sócio-cultural e antropológica da surdez. As questões teóricas destes estudos estão concentradas nas comunidades surdas, nas escolas, nos intérpretes de língua de sinais e na formação de professores ouvintes de surdos e de professores surdos.

Apesar de bem aceito, principalmente por professores de língua estrangeira, o conceito de competência comunicativa não foi, na época, suficientemente desenvolvido quanto ao seu marco teórico. Para suprir esta lacuna, outros modelos surgiram e o mais difundido foi o de Canale e Swain (1980), mais tarde, aperfeiçoado por Canale (1983), que possui as seguintes competências subjacentes:

Competência gramatical: conhecimento das regras de uma língua e a habilidade de utilizá-las.

Competência Sociolingüística: é a produção e a compreensão das expressões nos diversos contextos, levando em conta a situação dos participantes, as intenções, as normas de intercâmbio lingüístico daquela comunidade, etc.

Competência Discursiva: trata, especificamente, dos gêneros textuais que são correntes em um grupo social e a habilidade de manipulá-los para combinar as formas gramaticais e seus significados.

Competência Estratégica: é a habilidade de, intencionalmente, modificar a forma da linguagem que estamos utilizando para: 1. suprir deficiências na comunicação devidas a limitações da comunicação ou 2. aumentar a eficácia da comunicação.

Se, a partir de Hymes, a competência passa a ter um valor mais do que gramatical, a partir dos estudos da enunciação e na semiolingüística surge a importância dos sujeitos localizados no ato de linguagem. Para a semiolingüística um ato de linguagem não é a soma das competências para a linguagem de duas pessoas ou mais pessoas, mas sim que cada encontro constitui-se em um evento único em que as competências para a linguagem somam-se, complementam-se e adaptam-se umas às outras.

É possível captar, de toda a evolução do conceito de proficiência lingüística, que houveram ênfases em aspectos diferenciados das competências para a linguagem. Primeiramente, com Chomsky (1965) o foco foi a *estrutura interna da gramática*; em seguida, com Hymes (1972), Canale e Swain (1980) e Canale (1983) abre-se a possibilidade de considerar o *uso e a situação contextual* e, por fim, com Chareaudeau o *sujeito da linguagem*, antes não cogitado, é considerado no modelo.

Resumindo, podemos concluir que a proficiência lingüística não é algo de fácil definição e me parece que muitos estudos ainda devem ser empreendidos para que se possa ter um entendimento mais consensual sobre suas características. Até agora, de uma forma simplificada, posso dizer que a proficiência lingüística abrange um conjunto de competências que representam os aspectos motores e temporais da fluência, o conhecimento metalingüístico e gramatical e o uso apropriado desse conhecimento, com outros falantes, em contexto sociocultural.

Considerando que os ILS lidam, prioritariamente, como intermediadores entre sujeitos surdos e ouvintes, e essa intermediação pressupõe interação, ou seja, uso e contexto, as testagens lingüísticas, atualmente baseadas quase que exclusivamente em aspectos gramaticais, teriam um acréscimo em sua qualidade se o fator interacional fosse igualmente considerado.

A VISÃO DE PROFICIÊNCIA DOS TESTES ANALISADOS

Os testes que utilizamos para (rastrear, pesquisar...) a concepção de proficiência lingüística em Libras foram: os de admissão a cursos de preparação de ILS pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, regional Rio Grande do Sul (Feneis-RS, 1997 e 2000); o ProLibras (MEC, 2006) e o *Sign Communication Proficiency Interview* – SCPI (EUA, desde a década de 80).

FENEIS, EM PARCERIA COM UFRGS (1997)

Testagem realizada em 1997 para a seleção de candidatos ao curso de interpretação de língua de sinais da Feneis e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nenhum material escrito sobre esse teste foi encontrado, portanto, desconhecemos os critérios que foram utilizados para a aprovação dos candidatos. O único material disponível foi uma fita de vídeo em que se pode, apenas, observar os procedimentos, mas pouco ou quase nada se consegue inferir sobre o seu processo de elaboração e critérios avaliativos.

FENEIS, EM PARCERIA COM O FAT (2000)

O curso de 2000 foi uma parceria entre o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e Feneis-RS e não foi possível localizar nenhum registro escrito ou filmado da seleção. Os únicos dados disponíveis foram conseguidos através do depoimento de uma das autoras deste texto, Maria Cristina Pires Pereira, que participou da seleção e de uma entrevista, via correio eletrônico, de um dos avaliadores, que chamaremos de Info-Ibar.

A entrevista ou banca de seleção, tinha as três fases, relata Maria Cristina:

1. Na primeira etapa, um instrutor surdo começou a conversa, em Libras, com algumas perguntas-padrão: qual o meu nome, qual o meu sinal, onde eu trabalhava e por que eu queria ser intérprete e terminou com um tópico atual, uma notícia em voga.
2. Na segunda etapa, uma instrutora surda narrou sua viagem até as Missões, com detalhes de transporte, das pessoas que a acompanharam e eu interpretei a narrativa para o Português.
3. Finalmente, o ILS experiente leu um artigo de jornal sobre os perigos dos fogos de artifício e fez a interpretação da língua portuguesa escrita para a Libras. O texto, originário da cidade de Novo Hamburgo, que conta com muitos habitantes de origem européia, tinha vários nomes em alemão, tornando a interpretação para a Libras e, conseqüentemente, a soletração manual, algo difícil, às vezes, impossível, sem o conhecimento prévio da grafia alemã.

A única fase que pressupõe uma avaliação da proficiência lingüística em Libras é a primeira, a conversação. Nas duas fases posteriores, o que acontece, na verdade, é a verificação da competência tradutória entre a Libras e a Língua Portuguesa e vice-versa.

O depoimento de Info-Ibar também sustenta a hipótese de que os critérios não estavam devidamente claros e acordados para os avaliadores:

4. PERGUNTA: Como eram avaliados os candidatos? Quais os critérios utilizados? Era considerado apto o candidato que preenchesse quais condições?
5. RESPOSTA: MUITO COMPLICADO...mas estava claro para a equipe/banca toda: as expressões faciais eram importantes, o jogo do corpo, os sinais em si...enfim, a média dos itens acima teria que sair uma interpretação (pelo mínimo), razoável...O suficiente para o padrão mais

simples possível...já que alguns não eram da capital...vinham do interior e haviam sinais diferentes dos nossos. Respeitávamos isso.

Um fato a ser lembrado é que este foi um dos primeiros, se não o primeiro, teste para seleção de ILS no Brasil e que sua construção foi fortemente influenciada por avaliações do RID, que avaliavam *proficiência tradutória, em interpretação interlingüística*, e não especificamente em ASL (*American Sign Language*). Nosso objetivo não é criticar como o processo foi feito, mas sim, compreender e mapear a evolução dos testes de seleção de ILS. Embora os critérios não estivessem explicitamente definidos, alguns parâmetros lingüísticos específicos de uma língua de sinais, tais como a expressão facial e a orientação do corpo (que marca os referentes), já eram levados em consideração. Também a sensibilidade às diversas variedades lingüísticas e o respeito à sinalização diferente daquela praticada em Porto Alegre, cidade onde foram realizadas as entrevistas, é demonstrada no trecho, “*já que alguns não eram da capital...vinham do interior e haviam sinais diferentes dos nossos. Respeitávamos isso*”.

PROLIBRAS

A certificação de proficiência em Libras, promovida pelo MEC, em seu edital (Prolibras, 2006) estabelece como objetivo avaliar dois aspectos: “a competência lingüística (fluência em Libras) e a competência metodológica para o ensino da Libras (PROLIBRAS, 2006)”.

A análise deste exame de proficiência foi baseada nos documentos publicados na página de Internet da Comissão Permanente do Vestibular - COPERVE⁶ no depoimento de uma pessoa ouvinte que passou pelo Prolibras, identificada como Info-Ouv.

A prova objetiva foi a mesma, tanto para proficiência em Libras quanto para proficiência em Tradução e Interpretação de Libras. A prova prática teve a duração, máxima, de quinze minutos e consis-

⁶ Prolibras - Proficiência em LIBRAS, Universidade Federal de Santa Catarina, Ministério da Educação. Acessível em www.prolibras.ufsc.br

tiu de uma *aula expositiva em Libras*, valendo dez pontos, assim distribuídos:

| PROVA PRÁTICA DE PROFICIÊNCIA EM LIBRAS | NOTA MÁXIMA |
|--|--------------------|
| Fluência | 4 |
| Plano de aula | 1 |
| Contextualização | 2 |
| Utilização adequada do tempo de aula | 1 |
| Domínio do conteúdo | 2 |

Proficiência lingüística, nesta visão, consistiria, por peso maior, de fluência, contextualização e domínio do conteúdo, plano de aula (!) e de utilização adequada do tempo de aula.

Para os participantes da prova prática, os temas forma distribuídos, de acordo com a ordem de classificação em cada categoria e nível:

Nível médio: sinais soletrados e o uso da datilologia e características das pessoas, animais e coisas; nomes das localizações e o advérbio de lugar: onde; conceitos das localizações; figuras geométricas com números e letras; sinais relacionados aos ambientes de estudos; grau de escolaridade.

Nível Superior: comparativos; tipos de verbo; numerais: valores monetários; classificadores predicativos; tipos de negação; tipos de expressões faciais.

Por meio de uma pessoa informante, Info-Ouv, teremos uma visão da perspectiva de um participante do exame:

6. “(...) *A prova prática me surpreendeu bastante. O edital expunha critérios de avaliação que não eram/seriam claramente analisados com a realização de uma prova daquele estilo (planejamento, recursos, etc.).*”

7. (...) *Quais critérios a partir de então? Ninguém sabe”.*

O depoimento anterior é muito revelador, pois nos mostra como Info-Ouv estava sem saber exatamente como seria sua avaliação. Quando diz “*Quais critérios a partir de então? Ninguém sabe*” demonstra que não houve uma explicitação, por parte da organização do exame, em esclarecer sobre como seriam avaliados os candidatos.

Perguntamos à COPERVE/UFSC quais foram os critérios utilizados no Prolibras e quais as medidas de avaliação que os avaliadores utilizaram para pontuar e, recebemos, por correio eletrônico, a resposta: “*Conforme consta no Edital*”. Como já havíamos examinado o Edital, não obtivemos, com esta resposta, nenhuma informação adicional.

O Prolibras, nesta perspectiva, nos parece mais com um exame de registro profissional que contém, supostamente, um teste de proficiência, mas não é uma teste de proficiência! pois se assemelha muito a uma avaliação pedagógica, utilizada em alguns concursos para seleção de professores e não a uma avaliação de proficiência lingüística.

A PROFICIÊNCIA LINGÜÍSTICA VISTA PELOS POTENCIAIS AVALIADORES

Quais seriam os critérios que os potenciais avaliadores utilizam, mesmo que, até agora, de uma forma intuitiva? Era preciso mapear estes critérios para um posterior estudo e sistematização dos mesmos. Com este propósito e visando obter maior entendimento dos conceitos de fluência e proficiência, encontrei o artigo *Fluency in American Sign Language*, de Linda Lupton (1998), a partir do qual realizei um experimento, cujos detalhes serão informados no parágrafo seguinte. A autora do artigo filmou alguns surdos que utilizavam a língua de sinais como sua língua principal e apresentou a filmagem para ser avaliada por um grupo de surdos profundos a fim de que estes julgassem o grau de “fluência” dos primeiros.

Amostra: Os seis participantes⁷ foram filmados, em dúades, em situação conversacional livre, em que o tema proposto para ser o desencadeador da conversa foi alguma situação risco ou perigo vivenciada por eles. Foi feita uma sessão com cada dupla, em dias diferentes, com duração média de 10 minutos, com o foco da câmera em ambos os participantes. As condições para participar do experimento foram ser intérpretes de língua de sinais, ouvintes, adultos,

⁷ Resultados parciais, pois a análise dos dados continua em curso.

que estivessem em admissão ou cursando a formação específica para tradução/interpretação de língua de sinais.

Participantes: potenciais avaliadores de bancas de admissão a cursos de interpretação de língua de sinais, ou seja, intérpretes experientes e pessoas surdas instrutoras/professoras de Libras.

Método: um parecer, sinalizado ou escrito, sobre os elementos que estavam presentes na sinalização desses ILS que demonstravam se eles estavam prontos para iniciar a sua formação. Também houve a opção dos potenciais avaliadores julgarem que o desempenho dos ILS filmados não estava compatível com o nível considerado adequado para uma pessoa começar a carreira de ILS.

Resultados

Cabe ressaltar que a variedade utilizada é a da Libras da Grande Porto Alegre, Rio Grande do Sul, pois todos os intérpretes pertencem a esta região.

Os vídeos das conversas foram exibidos aos potenciais avaliadores que, a cada dupla filmada assistida, eram questionados sobre os fatores que constavam na sinalização que demonstravam que aqueles candidatos estavam com um nível adequado, ou não, de Libras para seguirem sua formação como ILS. As respostas puderam ser registradas em vídeo ou escritas, de acordo com a vontade dos potenciais avaliadores.

Até o momento, de 4 pessoas que foram entrevistadas, sendo 1 instrutora/professora surda, 2 instrutores/professores surdos e 2 mulheres ILS. Todos os potenciais avaliadores possuem nível superior em curso ou concluído, sendo que três deles concluíram o mestrado ou o estão cursando.

Os potenciais avaliadores apontaram como aspectos que demonstram proficiência em Libras: fluência na sinalização; entonação expressa por meio da expressão facial; sinalização clara, com atenção aos parâmetros bem executados; utilização de classificadores e expressão facial condizente com a narrativa. Os fatores negativos, em uma sinalização, que contam como depreciativos e indicadores de uma baixa proficiência lingüística são: a execução de parâmetros da Libras repetidas vezes (repetição demasiada); falta de expressão

facial; pouca utilização de classificadores; configuração de mão pouco nítida e frouxa; utilização da estrutura do Português (aproximação do português sinalizado) e falta de referência ou não se mantêm os referentes.

Os depoimentos dos potenciais avaliadores devem ainda ser analisados sob o prisma lingüístico, destacando cada aspecto citado e sua recorrência e importância, não só gramatical, mas também sociolingüística. É preciso considerar por exemplo, quais os itens lingüísticos mais valorizados, os que mais ocorrem, se são aspectos gerais ou específicos das línguas de sinais, entre outros. Esses dados serão sistematizados no decorrer da pesquisa, podendo ser a base de possíveis critérios para um futuro teste de proficiência lingüística.

REFLEXÕES

Os testes de proficiência analisados e os pareceres dos potenciais avaliadores deixam transparecer diversas concepções de proficiência lingüística em Libras requerida para um ILS. Muitas vezes esta idéia do que seja um nível adequado para começar a carreira como ILS corresponde a uma idealização com base em critérios puramente gramaticais.

Os testes realizados pela Feneis/RS eram de caráter emergencial e experimental. O Prolibras é, na verdade, uma certificação profissional para os instrutores de e intérpretes de Libras, que pretendeu incorporar um teste de proficiência lingüística. As profissões relacionadas à Libras carregam o estereótipo de serem consideradas não como profissões, mas sim missões de caridade e assistência social às pessoas surdas. As línguas de sinais são consideradas línguas de “deficientes”, línguas “ferramenta” para o aprendizado da língua oral, têm, portanto, um menor prestígio frente às línguas orais e, conseqüentemente, têm que ter alguma utilidade. No caso do Prolibras, além do suposto teste de proficiência lingüística, a Libras teve que se justificar para o ensino ou para a interpretação. Testar a proficiência da língua em si e por si não foi contemplado. A visão de que a Libras deve “servir para algum propósito” aparece, mesmo que a intenção inicial e consciente dos organizadores não fosse essa.

As testagens da Feneis e o Prolibras se concentram nos ILS, mas não temos uma visão de como os elaboradores, aplicadores (ou entrevistadores) e avaliadores são escolhidos, recebem formação ou, até mesmo, como suas habilidades em testagem são avaliadas. Afinal, quem e como se avalia os avaliadores?

Em muitos testes, o método utilizado pede que o candidato faça interpretações da Libras para a língua portuguesa e vice-versa. Pensamos que este tipo de procedimento seria justificável no caso de avaliações finais dos cursos de formação de interpretação de língua de sinais, mas não na sua admissão. Subentende-se que os candidatos vão aprender a interpretar no decorrer do curso e que, para começar o seu aprendizado, seria necessária uma rigorosa avaliação de sua proficiência lingüística e não tradutória.

Consideramos que a testagem de proficiência lingüística de língua de sinais, no Brasil, possui um caráter hermético, reservado aos iniciados, de sigilo quanto a todo o processo que originou o Prolibras. Este mistério não auxilia na evolução da testagem lingüística, os mais afamados testes de proficiência são transparentes na maioria de seus quesitos, como: CELPE-BRAS, Cambridge, TOEFL e outros mais.

A própria noção do que testar e como testar teria um acréscimo em sua qualidade pelo intercâmbio entre os pesquisadores e por meio de discussões sobre as possibilidades de testagem e do que se entende por proficiência lingüística.

No geral, em nosso país, a elaboração e os resultados dos testes de proficiência deveriam ser um trabalho mais acessível ao escrutínio dos pesquisadores. Assim, além de colaborar na divulgação do conhecimento lingüístico e social sobre os aspectos da testagem que são tão importantes na vida dos candidatos (levando-os a um novo patamar profissional), também possibilitaria a chance de que mais colaboradores pudessem compartilhar e agregar saberes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

CANALE, M.; SWAIN, M. Theoretical bases of communicative approaches to second language teaching and testing. *Applied Linguistics*, vol. 1, n. 1, p. 1-47, 1980.

———. From Communicative competence to communicative language pedagogy. In: RICHARDS, J.; SCHMIDT, R. (orgs.). *Language and Communication*. Londres: Longman, 1983.

CHARAUDEAU, Patrick. *Language et discours*. Paris, Hachette, 1984.

———. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

CHOMSKY, N. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge: MIT Press, 1965.

HURTADO ALBIR, Amparo. *A Aquisição da Competência Tradutória: aspectos teóricos e didáticos*. In: PAGANO, Adriana; MAGALHÃES, Célia; ALVES, Fábio (orgs.). *Competência em Tradução: cognição e discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

HYMES, D. On Communicative Competence. In: PRIDE, J. B.; HOLMES, J. (eds.), *Sociolinguistics*. Harmondsworth: Penguin, 1972. p.269-93.

PROLIBRAS. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Comissão Permanente do Vestibular - COPERVE. EDITAL 13: inscrições ao Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Língua Brasileira de Sinais – Libras e ao Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa, denominado Prolibras, 2006.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. *Educação de Surdos: a caminho do bilingüismo*. Niterói: EdUFF, 1999.

SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998, 192 p.

O HABITUS LINGÜÍSTICO NO CAMPO POLICIAL

José da Cruz Bispo de Miranda (UEPI)
bispom@bol.com.br

INTRODUÇÃO

O tira chegava de posse de um distintivo e de um ferro, sem saber a procedência, de onde ele veio, se ele estudou, se era bronco-so, ingressando na polícia pronto para passar a pulseira, pra fazer o que ele quisesse (fala de um policial antigo).

Depende da linguagem de quem está falando. No inquérito tem a parte do policial (condutor) e do preso (conduzido). Quase não aparecem palavras de ofensas ou pejorativas no inquérito, pois o escritor faz uma filtragem. Mas quando estão dois policiais conversando existe uma linguagem bem específica da área (Entrevista com agentes e delegado de polícia)

A idéia desse trabalho é permeada pela descoberta de um campo de conhecimento preocupado em entender a variação da fala e o processo de comunicação de determinada comunidade, mas especialmente compreender as transformações na cultura organizacional em suas instituições, neste caso, na polícia civil em Teresina.

A existência de uma linguagem especial é denunciada pela elaboração de termos específicos comuns a uma determinada comunidade de falantes e construídos a partir de suas condições sociais, culturais e da prática profissional. A temática da linguagem policial nos vem à tona em razão das inúmeras variáveis que podem condicionar a fala de uma comunidade, tais como o gênero, a escolaridade, o tempo de serviço, a posição da instância policial, dentre outras; e das conseqüências que podem operar nas relações sociais com predominância da visão androcêntrica e da relação de poder.

As instituições policiais têm resistido às forças transformadoras do processo democrático, apesar disso a elaboração de políticas de formação humana dos profissionais envolvidos com a segurança cidadã e o comprometimento de uma segurança pública mais humana e eficiente têm exigido dos gestores e dos policiais nova relação com os cidadãos. A partir disso, percebe-se mudanças na fala dos po-

liciais, tornando-se mais técnica, mais humana e cordial. Este artigo apresenta os passos metodológicos que investigam este *habitus* linguístico. Inicialmente procuramos desmistificar a idéia de uma incapacidade de entendimento da linguagem jurídica por parte da comunidade de policias como sendo a origem do universo linguístico policial.

A LINGUAGEM POLICIAL E A ABSTRAÇÃO

Somos um número significativo de pessoas que pensa de forma utilitária a construção dos símbolos: as palavras, os gestos, as imagens, os sons e outros. A este respeito, no início do século XVII e XVIII as cartas dos viajantes descreviam os conhecimentos dos ‘povos primitivos’ como desprovidos de qualquer abstração e guiados pela necessidade. Este entendimento contribuiu para a construção de uma representação por parte dos europeus profundamente equivocada, o que resultou numa política colonialista dominadora e dizimadora dos povos americanos, africanos, asiáticos e outros. Contudo, vários intelectuais a partir das próprias cartas dos viajantes relaboraram a representação dos povos dominados, no campo da antropologia Levi-Strauss (1989) publica a Obra ‘O Pensamento Selvagem’ na tentativa de colaborar com esta nova interpretação.

Para a maioria dos viajantes o conhecimento adquirido sobre as plantas pelos ‘povos primitivos’ ocorria em razão da necessidade de uso, tornando a capacidade de nomeação desses povos bastante limitada. Esta atitude de subestimar o pensamento ‘selvagem’ não pertence apenas ao ‘civilizado’, os ‘selvagens’, a partir de sua posição, a produz em direção a nós(os modernos).

Cada civilização tende a superestimar a orientação objetiva de seu pensamento; é por isso, portanto, que ela jamais está ausente. Quando cometemos o erro de ver o selvagem como exclusivamente governado por suas necessidades orgânicas ou econômicas, não percebemos que ele nos dirige a mesma censura e que, para ele, seu próprio desejo de conhecimento parece melhor equilibrado que o nosso (*Ibidem*, p. 17)

Esta atitude é acompanhada com o argumento da superficialidade exercida pelos outros povos. Nós (os civilizados, mais intelectuais, dominantes) julgamos que o pensamento do outro é direcionado para um nível mais simples do que o da ciência. Desvelar esta

prática no campo científico é aprofundar a relação pesquisador e sujeitos da pesquisa, especialmente quando analisamos o campo lingüístico na polícia. Não são poucos aqueles que defendem a idéia do surgimento de uma linguagem policial como originado da insuficiência intelectual dos policiais em entender e interpretar as leis e seus termos, mas não partimos dessa premissa.

Como diz Levi-Strauss (1989) sobre a capacidade dos outros povos “É claro que um conhecimento desenvolvido tão sistematicamente não pode ser função apenas de sua utilidade prática”(pg. 23), entendemos, portanto que a linguagem policial desenvolve-se não apenas por necessidade, mas por abstração e intelectualidade dos falantes desse campo. Parafrazeando o antropólogo, destacamos que os símbolos: as palavras, os gestos, as imagens, a sonoridade “[...] não são conhecidos por que são úteis; elas são consideradas úteis ou interessantes porque são primeiro conhecidas” (*Ibidem*, p. 24). E para caracterizar e situar os universos de concepção e metodológicos dos povos primitivos e dos ditos modernos, convém destacar a metáfora: “Mais uma sombra que antecipa seu corpo, num certo sentido ela é completa como ele, tão acabada e coerente em sua imaterialidade quanto o ser sólido por ela simplesmente precedido” (*Ibidem*, p. 28).

A existência dos campos lingüísticos não deve a insuficiência e superioridade de um dos campos, mas as condições sociais, culturais e políticas que circundam as comunidades lingüísticas. No caso do campo policial como em outras instâncias a predominância das peculiaridades masculinas se sobressai dentre as demais, como destaca Bourdieu (1999):

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina [...] (p. 18).

A visão androcêntrica será a variável independente em todo processo de constituição do universo lingüístico policial. O campo profissional, apesar de modernamente, estar sendo ocupado pelo gênero feminino, desde a base até às posições de comando, a força gravitacional da estrutura masculina atrai e conforma falas, gestos, imagens e alternativas. A imposição lingüística ocorre nas atividades profissionais e no contínuo exercício de pertencimento do indivíduo

ao grupo. Logo, a elaboração de um vocabulário estar vinculado à sua prática social e profissional e à capacidade de abstração deste universo. Por outro lado, esta elaboração se apresenta ao conjunto de indivíduos enquanto violência simbólica, entendida aqui como sendo “[...] todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força” (Bourdieu, 1992, p. 19). A incorporação de uma *hexis* corporal e de um *ethos* ocorre pela dissimulação da origem desses significados e de sua manifestação hegemônica no contexto das *redes sociais* (Calvet, 2002) pertencentes ao campo policial. Contudo, para muitos, a análise da variação lingüística no campo policial requer uma área de conhecimento específica, tanto a sociolingüística quanto a sociologia da linguagem se apresentam como disciplinas capazes envolver o tema desta variação.

SOCIOLINGÜÍSTICA, SOCIOLOGIA DA LINGUAGEM E METODOLOGIA.

A temática, inicialmente encarada no campo da sociolingüística, esta entendida como um ramo da lingüística e com tal portadora da compreensão das mudanças no campo da variação lingüística, foi transportada para o campo da sociologia da linguagem, uma vez que esta, como diz Monteiro (2000, p. 28): “[...] a sociolingüística analisa os aspectos sociais com o intuito de compreender melhor a estrutura das línguas e seu funcionamento. Por sua vez, a sociologia da linguagem busca alcançar um melhor entendimento da estrutura social através do estudo da linguagem”.

A distinção entre a lingüística e a sociologia da linguagem percorre a dimensão da abordagem microsociolingüística da macrosociolingüística (Calvet, 2002). Para este autor, a análise do falante e de seu universo lingüístico não pode se desprender das noções de comunidade, de redes sociais e de predominância de dialetos num determinado contexto social. Na análise da variação lingüística no campo policial, em Teresina-Pi, pouco se pode falar em status da língua, porém os sujeitos condicionam a posição da fala que falam a partir de suas posições no campo policial. Neste sentido, podemos identificar posições a partir da escolaridade, da função, do tempo de

serviço, da localização de mando nas instâncias consagradoras do campo policial, dentre outras; conseqüentemente, vincular a variação a estes condicionamentos. Além desses condicionamentos, a estrutura da variação movimenta-se por transformações comportamentais produzidos pelo espectro político, cultural e social.

A compreensão do falante, de sua comunidade, de suas redes esta imbricada, tornando inócua a separação entre campos de conhecimento responsáveis por abarcarem este ou aquele aspecto. “É necessário conceber a abordagem dos fatos da língua como um vasto *continuum*, que vai do analógico ao digital, das relações sociais à iminência dos fatos lingüísticos, como se estivesse aplicando uma técnica de *zoom*” (*Ibidem*, p. 143) (destaques do autor). Neste contexto cabe-nos indagar sobre os interesses das ciências sociais na investigação do universo do falante e dos conceitos lingüísticos, Bourdieu (1983) afirma que a crítica sociológica faz deslocamentos, a noção de gramaticalidade passa a ser considerada como aceitabilidade, a de língua passa a ser língua legítima, as relações de comunicação transformam-se em relações de força simbólica; ou seja, a linguagem mais que um instrumento de intelecção é considerada um instrumento de ação.

A captação da ação no campo lingüístico policial requer instrumentos de pesquisa capazes propiciar ao pesquisador e aos sujeitos momentos de participação nas elaborações dos questionamentos necessários ao desvelamento do campo. Podemos destacar a *entrevista*, esta envolve todos os sujeitos numa relação de proximidade cujo canal é a linguagem, por sua vez o uso da linguagem não pode provocar desnível o que prejudica a ‘situação da entrevista’, conseqüentemente, as informações e os termos coletados. Outra preocupação é com a espontaneidade dos falantes, a distorção intencional ou não da comunicação pode conduzir a resultados imprecisos. Além desses aspectos a elaboração do roteiro deve levar em consideração as hipóteses de pesquisa, a escolaridade do entrevistado, o local e o horário. Os *formulários* são instrumentos que podem auxiliar na coleta de informações face-a-face, porém é mais limitado por ‘prender’ pesquisador e entrevistado às questões anteriormente elaboradas, porém propiciar a sistematização estatística dos dados.

Não podemos esquecer no debate metodológico o uso de *entrevistas e discussões sobre o grupo focal* (Flick, 2004). Esta técnica consiste em agrupar os indivíduos pertencentes à comunidade pesquisada para uma conversa sobre um tópico específico. O grupo não pode exceder o número de seis a oito pessoas. Entre as vantagens de uso desta técnica, podemos destacar “[...] o seu baixo custo e a sua riqueza de dados, o fato de estimularem os respondentes (auxiliando-os a lembrarem-se de acontecimento) e a capacidade de ultrapassarem os limites das respostas de um único entrevistado” (pg. 125). Contudo, as precauções sobre o uso dessas técnicas não devem ser esquecidas, especialmente, na fala espontânea. Nesta pode ocorrer o *paradoxo do observador*, quando o falante modifica a situação natural em decorrência da necessidade de mostrar maior formalidade na linguagem durante a situação de entrevista (Monteiro, 2000).

O estudo sobre a variação lingüística no campo policial tenta compreender a base social dos seus falantes, os condicionamentos lingüísticos, as conseqüências da estrutura androcêntrica sobre os *habitus* lingüísticos e conhecer alternativas para uma variação mais instituinte em relação à instituída.

A INVESTIGAÇÃO SOBRE O *HABITUS* E A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA E NO CAMPO POLICIAL

As leituras e as reflexões teóricas sobre a temática da sociolingüística realizadas pelo grupo pesquisa servem como iniciação à pesquisa enquanto prática social. Isto significa que o ato da investigação acompanha nossa *práxis* cotidiana, em razão disso, os múltiplos instrumentos de captação da realidade não podem ser dispensados, especialmente os adequados à análise dos aspectos sociais da língua. Contudo, o desenho da investigação deve selecionar a metodologia específica para cada objeto. É neste caso, são imprescindíveis a utilização de categorias sociolingüísticas, sociológicas e políticas para fundamentar o estudo neste campo de conhecimento.

A preocupação com o universo lingüístico no campo policial surge da recorrência a estudos e leituras sobre a polícia e os policiais, quer para ministrar aulas em cursos de especialização, quer para aprofundar o conhecimento sobre o campo policial, trabalho já iniciado em outra produção acadêmica.¹ Outro aspecto que vale destacar é

o ambiente policial que possibilita aos policiais a imersão num jogo, através do qual as disputas entre eles e os diversos campos (religioso, escolar, profissionais e outros) ocorrem mediados por elementos situados no social e nas possibilidades de performance do agente. A concorrência por posição social e autoridade utiliza-se de objetos que colocados no mercado conquistam valor. A desvalorização e a valorização ocorridas no interior dessas relações simbólicas encaminham o habitus lingüístico policial para transformação ou conservação (Miranda & Silva, 2006, p. 05).

Neste contexto este trabalho tenta estrutura-se com a seguinte inquietação: perceber a variação lingüística no campo policial (polícia civil), no contexto de reestruturação das polícias, como forma de manifestação das transformações cultural, organizacional e operacional no interior dessa instituição. Considerando, o ingresso de policiais com escolaridade superior, pós-graduado, superior incompleto e nível médio. No último concurso o Edital constava com a exigência de superior completo para todos os cargos. Apontamos seus objetivos: a) Catalogar o universo das palavras específicas do campo policial civil; b) Analisar as transformações da linguagem policial a partir das gerações de policiais: antigos e novatos; c) Possibilitar a análise das mediações entre palavras e indivíduo, indivíduo e poder; e; d) Enfocar a cultura organizacional a partir do significado e ressignificado das palavras no campo policial.

Este cenário por si só pode não representar transformações na polícia, por esta razão, escolhemos captar a linguagem cotidiana desses profissionais para visualizarmos a ‘nova polícia’. Alkmim (2005, pg. 27), cita Benveniste para informar que “[...] a questão da relação entre língua e sociedade se resolve pela consideração da língua como instrumento de análise da sociedade. Para ele (Benveniste) a língua contém a sociedade e por isto é o interprete da sociedade”. A análise do universo lingüístico no campo policial leva em consideração a existência de linguagem especial do campo profissional e os condicionamentos oriundos da posição de classe, do grau de instrução e da posição de autoridade que ocupa.

Este trabalho parte da hipótese que a variação lingüística existente no campo policial representa parte das transformações ocorridas nessa Instituição, especialmente pela exigência de um novo comportamento oriundo das legislações humanitárias, administrativas e maior sensibilidade humana neste começo de século.

Trabalharemos com universo de policiais que possam representar a cultura dessa categoria. Para tal, utilizamos formulários, entrevistas, recortes de jornais e entrevistas com grupos, além de subsidiar a pesquisa com leituras bibliográficas.

O caminho percorrido até o momento permite-nos verificar a influência da linguagem na estruturação das relações de poder, quer no âmbito afetivo, no de gênero e / ou mesmo nas posições de espaços no local de trabalho. Compreender essa trama é um dos objetivos deste trabalho. O contato com os policiais, com a bibliografia referente ao tema e reuniões para reflexões são necessários para o conhecimento dos sujeitos pesquisados e elaboração teórico-prático.

Com a intenção de fazer busca e coleta de dados planejamos e organizamos um conjunto de atividades que foram sendo realizadas no período de Setembro / 2006 a março / 2007, ainda destacamos alguns vocábulos lingüísticos específicos do campo policial.

I

No primeiro debate sobre a variação lingüística no campo policial alguns aspectos sobre o objeto e sua delimitação tomaram nossa atenção. Viu-se problemática a periodização da pesquisa, como reconstituir falas anteriores? O nosso interesse é pelo campo lingüístico atual para compreender as transformações sociais, culturais e políticos no campo policial. Encaminhamos a discussão para a coleta do ano em curso, sendo que a progressiva mudança será diagnosticada pelos relatos provocados pelos questionários, formulários e roteiros de entrevistas. No momento seguinte passamos a leitura bibliográfica sobre o tema.

II

A novidade da temática para os pesquisadores conduziu-nos para leituras básicas de sociolingüística. A compreensão da língua, de seus condicionamentos fonológicos, sociais, culturais e políticos tornou-se imprescindível para o desenvolvimento desta pesquisa. No primeiro momento, passamos a leitura do texto “Sociolingüística” parte I, da Tânia Maria Alkmim, na Obra ‘Introdução à Lingüística :

domínios e fronteiras'. Neste capítulo, a autora faz um balanço das vertentes neste campo de conhecimento, desde da perspectiva biológica à social. De Saussure destaca: “[...] a língua é um fato social, no sentido de que é um sistema convencional adquirido pelos indivíduos no convívio social” (pg. 23), da mesma encaminha para Bakhtin um outro pólo deste debate, na medida que o cita ao dizer que “A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüística [...] mas pelo fenômeno social da *interação verbal* realizada através da *enunciação* ou das enunciações” (pg. 25). Desperta a partir disso, a noção de comunicação social, a idéia de comunidade lingüística. O terceiro momento foi o reconhecimento do campo de pesquisa: o campo policial e sua linguagem especial.

III

Esta atividade é possível após o achado do conceito de comunidade lingüística, sendo entendida aqui como “[...] um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos lingüísticos” (*Ibidem*, p. 31). A visita ao ambiente policial não deveria ocorrer sem uma finalidade, a qual seria descrita com a realização de uma atividade, escolhemos, portanto a aplicação de formulários com 4(quatro) policiais, sendo 2(dois) delegados e 2(dois) agentes de polícia.

O principal objetivo do formulário (apelidado no documento em anexo de questionário) foi diagnosticar a existência de uma linguagem específica e, ao mesmo tempo, verificar a sua variação condicionada por elementos sociais, cultural, políticos e outros.

A aplicação do formulário foi realizada pelo bolsista com a supervisão do seu orientador na Corregedoria Geral de Polícia Civil do Estado do Piauí (CGPC). Foi constada a existência de mais de 50(cinquenta) termos policiais, porém este universo é muito maior, especialmente considerando as regiões brasileiras, a escolaridade e grau de profissionalismo nas quais as policias estão inseridas. No entanto, apontaremos alguns termos policiais: meliante, elemento, caçota, campana, vida pregressa, prejudicado, brongoso, vulgo, areia

de serviço, burro preto, forquilha, nife, oreia seca, pulseira, dentre outros.

A inclusão de outros termos e suas análises serão realizadas em trabalho posterior, mas convém destacar que a existência dessa linguagem está vinculada ao contato dos policiais com o meio cultural das 'ocorrências' (dos fatos delituosos), como também à uma linguagem arcaica utilizada pelos policiais antigos, como afirmou um dos entrevistados.

CONCLUSÕES

O estudo aponta para a necessidade de conhecimento das diversas linguagens especiais, para a partir delas compreendermos as mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas pelas quais passamos. O desafio que está à frente parece grande demais para finalizarmos o estudo da problemática e aprofundarmos aspectos relevantes.

Os reajustes na política requerem um 'reajuste no olhar' (Encrevé, 2005) para conservar a capacidade interpretativa e analítica. Não são apenas as instituições policiais que sofrem neste início de século mudanças comportamentais, os grupos de adolescentes nos bairros pobres das cidades metropolitanas ou não, os jovens das baladas, os grupos da terceira idade que organizam um novo modo de vida e, conseqüentemente, uma nova linguagem e tantas outras organizações que estruturam seu poder através da fala.

A linguagem no campo policial vem sofrendo um processo de variação dominado por variáveis específicas da vida moderna: escolaridade, faixa etária, posição social, situação na hierarquia do trabalho entre outros. Contudo, alguns elementos arcaicos persistem por meio da fala: a visão androcêntrica, o abuso de autoridade, inversão dos valores no campo profissional e social.

O reconhecimento da violência simbólica existente no campo policial possibilita a estruturação de políticas que possam amenizar os resultados da prática profissional dos agentes estatais envolvidos na segurança do cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALKMIM, Tânia Maria. Sociolingüística – Parte I. **In:** MUSSALIM Fernanda, & BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à Lingüística*. Domínios e Fronteiras. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 21-47.
- ALTHUSSER, Louis. *Freud e Lacan Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BAUER, Martin W. & GASKEL, George. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som*. Um manual prático. (Tradução Pedrinho A. Guareschi) Petrópolis: Vozes, 2002.
- BENVENISTE. E. *Problemas de Lingüística geral*. São Paulo: Nacional, 1976.
- BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. Tratado de Sociologia do Conhecimento. Tradução de Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BERGER, Peter L. & BERGER, Briggit. Como ser um membro da sociedade. **In:** Marialice Mencarini Forachi & José de Sousa Martins. *Sociologia e Sociedade*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1998, 200-214p
- BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- . *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- . *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- . *A reprodução*. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolingüística*. Uma Introdução Crítica. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.
- CARDOSO, Ruth C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. **In:** Ruth Cardoso (org.). *A Aventura Antropológica: Teoria e Método*. São Paulo: Paz e Terra, 1986, p. 95-105.

ENCREVÉ, Pierre. A palavra e seu preço. **In:** ENCREVÉ, Pierre & LAGRAVE, Rose-Marie (Coordenadores). *Trabalhar com Bourdieu*. Tradução de Karina Jannini. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, 261-270 p.

FLICK, Uwe. *Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 2ªed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

LEVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Tradução de Tânia Pellegrini. Campinas: Papyrus, 1989.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em Sociologia. **In:** Michel J. M Thiolent (org). *A crítica metodológica, investigação social e enquête operária*. São Paulo: Polis, 1985, p. 191-210.

MIRANDA, José da Cruz Bispo de & SILVA, Leonildes da Costa (2006). A palavra, a educação e o poder no campo policial. *Projeto de Pesquisa*. Teresina: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/ CNPq, Pró Reitoria de Pesquisa da UESPI.

MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SEMAMA, Paolo. Linguagem e Poder. Tradução de Wamberto Hudson Ferreira. Brasília: Universidade de Brasília, 1981 (Coleção Pensamento Político).

THIOLLENT, Michel J. M. *A crítica metodológica, investigação social e enquête operária*. São Paulo: Polis, 1985.

VOGT, Carlos. *Linguagem pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1980.

WACQUANT, Loïc. *Corpo e Alma*. Notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume-Dumerá, 2002.

O HUMOR NA PROPAGANDA DE OUTDOOR

Alzira da Penha Costa Davel (UFES)
alzira5907@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar cinco peças de propagandas, veiculadas em suporte outdoor, da empresa HORTIFRUTI S/A, através das quais são verificados os efeitos provocados pela comunicação verbal, sob o ponto de vista, principalmente, das noções semânticas relacionadas ao estudo da produção do humor (Raskin, 1985). Nesse sentido, as ambigüidades criadas a partir da sobreposição de scripts poderão ser explicadas.

Além disso, serão mencionados os mecanismos semânticos do humor verbal, bem como algumas considerações sobre a pragmática, a metáfora, os gêneros textuais e a linguagem de outdoor, importantes para compreensão do processo.

NOÇÕES TEÓRICAS

Nesta seção serão definidas algumas concepções necessárias às análises das peças publicitárias:

A Pragmática

Os estudos da pragmática têm a finalidade de analisar a língua em uso, da significação dos enunciados produzidos, envolvendo a interpretação do que as pessoas pretendem dizer, além do que foi dito. Captar essas intenções é fazer inferências. Deve-se aliar, também, os aspectos como os conceitos sócio-histórico e cultural de interação das pessoas, que podem influenciar na significação daquilo que é dito. Assim, o sentido não está somente nas palavras, mas também, nas pessoas que as utilizam e suas circunstâncias em que são utilizadas.

Nessa perspectiva, esses estudos são de caráter bastante perspicaz porque se propõem a perceber aquilo que as pessoas têm a in-

tenção de dizer, ou seja: analisar objetivamente aquilo que é altamente subjetivo.

Conceito de script

O termo *script* origina-se do campo da psicologia, sendo, depois adotado pelas disciplinas da Inteligência Artificial (IA) e outras. No entanto, no campo da Lingüística, diferente de outros autores, o termo assume uma acepção claramente lexicológica (Raskin, 1985).

Segundo Victor Raskin (1985, p. 81), o *script* é uma estrutura cognitiva convencional interiorizada pelo falante nativo que representa o seu conhecimento de uma pequena parte do mundo, como é o caso de “certain routines, standard procedures, basic situations”. Uma viagem, por exemplo, constitui cognitivamente numa dada situação comunicativa como *Ela fez o check-in* evoca o script VIAGEM tão facilmente como *Ela está para fazer uma viagem*. Na medida em que um *script* se caracteriza por uma forte conectividade, qualquer um dos seus componentes pode, de fato, evocar o *script* inteiro. Daí, a grande operacionalidade nesse conceito, pois remete para um sistema estruturado e relativamente previsível de associações. Em determinada situação discursiva, a ativação de um *script*, evocado por uma palavra ou conjunto de palavras, permite facilmente fazer inferências e estabelecer ligações de modo a reconstruir o sentido pretendido pelo locutor.

Os termos *schema* ou *frames*, usados em outros sistemas teóricos, são equivalentes, no sistema de Raskin, ao conceito de *script*, não obstante as diferenças, por vezes sutis que promovem essa separação, ou ainda a diversidade de usos do termo *script* em campos como a psicologia, a sociologia, a inteligência artificial (IA), dentre outros.

No que se refere à produção do humor, o autor entende a sobreposição de *scripts* como a compatibilidade de dois *scripts* diferentes, ou seja: os *scripts* ajustam de igual modo aos diversos componentes léxico-sintáticos do enunciado.

Muitos casos de ambigüidade e de duplo sentido (em que também se registram *scripts* sobrepostos), constituem formas de lin-

guagem metafórica ou, simplesmente, obscura. Conforme já mencionado, no humor é necessário que essa sobreposição seja aliada ao mecanismo de oposição.

CONCEITO DE OUTDOOR

O termo possui, no Brasil, um significado mais específico, que iniciou com a utilização do termo abreviado para a expressão outdoor (advertising), cuja tradução entende-se “de maneira livre”, como publicidade ao ar livre. Já em diversos países é designada toda e qualquer forma de publicidade ao ar livre de *outdoor*.

A partir do surgimento da Central de *Outdoor*, associação que congrega as principais empresas exibidoras de *outdoor* (que montam tabuletas em locais e as comercializam para clientes/anunciantes), em 31 de agosto de 1977, passou-se, por convenção, a considerar como *outdoor* apenas as tabuletas de três metros de altura por nove metros de comprimento, onde são afixadas trinta e duas folhas de papel que formarão a mensagem publicitária.

De acordo com Sant’Ana (1998), o que faz a diferença desse tipo de publicidade ao ar livre dos outros, como o rádio e a TV é que o consumidor decide quando e que emissoras quer ouvir/assistir ou pela assinatura ou compra de um jornal ou revista. Trata-se, portanto, de um ato voluntário. Já a publicidade ao ar livre é percebida quase casualmente, sem que haja um ato voluntário das pessoas que saem às ruas e se deparam com ela.

Além disso, o autor enfatiza que, com a produção em série, a comunicação publicitária criou uma informação mais complexa e sofisticada – a motivação – para persuadir e induzir as grandes massas a consumir produtos além de suas necessidades básicas. Esse tipo de discurso possui caráter ideológico, cujas características estão associadas aos desejos e sentimentos do interlocutor. Portanto, esses enunciados, ao longo do tempo ultrapassam o caráter informativo e adquirem aspectos menos racionais e mais emotivos, no sentido de motivar as pessoas ao consumo.

O HUMOR

Observa-se que há poucos estudos esclarecedores sobre os mecanismos que fazem gerar humor. Porém, ele faz parte da vida cotidiana das pessoas e é desencadeado, sobretudo, através dos fenômenos lingüísticos, cujas contribuições da Pragmática, da Antropologia, da Psicologia e da Sociologia são indispensáveis. Por isso, torna-se relevante a interação de diversos campos de estudo, uma vez que a produção do humor se dá por meio de processos sociointeracionais.

Portanto, para a análise em questão mencionamos, resumidamente, algumas investigações que buscam explicar os mecanismos que interferem na produção do humor.

Segundo Bergson (*apud* Lins, 2002, p. 19), o riso está relacionado ao conhecimento partilhado dos componentes de uma sociedade porque sua compreensão depende do ambiente em que se insere, cuja função possui um significado social. Um dos modos pensados por Bergson é a comicidade de situações e de palavras, sobre a qual nos deteremos: o autor faz uma distinção entre o espirituoso e o cômico: a palavra será cômica quando nos faz rir de quem a pronuncia e espirituosa quando nos provoca riso sobre um terceiro ou de nós. Mas explica que, muitas vezes, não sabemos fazer essa distinção. Em outras palavras, o valor cômico da linguagem está diretamente relacionado à comicidade das ações e das intuições, e que ela é a projeção delas no plano das palavras. Essa projeção é demonstrada através da escolha das palavras e na construção das frases.

O autor explica que a importância da comicidade, no nível da linguagem, se faz por meio de certas condições. Uma frase para ser cômica depende de: a) mesmo com sua inversão, ainda mantiver seu sentido; b) exprimir dois sistemas de idéias totalmente independentes; c) a obtivermos transpondo a idéia a uma totalidade que não é a sua. A interferência de dois sistemas de idéias no mesmo enunciado, duas significações independentes que se superpõem, denominando-se 'trocadilho' ou 'jogo de palavras'. No primeiro, a mesma frase, aparentemente, possui dois sentidos independentes. No segundo, os dois sistemas de idéias se superpõem, realmente, numa única frase, e se lida com as mesmas palavras, tirando-se, assim, proveito dos diferentes sentidos que uma palavra pode assumir quando passa do sen-

tido literal para o metafórico. Nessa transposição, obtém-se o efeito de comicidade, ao passar a expressão natural de uma idéia para outra tonalidade, em que o autor a classifica como tons ‘solene’ e ‘familiar’, que constitui-se o efeito da paródia. Às vezes, a transposição oferece efeitos mais sutis. A oposição do real com o ideal; daquilo que é com o que deveria ser fingindo-se acreditar ser precisamente o que é (ironia); e o processo contrário constitui-se o humor, em que se despreve minuciosamente o que é, fingindo-se crer que é o que deveria ser.

Os mecanismos semânticos do humor: grice/raskin

Enquanto os estudos de Paul Grice (1975) se fundamentam no princípio bona-fide que mantém o foco na confiabilidade entre os interlocutores, diferentemente, Vitor Raskin (1985) apresenta um modelo alternativo sobre os mecanismos semânticos do humor verbal, especialmente em piadas, baseado no princípio non-bona-fide (não confiável). A característica principal desse modelo é que não há comprometimento com a verdade. Seu propósito visa a criar um efeito especial com a ajuda do texto, que é provocar o riso no ouvinte.

Segundo Raskin, as noções básicas para que um texto faça humor fundamentam-se em ser compatível, total ou parcialmente com dois *scripts* e estes devem apresentar oposições de: real/não real, esperado/não esperado, plausível/não plausível. Assim, o efeito humorístico se faz pela sobreposição de um segundo script sobre o primeiro, o que forma a interpretação diferenciada do texto.

A ambigüidade é deliberada e a intenção do falante inclui duas interpretações a serem percebidas pelo ouvinte, que se constitui a dicotomia criada por um par de antônimos construído dentro da piada – o paradoxo.

A ambigüidade é que possibilita a sobreposição desses scripts (de dois ou mais). No entanto, nem todo texto ambíguo é engraçado. Esses *scripts* são associados através de palavras, por regras que se combinam, em que o principal objetivo é relacionar *scripts* num maior número de combinações possíveis.

O humor na propaganda

Sem a intenção de desviar o foco do estudo sobre a análise das peças publicitárias, convém direcionar o olhar para uma sutil semelhança entre o humor das piadas e o de certas propagandas.

Segundo Kraft (2004, p. 36, *apud* Santos-UFPR), o riso é uma atividade exterior à mente, causada pela percepção de uma incongruência, de um paradoxo, uma virada “ilógica” sobre o final “lógico” de uma história.

Percebe-se, assim, que o humor presente em certas propagandas está relacionado ao modo como as pessoas processam as informações, a fim de criar determinados significados.

A CONSTRUÇÃO DE SENTIDO

Faz-se necessário, nesse momento, explicitar a complexidade do texto publicitário como um gênero textual que exige esforços do leitor que vão além dos conhecimentos lingüísticos, uma vez que se trata de textos constituídos de imagens e palavras. Para isso, o leitor precisa construir a relação entre as informações verbais e as não-verbais para compreender o texto como um todo. Em outras palavras, é preciso que o leitor tenha a capacidade para lidar com uma diversidade de domínios cognitivos para compreender o texto publicitário.

Para um melhor entendimento do texto publicitário é importante a proposta de Marcuschi (2001), que contempla a relação fala/escrita sob o ponto de vista sociointeracionista discursivo, pois, diariamente, a língua se opera em condições e contextos variados, o que faz a migração do oral para o escrito e vice-versa, com naturalidade. Assim, oralidade e escrita são práticas e usos da língua com características próprias, mas não opostas suficientemente para caracterizar dois sistemas lingüísticos, nem numa dicotomia.

Para Marcuschi (2001, p. 40) “cada gênero textual apresenta uma série de características que o distingue dos demais [...]”. O texto publicitário é apresentado como um texto instrucional, cujo meio de produção pode ser sonoro e/ou gráfico, e a concepção discursiva é oral e/ou escrita. O texto publicitário escrito, normalmente, apresenta, uma mistura de elementos da fala e da escrita, com o objetivo cla-

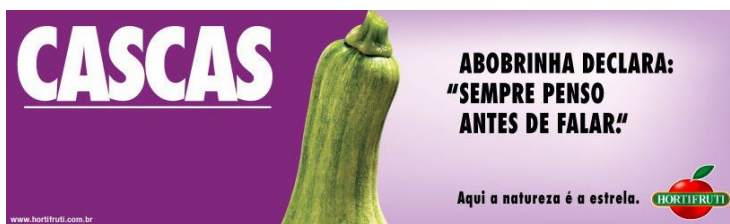
ro de persuadir, convencer o leitor a comprar determinado produto ou serviço. A argumentação, nesses textos, pode ser construída com base tanto em elementos da fala como da escrita, para atingir o público alvo, podendo ser mais abrangente ou mais específico.

Ainda de acordo com Marcuschi (2003), a língua se constitui uma atividade sociointerativa, como construção simbólica e interativa do mundo, uma forma de tratar a sociedade. Nessa perspectiva, enfatiza a relação entre estruturas sociais e lingüísticas, pois, a relação entre a cultura e a sociedade se estabelece pela cultura e pela situação em que as pessoas vivem; é uma relação mediada por interesses.

Muitos são os fatores que contribuem para a constituição do sentido na concepção de linguagem como atividade humana, histórica e social, dentre eles estão o lugar dos interlocutores na sociedade; os recursos expressivos por eles utilizados; as relações que se criam entre ambos; os acontecimentos que partilham; o contexto sócio-histórico e cultural.

ANÁLISE DO CORPUS

As peças de propaganda, objetos do estudo, poderiam ser analisadas sob diversos pontos de vista, como da semântica, da sociolingüística, além de outros aspectos pragmáticos. Porém, as análises terão como foco principal a teoria de Victor Raskin (1985), sobre a sobreposição de scripts, conforme mencionado no início deste trabalho, uma vez que em todas elas, pode-se perceber a marca da ambigüidade, que se configura a partir da possibilidade da descoberta de mais de uma interpretação para cada enunciado.



CASCAS

**ABOBRINHA DECLARA:
"SEMPRE PENSO
ANTES DE FALAR."**

Aqui a natureza é a estrela. **HORTIFRUTI**

www.hortifruti.com.br

Outdoor 1) ABOBRINHA DECLARA: "Sempre penso antes de falar".

A seguir, será feita uma abordagem de cada peça, sob aspectos considerados relevantes para o universo da interação verbal na propaganda, conforme proposto inicialmente.

Nesse enunciado, percebe-se a sobreposição de dois scripts. No primeiro, o substantivo “abobrinha”, foi usado no sentido mais prototípico, atribuído a um vegetal. No segundo, ele assume um sentido metafórico, adquirindo, inclusive, a voz, característica de agentes animados, que, em nossa cultura, “falar abobrinha”, no sentido popular, significa falar irrefletidamente, sem pensar. A “abobrinha”, ao ser personificada, ganha um lugar de destaque como um membro da sociedade, que possui bom senso, ética e não comete “gafes” ao falar.

As duas idéias – scripts - que se superpõem no mesmo enunciado, são responsáveis pela produção da ambigüidade que parece ter sido intencional, como mecanismo usado para gerar o efeito humorístico, através de uma linguagem descontraída. Nesse sentido, é preciso que o leitor, por meio de um “gatilho”, acione em sua mente, outros conhecimentos para obter o significado que está subjacente à mensagem e que é diretamente atrelado aos valores socioculturais.



Outdoor 2) COUVE SEM MODÉSTIA: “Sou o maior Folhão do Carnaval”.

Na mensagem acima, há, novamente, a sobreposição dos scripts constituída pelo substantivo “Folhão” que, num primeiro momento, usado no sentido literal pode ser característica de uma folha de vegetal, verde, bem desenvolvida, saudável para o alimento das pessoas. De outro modo, o sentido adquire uma noção menos prototípica, evocando a idéia de “Folião”, cuja noção remete a carnaval, festa, alegria, o melhor dançarino, etc. Desse modo, os scripts sobrepostos parecem articular a noção de que as pessoas que têm uma a-

limentação saudável possuem também disposição física e emocional para se divertirem em eventos festivos como o carnaval. As duas palavras “Folhã” e “Foliã”, diferentes na grafia, mas semelhantes no som, produzem um trocadilho que torna o enunciado humorístico, cuja inferência é obtida a partir de diversos conhecimentos partilhados dos quais o leitor se apodera.



Outdoor 3) QUIABO AFIRMA: “Todos babam por mim”.

Nesse caso, num primeiro momento, o verbo “babar”, usado no sentido mais prototípico denota o sentido de um vegetal que solta uma baba (substância melosa), ao ser preparado para ser cozido. Já no sentido metafórico, remete à idéia de bajular, apreciar. Pode-se imaginar alguém que se sente envaidecido por estar assediado, rodeado por todos, cuja convicção (presunção) se expressa pelo verbo “afirmar”. Percebe-se a marca da oralidade na expressão “Todos babam por mim”, como recurso expressivo para atingir o público-alvo. Isso confirma a posição de Marcuschi ao se referir aos textos publicitários, como textos mistos de fala e escrita, que, articulados, permitem uma relação estreita com as pessoas, visando o convencimento, a persuasão.

A sobreposição desses dois scripts proporciona o fenômeno da ambigüidade que, conseqüentemente, leva o leitor a imprimir maior esforço para inferir para além do que foi dito. É justamente esse mecanismo que gera o humor, uma graça sutil no enunciado.

Outdoor 4) LIMÃO DESABAFÁ: “Já passei muito aperto na minha vida”

Na propaganda acima, o substantivo “aperto” usado no sentido mais prototípico, carrega a noção de ter sido apertado, moído para o consumo, característica inerente ao uso do limão. Por outro lado, no contexto em que está sendo usado, o substantivo adquire um sentido metafórico, que remete à idéia de alguém que já passou por muitas dificuldades na vida. Também a importância do verbo “desabafar” parece expressar um sentimento de alguém que se encontra angustiado, sentindo-se abafado, apertado. Lembrando a visão ampliada de Lakoff e Johnson sobre a importância da metáfora na vida cotidiana, remete à idéia de que o verbo “desabafar” contribui para reforçar um sentimento de que o “limão”, metaforicamente, se identifica com aqueles que já passaram dificuldades na vida, gerando uma relação de proximidade com o leitor.

Desse modo, as possíveis inferências podem ser obtidas a partir do ponto de bifurcação dos dois sentidos que, associados, gera o tom humorístico da mensagem.

Outdoor 5) NOZ ASSUME: “As festas me arrebentam”

Nesse enunciado, há uma sobreposição dos scripts, evocada pela característica do verbo “arrebentar” que, no sentido literal, sig-

nifica “quebrar” ou seja: a fruta (castanha) para ser consumida, é preciso que seja quebrada, rompida. No segundo sentido metafórico o verbo sofre um deslocamento que mobiliza um tipo de conhecimento, lembrando o fato de que as nozes são consumidas em festas de Natal e final de ano e que, além disso, as pessoas ficam “cansadas”, “arrebentadas”. Nesse sentido, também o verbo “assumir” tem sua contribuição no efeito do enunciado por trazer a noção de que a fruta, ao adquirir a função personificada assume alguma responsabilidade por estar “badalando” muito nas festas de final de ano e por isso, se sente cansada. As possíveis inferências do leitor se dão, a partir da utilização simultânea desses dois sentidos que proporciona o efeito humorístico e que está subjacente na mensagem. Novamente aqui, percebe-se a marca da oralidade na expressão “Noz assume”, pois, lembra a fala bem popular, sem nenhum compromisso com a formalidade, caracterizando uma linguagem direta e, de certa forma, divertida.

Em todas as peças do *corpus*, percebe-se a existência da sobreposição de *scripts* que são diferenciados, a partir de pistas reveladas por substantivos ou por verbos que possuem duplicidade de sentidos.

Dessa forma, a ambigüidade poderia ser considerada como um defeito lingüístico, capaz de inutilizar a comunicação. Porém, ela pode, diferentemente, ser utilizada como uma estratégia lingüística presente em diversos gêneros. Nesse sentido, é através da ambigüidade ocasionada pela sobreposição dos *scripts*, que são obtidos os efeitos humorísticos dos enunciados, que as torna lúdicas, provocando, não uma “gargalhada”, mas um riso sutil. Já que o texto se abre para diversas perspectivas de leituras, é preciso que o leitor faça um maior esforço para fazer as possíveis inferências do significado, que está implícito, subjacente ao que está dito. Esse mecanismo funciona como uma espécie de “gatilho” acionado na mente do leitor que (re) toma os diversos conhecimentos de mundo e valores socioculturais para interpretação do significado.

Observa-se que a empresa usa essa estratégia, que se encaixa conforme o viés da pragmática para atrair/persuadir a atenção do consumidor em relação ao seu produto, por meio da sutileza do humor. Aliado a isso, o enriquecimento proporcionado pelos mecanis-

mos de personificação dos produtos, torna-os mais próximos do leitor, configurando-se quase uma relação de confidências, de intimidade. Assim, embora no nível do inconsciente, o público sente-se atraído ao consumo pela natureza agradável da mensagem.

Reiterando a perspectiva dos estudos pragmáticos, nota-se que, embora a criatividade seja uma característica da propaganda, a empresa ao lançar suas peças, procura, geralmente, associar os produtos aos contextos próprios do momento dos acontecimentos e eventos. Por exemplo, as nozes na época das festas natalinas, a jaca, simultaneamente, à estréia da novela da Rede Globo 'Pé na Jaca', ou ainda, com a época em que esses produtos são mais abundantes, conforme as estações do ano.

É também importante se observar que nesse tipo de publicidade da Hortifruti, os anúncios não provocam tons de zombaria ou de sátira, por não estabelecerem comparações com outros comerciantes com a intenção de denegrir a imagem do concorrente. São textos curtos que levam pouquíssimo tempo para serem lidos mas que as interpretações depreendidas vão além daquelas despertadas no momento exato em que a mensagem é lida. Nessa perspectiva, novos sentidos vão sendo descobertos, na medida em que novos conteúdos da consciência vão sendo retomados.

CONCLUSÃO

As particularidades que envolvem o humor são muito complexas, e a publicidade, sem dúvida, não hesita em utilizar, como estratégias, o humor e a emoção para atingir um grande número de pessoas.

Ao longo do estudo, pode-se perceber a afinidade existente entre os chistes, o cômico, o *humor* e a propaganda, em que o principal interesse foi o humor na propaganda. É preciso considerar que a percepção do humor ou da emoção em um anúncio pode ocorrer em diferentes intensidades de acordo com o receptor da mensagem, pois, para isso, a subjetividade e a estrutura mental de cada indivíduo se constrói de modo particular. Isso irá conferir diferentes graus de percepção emotiva que, por sua vez, facilitará uma dispersão em definir, de modo preciso, o caráter humorístico ou não de uma publicidade.

A subjetividade emocional de quem a estiver decodificando, ou melhor, inferindo, é que irá influenciar na interpretação da mensagem.

O objetivo foi mostrar como do ponto de vista pragmático, através da teoria alternativa de Victor Raskin (1985), a qual explica os mecanismos que fazem o entrelaçamento dos scripts que podem gerar ambigüidade e, assim, proporcionar efeitos humorísticos. É importante ainda frisar que esses processos inferenciais estão diretamente relacionados às crenças, aos saberes dos interlocutores, e que se fazem a partir do que foi dito e além do que foi comunicado no enunciado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

GRICE, Paul. *Lógica e conversação*. (Trad. João W. Geraldí). **In:** DASCAL, Marcelo (org.). *Fundamentos metodológicos da lingüística. Pragmática*. Campinas, v. 4, 1982.

LAKOFF, George; Johnson, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

LINS, M. P. P. *O humor nas tiras de quadrinhos: uma análise de alinhamentos e enquadres em Mafalda*. Vitória: Grafer, 2002.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

RASKIN, Victor. *Semantic Mechanisms of humor*. R. P. Company. Holland, 1985.

SANT'ANA, M. F. *Revista acadêmica do departamento de comunicação social*. UNITAU, 2002-2003.

SANTOS, S. L. *Isto é uma piada?* Disponível www.2.uol.com.br/vivermente/ediçõesanteriores_141. Acesso: 26 jun. 2007.

XAVIER, Antônio Carlos e CORTEZ, Suzana (Orgs.). Luiz Antônio Marcuschi. **In:** —. *Conversas com lingüistas: virtudes e controvérsias da lingüística*. São Paulo: Parábola, 2003.

PARA ENTENDER O HUMOR DE MIGUEL PAIVA DO PONTO DE VISTA DA PRAGMÁTICA

Isaura Maria de Carvalho Monteiro
isaurammonteiro@uol.com.br

INTRODUÇÃO

A lingüística, particularmente nas últimas décadas, é uma das ciências que muito tem contribuído no estudo do humor. O humor como fenômeno tem sido objeto de investigação filosófica desde Platão e já foi documentado por muitas pesquisas em psicologia, antropologia, sociologia, entre outras.

Investigar o “achar graça”, numa tentativa de dissecar o processo em si mesmo, não tem graça nenhuma e, por essa razão, representa sempre um desafio acadêmico. Apesar da aridez da proposta de buscar a explicação do humor presente em quatro tirinhas de Miguel Paiva (publicadas periodicamente no jornal *O Globo*), tem-se a expectativa de que será possível permanecer com a sensação prazerosa de que o humor oferece (ainda que na dicotomia estudo sério x humor).

O que entra em jogo na interpretação de um enunciado para que o humor aconteça? Importante refletir sobre o processo comunicativo: as palavras são apenas as ferramentas iniciais para uma transformação que deverá resultar no entendimento. Um enunciado faz-se inteligível quando é anexado às palavras um contexto de situação, isto é, traços que vão caracterizar esse contexto: o lugar, os participantes, os propósitos, entre outros.

Ao observar a forma, sabe-se que, além do que é utilizado no enunciado como informação conhecida, há o não-dito, o que vai além do sentido convencional das palavras utilizadas, num processo que atua não só pela identificação do que já foi codificado, mas como uma atividade em que conhecimentos e envoltórios de diversas procedências vão entrar em ação por formas variadas.

A noção de contexto em lingüística percorreu um longo caminho que mostra vários sistemas como parceiros da comunicação da linguagem como situação de interlocução. Koch (2003, p. 33) mostra que

[...] a noção de contexto está no *cutting edge* [posição mais avançada – tradução nossa] de grande parte da pesquisa contemporânea sobre as relações entre a linguagem, cultura e organização social, bem como o estudo de como a língua(gem) é estruturada da forma como é.

O estruturalismo proposto por Saussure no início do século XX privilegia a descrição da língua, desconsiderando a importância da significação dos enunciados. Por esse motivo, floresceu, durante um longo tempo, uma linha dentro da ciência da linguagem que contribuiu para um não comprometimento com o significado lingüístico. Nos recentes anos, a Pragmática começa a apontar alguns mecanismos usados na comunicação que exigem muito mais do que um intercâmbio de significados. A Pragmática vai partir para uma análise da língua em uso e, conseqüentemente, especialmente de seus falantes, nas intenções e significações. O evento da fala, particular e único, torna-se o estudo norteador da Pragmática, que relaciona enunciado e contexto, que vai do implícito ao explícito. Ao entender que a fala não é precisa, afirma que é a relação a grande instauradora do significado, já que o significado convencional não é suficiente. E é com essa noção que neste estudo se pretende demonstrar o mecanismo lingüístico que envolve uma bem-sucedida interpretação do humor pela violação do Princípio de Cooperação de Grice e das Máximas Conversacionais (Grice, 1989).

Apesar do enfoque da teoria de Grice – norteadora do presente trabalho – situar-se-ão oportunamente algumas contribuições para o conhecimento do humor, como as de Raskin (1985), Attardo (1993) e Possenti (1998).

SIGNIFICADO-NN DE GRICE: UMA TEORIA DA COMUNICAÇÃO

Antes de tecer considerações sobre o Princípio de Cooperação de Grice (PC), faz-se importante ressaltar a idéia do filósofo ao distinguir significado natural e “[...] significado-*nn* (equivalente à noção de comunicação intencional) [...]” (Levinson, 2007, p. 19). Pela distinção entre os dois tipos de significado é possível perceber a comunicação como “um tipo complexo de intenção [...], que é realizada ou satisfeita simplesmente por ser reconhecida. [...]”.

O significado-*nn* foi assim caracterizado por Grice:

F quis dizer (*significado-nn*) z ao enunciar E se e apenas se:

- (i) F pretendia que E causasse algum efeito z no receptor O
- (ii) F pretendia que (i) fosse conseguida simplesmente pelo

Fato de O reconhecer esta intenção (i) (Levinson, 2007, p. 19, grifos do autor).

O significado-nn de Grice vai interessar à pragmática, pois é nesse reconhecimento de significado que o comportamento lingüístico inclui os implícitos (a ironia, o humor, as metáforas, etc.) e exclui aqueles que não desempenham nenhum papel especial na comunicação. Nesse sentido, tomando como referência o conceito do significado-nn de Grice, torna-se coerente definir os estudos pragmáticos como norteadores do desempenho do contexto no significado do falante.

TEORIA DE GRICE: O PRINCÍPIO DE COOPERAÇÃO

Avançando suas idéias no âmbito do significado lingüístico, Grice (1989), estabelece princípios que regulam uma conversação e que são analisados como esforços cooperativos: ações comuns entre falantes, com propósitos apresentando maior ou menor clareza de definição, de acordo com as diferentes proposições conversacionais. Grice denomina esse princípio de Princípio de Cooperação, uma espécie de guia geral nas conversações:

[...] faça sua contribuição conversacional como é requerida, no estágio em que ela ocorre, pelo propósito aceito ou pela permuta na conversa em que você está engajado. (Grice, 1989, p. 26, tradução nossa).

Não é possível, segundo Grice, que o ato comunicativo seja livre. Portanto, ele formula um conjunto de regras que têm como objetivo traçar leis para governar o ato comunicativo, onde falante e ouvinte “cooperam” através de quatro categorias fundamentais articuladas a máximas e submáximas:

Categoria da quantidade (relacionada à quantidade de informação).

Duas Máximas:

1. Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerido (para os propósitos correntes da conversação).

2. Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido.

Categoria da qualidade (relacionada inicialmente à supermáxima “Tente afirmar o que for verdadeiro”).

Duas máximas:

1. Não diga o que você acredita ser falso.

2. Não diga o que você não possa fornecer evidência adequada.

Categoria da relação (ligada a uma máxima):

1. Seja relevante (embora a concisão da máxima, Grice aponta algumas preocupações quanto a sua formulação, tais como os tipos de foco que mudam no curso de uma conversação).

Categoria do modo (ligada à supermáxima “Seja claro” - como o que é dito deve ser dito).

Várias máximas, entre elas:

1. Evite obscuridade de expressão.

2. Evite ambigüidade.

3. Seja breve (evite prolixidade desnecessária).

4. Seja ordenado.

Ao postular as regras do PC, Grice mostra racionalidade quando aponta objetivos centrais na comunicação. Como bem resume Levinson (2007, p. 127)

[...] essas máximas especificam o que os participantes têm de fazer para conversar de maneira maximamente eficiente, racional, cooperativa: eles devem falar com sinceridade, de modo relevante e claro e, ao mesmo tempo, fornecer informação suficiente.

O PRINCÍPIO DE COOPERAÇÃO, AS IMPLICATURAS E A VIOLAÇÃO DAS MÁXIMAS CONVERSACIONAIS

Ao analisar as máximas e o PC de Grice, é possível notar que o falante produz o que Grice denomina implicaturas, conceito que explica o que ocorre entre interlocutores e que também mostra condições passíveis de governar uma conversação permitindo identificar o que o falante diz. Ao estabelecer o referido conceito, propõe regras que permitem a um falante A transmitir além do significado convencional a um ouvinte B e fazer-se compreendido. No dizer de Levinson (2007, p. 141), pode-se estabelecer “[...] um padrão geral para calcular uma implicatura”:

- (i) F disse que p
- (ii) Não há razão para pensar que F não está observando as máximas ou, pelo menos, o princípio cooperativo
- (iii) Para que F diga que p esteja realmente observando as máximas do
 - (iv) princípio cooperativo, F deve pensar que q
 - (v) F deve saber que é conhecimento mútuo que q deve ser suposto para que se considere que F está cooperando
 - (vi) F não fez nada para impedir que eu, o destinatário, pensasse que q
 - (vii) Portanto, F pretende que eu pense que q e, ao dizer que p comunicou a implicatura q

Grice (1989) descreve as situações que produzem as implicaturas, mostrando a conexão existente entre elas (implicaturas), o PC e as máximas.

Primeira situação: violar uma máxima calmamente, sem ser ostensivo – *quietly and unostentously violate a maxim* (em alguns casos pode haver malentendidos).

A- Estou sem gasolina

B- Há um posto na próxima esquina.

Nesse exemplo, fica bastante clara a relação entre a fala de A e a de B. É possível entender que, no posto, A encontrará gasolina, pois não seria coerente nem cooperativo indicar o posto se não houvesse combustível no local.

Segunda situação: quando o falante parece violá-la – *opt out*, mas não o faz, colocando-se fora da esfera de atuação. A violação é aparente, logo, pode resultar em implicatura se o ouvinte acreditar (o que deve ser considerado um procedimento normal) que o falante obedece às máximas, ou então que não quer cooperar. Outro exemplo clássico é o pedido feito a um professor de filosofia de uma carta de recomendação para um de seus alunos, que pretende uma vaga para um curso de doutorado em filosofia. Assim diz a carta:

Sr. X assiste sempre as aulas, faz pontualmente todos os trabalhos e se expressa com propriedade.

É possível perceber que o professor não indica o grau de conhecimento do aluno em filosofia, como também não informa se o mesmo tem condições de acompanhar um curso de doutorado. Logo, o destinatário fará a implicatura que o Sr. X não possui os requisitos para freqüentar um doutorado em filosofia.

Terceira situação: o falante pode enfrentar uma situação de conflito – *he may be faced by a clash*, podendo haver um choque entre as máximas, o que não permitirá a realização de uma resposta precisa.

A- Que horas são?

B- Já é tarde.

Assim, se A pergunta a hora certa e B, embora não tenha os recursos para responder com exatidão, oferece uma resposta, ainda que vaga, A entende perfeitamente que B não teve condições de responder precisamente e posiciona-se diante da resposta.

Quarta situação: o falante pode violar a máxima deliberadamente – *he may flout a maxim*. A violação é ostensiva e espalhafatosa no dizer de Grice, além de deixar ao ouvinte o dilema de perceber ou não a observância do falante ao PC. Quando a implicatura é gerada desse modo, diz-se que a máxima está sendo utilizada – *exploited*

e, dessa forma, sempre resultará na implicatura denominada conversacional.

(Marido, pela quinta vez): Quando vamos comer, querida?

(Mulher): Quando esta pessoa que está corrigindo provas terminar tudo, se levantar da cadeira e ir à cozinha preparar o almoço.

A resposta da mulher, ao violar a máxima de modo (foi bastante prolixa), tem o objetivo de fazer o marido entender que a sua insistência a está desagradando profundamente.

Há que se notar o grande número de possibilidades oferecidas ao falante que opta por não observar as regras conversacionais ou por violar as regras intencionalmente, pois o humor é primordialmente um fenômeno interativo que se concretiza entre falante e ouvinte. Compreender os mecanismos que regem esse “jogo de parceria” implica considerar escolhas e efeitos que se manifestam no ato comunicativo. É justamente esse “jogo” que se pretende compreender a partir de quatro tirinhas de Miguel Paiva. Será apenas uma mostragem, pois sempre haverá possibilidade de acréscimo e discussão em uma análise interpretativa.

MIGUEL PAIVA E O GATÃO DE MEIA-IDADE

Miguel Paiva é um escritor humorista que aborda em seus trabalhos o comportamento, as relações afetivas e amorosas e os modismos da época. Criou o personagem Gatão de Meia-Idade em 1994, a partir de tirinha diária no Jornal do Brasil, passando mais tarde para o jornal O Globo, onde permanece até hoje.

A tirinha constitui-se num gênero textual, que, por sua composição, tem um modo estruturado em enunciados curtos, apresentados em balões representando as falas dos personagens, evidenciando-se o inter-relacionamento entre o verbal e o não verbal. Segundo Koch (2007, p. 109-110) “[...] do ponto de vista da composição dos gêneros, deve-se levar em conta a forma de organização, a distribuição das informações e os elementos não verbais: a cor, o padrão gráfico ou a diagramação típica, as ilustrações”. Quanto à temática, observa-se o humor presente no dia-a-dia, nos diferentes comportamentos, maneiras de sentir e de atribuir valores aos acontecimentos.

Em suas tirinhas, Miguel Paiva retrata o Gatão de Meia-Idade como um homem urbano quarentão, que já foi casado, tem uma filha, encontra-se separado, pronto para viver a liberdade da “solteirice”. Porém, na maioria das vezes, não sabe lidar muito bem com isso. As quatro tirinhas que serão analisadas fazem parte de uma série apresentada nos meses de abril e maio de 2007 na qual o humorista mostra casais de diferentes profissões em situações de conflito, sempre aproveitando a ilustração para uma ambientação apropriada no contexto.

A seguir, serão mostradas as tirinhas numeradas de um a quatro e, logo após, a análise interpretativa de cada uma delas:

| | |
|---|---|
| <p>GATÃO DE MEIA-IDADE Miguel Paiva</p> <p>Um Amor de Profissão</p> <p>CASAL DE PROFESSORES</p> <p>PRESTA ATENÇÃO!</p> <p>NÃO, PRESTA ATENÇÃO, VOCÊ!</p> <p>miguelpaiva@uol.com.br www.blogdimguelpaiva.blogspot.com.br</p> | <p>GATÃO DE MEIA-IDADE Miguel Paiva</p> <p>Um Amor de Profissão</p> <p>UM PILOTO E UMA COMISSÁRIA</p> <p>APAGAR DE NOVO? VOU TER QUE ME CONTENTAR COM UMA BARRA DE CEREAL.</p> <p>miguelpaiva@uol.com.br www.blogdimguelpaiva.blogspot.com.br</p> |
| <p>(1) O GLOBO, 26/04/2007</p> | <p>(2) O GLOBO, 24/04/2007.</p> |
| <p>GATÃO DE MEIA-IDADE Miguel Paiva</p> <p>Um Amor de Profissão</p> <p>CASAL DE PILOTOS</p> <p>VOCÊ VIVE NAS NUVENS!</p> <p>miguelpaiva@uol.com.br www.blogdimguelpaiva.blogspot.com.br</p> | <p>Um Amor de Profissão</p> <p>CASAL DE ATORES</p> <p>AMO VOCÊ, LUZ DA MINHA VIDA.</p> <p>QUE CANASTRAÇÃO!</p> <p>miguelpaiva@uol.com.br www.blogdimguelpaiva.blogspot.com.br</p> |
| <p>(3) O GLOBO 23/05/2007</p> | <p>(4) O GLOBO 01/05/2007</p> |

TIRINHA NÚMERO 1: CASAL DE PROFESSORES

No diálogo realizado entre o casal de professores pode ser proposta uma implicatura em termos de desacato à máxima de modo, ligada à supermáxima “seja claro” – como o que é dito deve ser dito.

Na seqüência das falas, sendo a primeira a do professor – “presta atenção” – pode-se implicar que ela ouça e cale a boca. Seguindo, a professora repete a fala do professor, intencionalmente, acrescentada de uma negação, o que produz uma força ilocucionária em contradição ao enunciado de seu parceiro, num eco significativo que, apesar de não aclarar a compreensão, implica que o professor é que tem que ouvir e calar a boca. Conseqüentemente, a professora, não sendo clara propositalmente, pode levar o leitor da tirinha a uma implicatura subjacente, acrescentando certa ambigüidade à resposta: ao dizer – “não, presta atenção, você!” – implica que a palavra final é dela, acrescentando o viés masculino x feminino, já que o envolvimento é de um casal de professores, evidenciando um tema sempre presente nos trabalhos de Miguel Paiva. Afinal, quem é que tem que prestar atenção?

É justamente na transgressão do contexto conversacional que surge o humor – a fala do casal de professores torna-se um jogo de relações estabelecidas com os contextos e, dessa forma, provoca a graça (isso sem falar no desenho do quadro-de-giz ao fundo, a mesa em que o casal se apóia, lembrando a sala de aula, uma ilustração pertinente para a fala – “presta atenção!” - muito comum durante uma aula).

Dentro da proposta do trabalho, a título de contribuição para a compreensão do humor, poder-se-ia dizer que, segundo Raskin (1985), a graça contida na fala do casal poderia ser analisada pela noção de *script*, “[...] *the script is a large chunk of semantic information surrounding the word or evoked by it*”.⁸ (Raskin, 1985, p. 81).

⁸ [...] “o script é um grande baú de informação semântica envolvendo a palavra ou por ela evocada”. (Raskin, 1985, p. 81, tradução nossa).

TIRINHA NÚMERO 2: PILOTO E COMISSÁRIA

Essa tirinha de Miguel Paiva vem confirmar o dito de Posenti (1998, p. 25) onde o autor afirma que o discurso do humor passa invariavelmente por temas “socialmente controversos”, tais como sexo, política e racismo.

O humor “sexista” da tirinha já começa na parte gráfica, ao mostrar o casal na cama, sem roupas, apenas encoberto por um lençol. Na leitura da fala – “Apagão de novo?” – a comissária aparentemente não foi cooperativa ao escolher a palavra apagão. Logo, comunicou algo um tanto diferente da categoria semântica da palavra, construindo uma implicatura produzida pela ambigüidade, violando a máxima de modo – “seja claro”. É possível, então, perceber que o apagão (fato que ultimamente tem acontecido com muita frequência nos aeroportos - o não funcionamento e/ou cancelamento dos vôos) é utilizado pela comissária para implicar o fato de que ele, piloto, “falhou” na cama, o que é acentuado pela expressão – “de novo” – numa comparação com a frequência do apagão dos aeroportos e a frequência do “apagão” do ato sexual. A expressão “de novo” torna-se um ingrediente que reforça o humor, pois, a partir da expressão, instaura-se a implicatura de que a comissária já teve a oportunidade de vivenciar um momento como esse e que, conseqüentemente, essa não foi a primeira vez.

Também é possível perceber humor na parte da fala da comissária quando diz – “vou ter que me contentar com uma barra de cereal”. Ao procurar-se uma proposição relacionada e cooperativa do que a comissária está pretendendo comunicar, chega-se ao verbo “comer”, implicando que, ao contentar-se em “comer” a barra de cereal, demonstra que não foi “comida”, nem “comeu” o seu parceiro, linguagem informal bastante utilizada no referido contexto. Foi violada a máxima de modo, pois o ato de contentar-se com a barrinha não fica claro, permitindo fazer-se a implicatura que acaba de ser comentada.

Como foi analisado, a “falha sexual” implicada provoca o humor na leitura, mais uma vez afirmando com Possenti (1998) que o humor sexista repete estereótipos, no caso da tirinha, a não realização do ato sexual por algum tipo impedimento (um domínio discursivo “quente”, segundo o referido autor).

TIRINHA NÚMERO 3: CASAL DE PILOTOS

Seguindo a característica do gênero em análise quanto à estruturação em enunciados curtos, essa tirinha apresenta apenas uma pequena fala, porém, o que se destaca nessa composição é o imbricamento entre o verbal e o não-verbal.

É justamente esse imbricamento, essa relação entre a fala do piloto e o que envolve a ilustração e todo o contexto do avião é o que vai resultar numa ambigüidade deliberada. O que o leitor precisa descobrir é porque o piloto escolheu a palavra nuvem. A interpretação acontece pela quebra da máxima de modo – “seja claro” – como o que é dito deve ser dito, perpassando a máxima – “evite ambigüidade”.

No que diz respeito à compreensibilidade menos freqüente, a fala – “você vive nas nuvens” – pode implicar que a companheira vive num mundo de sonhos, fora da realidade. Se o leitor fizer apenas a observação direta, vai relacionar – “você vive nas nuvens” com a cena mostrada graficamente na tirinha, onde aparece o desenho das nuvens que são vistas pelo interior do avião em cujo comando está o casal.

O humor situa-se ao ser feita a implicatura de que viver nas nuvens é sonhar e que, portanto, a mulher vive sonhando. O piloto, ao explorar voluntariamente a ambigüidade da expressão “viver nas nuvens”, aplicada a sua companheira, que também é piloto, acentua o objetivo de implicar a possibilidade de ela ser bastante “aérea”, não viver nunca no chão, sempre no ar, aumentando ainda mais a intensidade do humor na tirinha.

TIRINHA NÚMERO 4: CASAL DE ATORES

Essa tirinha é um exemplo característico que envolve um procedimento pelo qual o falante abandona a máxima com o propósito de obter uma implicatura conversacional.

A fala do ator – “amo você, luz da minha vida” – contém falsidade categorial, isto é, não é exatamente isso que o falante está tentando comunicar. Logo, pelo abandono da máxima de qualidade – não diga o que você acredita ser falso – pode-se implicar que a atriz, de alguma forma, assemelha-se à substância mencionada luz.

Miguel Paiva, ao produzir as falas, constrói o humor, combinando a metáfora da luz com a resposta da atriz – “que canastrão!” – onde se percebe uma implicatura em que o “fingimento” do ator pode ser interpretado como – “você é um mentiroso, como posso ser igual ao sol que brilha todos os dias?” Além disso, a palavra canastrão, que no contexto teatral significa ator ruim, reforça a interpretação, aumentando também o humor, pois, além de faltar com a verdade, o faz muito mal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas reflexões realizadas e pela análise das tirinhas pode-se pensar no humor como um fenômeno interativo, pois para compreendê-lo é preciso que haja um equilíbrio entre falante e ouvinte, entre aquele que pretende e aquele que entende. Para isso é preciso observar a linguagem verbal do ponto de vista dos participantes, o que implica considerar as escolhas que fazem e os efeitos que provocam, pois o humor manifesta-se num contexto em que a comunicação é crucial.

Ao pesquisar sobre a Teoria de Grice é possível observar que, apesar dos códigos que regem uma interação comunicativa, o humor mostra-se transgressor. As marcas dessa postura transgressora mostraram-se evidentes nas tirinhas analisadas, onde muitas vezes o humor ultrapassou as fronteiras do comum e da normalidade.

Também torna-se fundamental perceber que, apesar da intencionalidade transgressora, o humor encerra um processo cooperativo.

Alguns pesquisadores do humor, podendo-se citar Attardo (1993), polemizam a teoria de Grice quanto à violação das máximas no humor, tentando provar que, se há violação, não pode haver comunicação. Porém, o que se pode notar é que o humor, na maioria das vezes, é bem sucedido; se é bem sucedido, apesar da violação das máximas, as regras funcionam. Mas, ainda citando Attardo, pode-se dizer que “[...] *research in the discursive functions of joking is only beginning [...]*”⁹

⁹ “pesquisa sobre funções discursivas de piadas está apenas começando” (Attardo, 1993, p 556, tradução nossa).

REFERÊNCIAS

- ATTARDO, S. Violation of conversational maxims and cooperation. The case of jokes. *Journal of Pragmatics*. North Holland, 19, 1993.
- GRICE, H. P. *Studies in the way of words*. USA: Harvard University Press, 1989.
- KOCH, I. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2003.
- . *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.
- LEVINSON, S. C. *Pragmática*. Tradução: Luís Carlos Borges e Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- POSSENTI, S. *Os humores da língua. Análise lingüística de piadas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- RASKIN, V. *Semantic mechanisms of humor*. Dordrecht, Holland: Reidel Publishing Company, 1985.

INSTRUÇÕES EDITORIAIS

1. O texto completo dos trabalhos do Congresso Nacional de Linguística e Filologia devem ter os mesmos títulos dos resumos correspondentes, que forem enviados com o Formulário de Inscrição.
2. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
 - 2.1. Os originais devem ser digitados em Word para Windows, com extensão .DOC ;
 - 2.2. Configuração da página: A-5 (148 X 210 mm) e margens de 25 mm;
 - 2.3. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações e notas;
 - 2.4. Parágrafo justificado com espaçamento simples;
 - 2.5. Recuo de 1 cm para a entrada de parágrafo;
 - 2.6. Mínimo de 05 e máximo de 12 páginas (exceção para os minicursos, que podem ter até 20 páginas);
 - 2.7. As notas devem ser resumidas e colocadas no pé de cada página;
 - 2.8. A bibliografia deve ser colocada ao final do texto;
3. Os trabalhos completos devem ser enviados por e-mail para eventos@filologia.org.br até o primeiro dia do evento (exceção para os textos dos minicursos, que devem ser enviados até o final de junho).

Outras informações podem ser adquiridas pelo endereço eletrônico eventos@filologia.org.br ou pelo telefone (21) 2569-0276.